

AGOSTO • SETEMBRO • OUTUBRO/98 Nº50 R\$ 7,50

Princípios

REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E DE INFORMAÇÃO

A BUSCA DE UM NOVO RUMO PARA O BRASIL



Luís Inácio Lula da
Silva, candidato da
UNIÃO DO POVO -
MUDA BRASIL



A resistência contra o Neoliberalismo

Biplab Dasgupta - *Índia* Nexhmije Hoxha - *Albânia* Gennadi Ziuganov - *Rússia*

Uma
revista
dissonante
do
pensamento
único
neoliberal!

A revista *Princípios* chega à sua quinquagésima edição mantendo-se como voz dissonante do pensamento único neoliberal que a grande mídia vem impondo à opinião pública brasileira. As quatro edições anuais, de uma revista que começou a ser publicada em 1981, que sai com absoluta regularidade desde 1989, são uma modesta, mas que acreditamos valiosa e insubstituível, contribuição que marxistas brasileiros colocam à disposição das forças nacionalistas, democráticas e populares, e de seu público leitor.

Nas eleições de 3 de outubro esse seu caráter se reafirma. Elas ocorrerão sob o signo do leilão/entrega do sistema Telebrás. O pensamento único que a grande mídia tenta nos impingir como única perspectiva modernizante apresenta este leilão como o 'passaporte' para o acesso ao Primeiro Mundo. As evidências da falácia desta afirmação podem ser facilmente alinhadas. 'O rei está nu !' mas, como na antiga estória, é preciso que alguém quebre o 'consenso' estabelecido e afirme este truísmo. No caso brasileiro, é preciso que fatos políticos novos e significativos contribuam para um realinhamento de forças na sociedade de modo que esta perceba a dimensão histórica, mas no sentido trágico, do leilão da Telebrás.

A revista *Princípios*, já de algum tempo, vem cobrindo o tema, inclusive com matérias com alto teor informativo, mostrando que a tendência em diversos países europeus era de os estados abrirem as telecomunicações à concorrência sem se desfazer do controle de suas companhias estatais, consideradas instrumentos estratégicos na economia destas nações.

O resultado do leilão de 29 de julho contrariou esta tendência, no caso em prejuízo da nação brasileira. O fato de grandes companhias telefônicas de Espanha e Portugal estarem entre os principais novos proprietários das telecomunicações brasileiras foi motivo de ironias; afinal depois de 500 anos do início da espoliação colonial da América Latina pelas nações ibéricas, passando em seguida pela dependência econômica face à Inglaterra e aos Estados Unidos, teríamos voltado ao ponto de partida. Ironias à parte, porque as relações essenciais de dependência internacional não foram alteradas, o fato relevante é que entre os conglomerados vencedores do leilão, e mesmo entre os perdedores, estavam grandes companhias telefônicas controladas por estados que não seguem tão à risca o receituário neoliberal. Ficou claro que fomos mais realistas que o rei.

O leilão de 29 de julho também evidenciou que Lula e Brizola estavam certos quando suspeitaram do preço mínimo estabelecido pelo governo em cerca de 13 bilhões de dólares, como um procedimento típico de ano eleitoral, ou seja, reunir recursos para a maquiagem da situação social tão típica dos anos eleitorais no Brasil. O valor obtido de cerca de 23 bilhões não foi casual; o economista Luciano Coutinho demonstrou na *Folha de S. Paulo*, de 2 de agosto, que o preço real estimado por técnicos do governo era exatamente da ordem do valor obtido no leilão. A manobra teve o duplo objetivo de demonstrar 'competência' governamental, e principalmente, legitimar gastos eleitorais em programas sociais que não terão continuidade caso FHC se perpetue no poder.

Há algo de podre no reino da Dinamarca'. O dito de Shakespeare, 400 anos atrás, poderia ser parafraseado na tragédia brasileira contemporânea. Há algo de podre no Palácio do Planalto e no governo FHC ! Esta é a conclusão a se extrair da privatização da Telebrás.

Olival Freire Jr.
Editor

Banco Mundial quer renovar o neoliberalismo para manter o domínio do capital

A resistência popular em todo o mundo provoca tentativas de revisão do Consenso de Washington

O capitalismo é um sistema com rara e acurada capacidade de adaptar-se às mudanças e, sempre que as velhas explicações para seu domínio perdem a eficácia ou a credibilidade, encontrar novas idéias legitimadoras.

A ciência econômica, compreendida como conjunto de regras operacionais, como técnica de aplicação universal e a-histórica, é a área do conhecimento onde as teses apologéticas surgem com a mesma rapidez dos acontecimentos. O que vem ocorrendo com o corpo de idéias conhecido como neoliberalismo é um exemplo disso. Os sinais de seu esvaziamento multiplicam-se. Um dos mais enfáticos foi o artigo do megainvestidor George Soros publicado na revista americana *The Atlantic Monthly* em fevereiro de 1997, onde ele confessava o temor de que “a desenfreada intensificação do capitalismo de *laissez-faire* e a difusão dos valores do mercado em todas as áreas da vida estejam colocando em perigo nossa sociedade aberta e democrática. O maior inimigo da sociedade aberta, eu creio, não é mais o comunismo, mas a ameaça capitalista.”

A intervenção de Joseph Stiglitz, vice-presidente do Banco Mundial, nesse debate mostra que esse confronto de idéias deu alguns passos novos. Stiglitz fez uma conferência, no começo do ano, em Helsinque, na Finlândia, com críticas sérias ao chamado Consenso de Washington (trechos foram publicados pelo caderno Mais!, *Folha de S. Paulo*, 12.7.1998). As políticas propostas pelo Consenso de Washington, disse, são “incompletas e, algumas vezes, equivocadas. Coisas importantes foram deixadas de lado: por exemplo, para que os mercados funcionem não basta inflação baixa, é preciso que haja regulação financeira confiável, políticas pró-competição, políticas para facilitar a transferência de tecnologias e transparência nas informações”. A respeito da intervenção do Estado, diz que o “governo tem um papel importante: o de responder aos fracassos do mercado”; seu papel é o de complementar o mercado, além de corrigir suas falhas; além disso, “não devemos considerar o Estado e os mercados como substitutos um do outro”.

Stiglitz acaba aceitando que as idéias que vem defendendo estão marcadas pela crise da Ásia. É uma espécie de reconhecimento, não confessado, de que a resistência oposta ao projeto neoliberal em todos os países provoca a revisão de teses até aqui aceitas quase religiosamente. Estes sinais, que aparecem no campo da teoria, são reflexo de outros sinais, muito mais nítidos, que podem ser vistos na vida real, diária, dos trabalhadores e dos povos. A greve da General Motors, nos EUA, que se espalha pelo mundo, é um deles; mas as ações de massas na Indonésia, os protestos de trabalhadores e as greves na Europa (na França, na Alemanha, a greve da Renault, que envolveu vários países), o descontentamento popular na Rússia, os protestos de trabalhadores na Coreia do Sul, são estas as marcas da resistência crescente, no plano mundial, que calça a preocupação de apologetas como Soros ou Stiglitz, que querem reformar o neoliberalismo para manter o domínio do capital.

O Consenso de Washington foi formulado em 1989, no Instituto de Economia Internacional da capital norte-americana. Estiveram envolvidos, em sua definição, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Banco Mundial, o FMI, e representantes dos governos da América Latina e do Caribe. Os representantes brasileiros foram os economistas Marcílio Marques Moreira e Eduardo Gianetti da Fonseca.

Naquela reunião foram acertados o conjunto de teses e medidas que seriam a essência do projeto neoliberal aplicado na América Latina: combate à inflação,

modernização do Estado, ajuste fiscal, controle monetário, privatização, abertura comercial, fim das restrições ao capital estrangeiro, redução do tamanho do Estado, redução e fiscalização dos gastos públicos, abertura financeira, desregulamentação da economia (principalmente da legislação trabalhista), reforma da previdência social e investimentos em infraestrutura básica. Foram poucos os países que, sob pressão dos EUA e do FMI, deixaram de aplicar esse receituário, no qual podem ser reconhecidas várias das prioridades do governo de Fernando Henrique Cardoso.

Esse conjunto de medidas é apresentado como técnicas, como imposições do saneamento financeiro necessárias (como um remédio amargo) para os países alcançarem o desenvolvimento e a prosperidade.

Entretanto, basta uma breve olhada para a história financeira do Brasil republicano para se reconhecer o engodo dessa *ciência* inelutável. Em abril deste ano, por exemplo, fez 100 anos que o presidente eleito Campos Salles foi à Londres discutir com os Rotschild a rolagem da dívida externa brasileira, continuando a negociação iniciada por Prudente de Moraes, seu antecessor, e que levaria ao *funding loan* de 1898. A dívida antiga foi consolidada num novo empréstimo e, assim, empurrada para a frente. Na época, a presença do Estado na economia e em áreas sociais era nula. Assim, as garantias para o empréstimo não envolveram, como hoje, a redução de gastos públicos e outros itens do receituário moderno. Mas Campos Salles, saudado por Fernando Henrique como um presidente que teria saneado as finanças do país, não teve pejo de dar em garantia do empréstimo a renda da Alfândega do Rio de Janeiro e das demais alfândegas das receitas da Estrada de Ferro Central do Brasil e do serviço de abastecimento de água do Rio de Janeiro. Naquela época, o caráter neocolonial desses acordos internacionais era mais nítido! Além disso, os banqueiros exigiram medidas de saneamento fiscal (reduzir despesas e aumentar impostos) e monetário, modernização da administração pública, e uma política econômica que simplesmente deixou morrer a indústria nacional que então nascia. Na compreensão daqueles homens, só podiam existir as chamadas “indústrias naturais”, isto é, que empregassem matérias primas, tecnologia e equipamentos brasileiros!

Nas décadas seguintes, esse receituário foi seguidamente reiterado. O inglês Otto Niemeyer, por exemplo, que veio ao Brasil em 1931 para examinar as condições da economia brasileira e renegociar a dívida externa do país, fez exigências semelhantes: equilíbrio orçamentário, estabilização da moeda e criação de um Banco Central.

Esse rosário de sugestões, essa cantinela uníssona de todas as missões estrangeiras (após a Segunda Guerra, do FMI) que vieram ao Brasil, é - na essência - a mesma que constou no Consenso de Washington, nas quais Stiglitz quer colocar o *band-aid* de suas preocupações compensatórias.

Isso é apresentado como modernidade, mas o respeito a esse receituário está na base dos problemas que o Brasil enfrenta como nação soberana e que o impedem de superar a pobreza e o atraso. O país precisa adotar, urgentemente, novas medidas para seu desenvolvimento, precisa abandonar esse velho e anacrônico caminho da integração subordinada ao bloco capitalista, e trilhar a senda de um novo modelo que construa um Brasil para os brasileiros, e não para os magnatas estrangeiros e seus aliados internos.

Há 100 anos, Campos Salles renegociou a dívida externa à custa da soberania do país

O país precisa abandonar o anacrônico modelo da integração subordinada

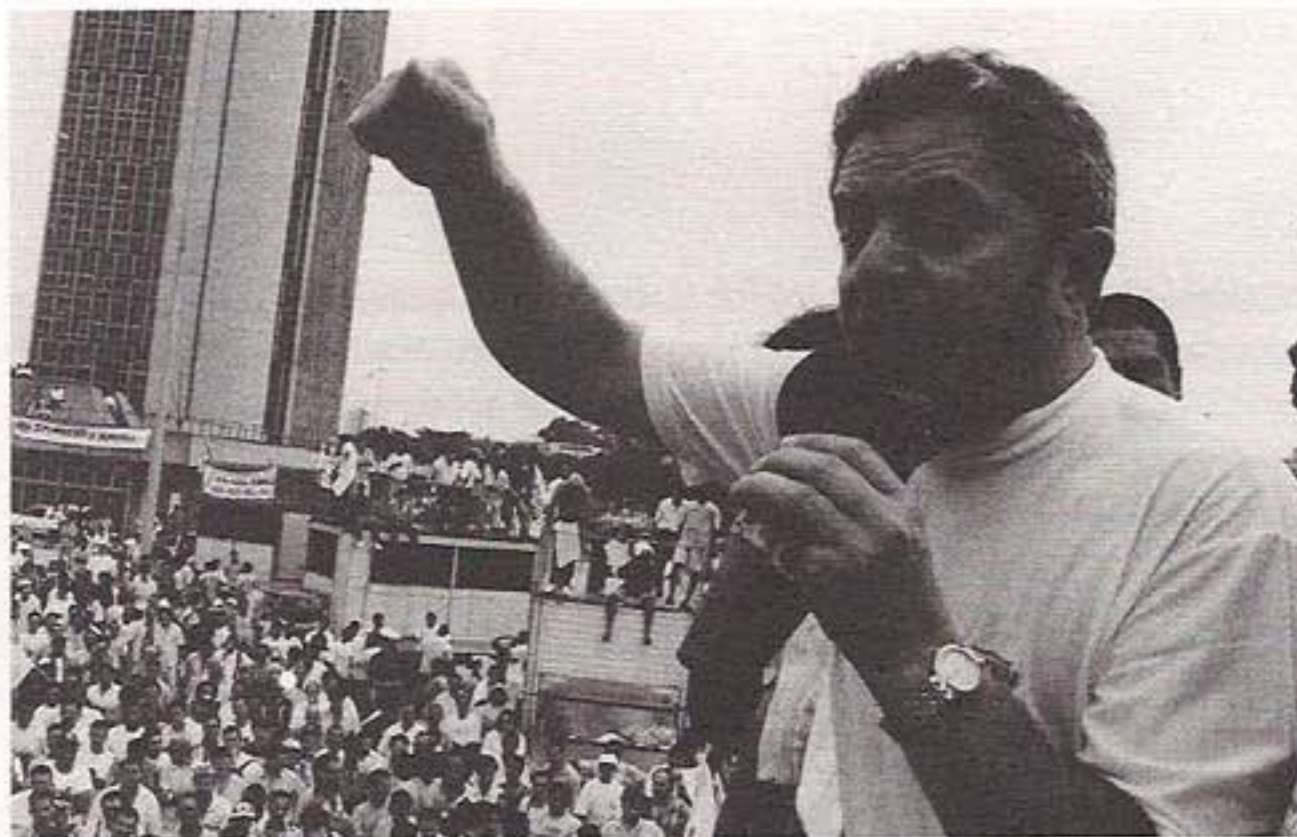
Comissão Editorial

Brasil

8 O velho conflito entre a modernidade e o atraso

Os dois programas que, desde a Independência, se chocam na sociedade brasileira.

José Carlos Ruy



Lula fala em ato popular. Brasília, 1997



Manifestação de trabalhadores albaneses

Internacional

18 Chile cobaia da globalização

Como o pinochetismo transformou o Chile num mostruário do neoliberalismo ortodoxo.

Miguel Urbano Rodrigues

26 Como o Partido do Trabalho da Albânia se afastou de suas posições marxistas-leninistas

A degradação do socialismo e a restauração do capitalismo na Albânia.

Nexhmije Hoxha

37 "A tentativa de impor modelo dos EUA na Rússia só nos trouxe destruição e miséria"

A situação política atual da Rússia.

Gennadi Ziuganov

42 Rastros do império: bases econômicas da hegemonia dos Estados Unidos

A formação dos Estados Unidos como a grande potência imperialista e as semelhanças da atual euforia especulativa com os precedentes do crash de 1929.

Sérgio Barroso

53 Experiências políticas de um governo democrático e popular

A luta pela construção de uma alternativa de esquerda para a crise da Índia.

Biplab Dasgupta

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas

Editor: Olival Freire Jr.

Comissão Editorial: Olival Freire Jr., Pedro de Oliveira, José Carlos Ruy, Edvar Luiz Bonotto, Sara Romera, Luciano Martorano, Roniwalter Jatobá e Priscila Arantes

Conselho Editorial: Aldo Arantes, Bernardo Joffily, Fernando Pupo, Haroldo Lima, Helena de Freitas, Jô Moraes, José Carlos Ruy, José Reinaldo de Carvalho, Luís Fernandes, Luís Paulino, Luiz Manfredini, Madalena Guasco, Olival Freire Jr., Pedro de Oliveira, Rogério Lustosa (1943-1992), Umberto Martins e Walter Sorrentino

Colaboradores: Agenor Silva, Altamiro Borges, Ana Maria Rocha, Ary Normanha, Carlos Pompe, Clóvis Moura, Guiomar Prates, Luciana de Souza Bento, Luiz Marcos Gomes, Loreta Valadares e Olívia Rangel

Secretários de Redação: Edvar Luiz Bonotto e Priscila Arantes

Projeto Gráfico: Gilberto Maringoni

Diretor de Produção e Comercial: Divo Guisoni

Administração: Márcia Regina Viotto

Departamento de Circulação: Claudia de Medeiros

Departamento Comercial: Reinaldo Reis e Rogério Chaves

Editoração Eletrônica: Paper & Publisher-Produções Gráficas Ltda.

Fotolitos: Digitexto

PRINCIPIOS é uma publicação da Editora Anita Ltda.

R. Mons. Passalacqua, 158 - 01323-010
São Paulo - SP - Tel.: (011) 289-1331

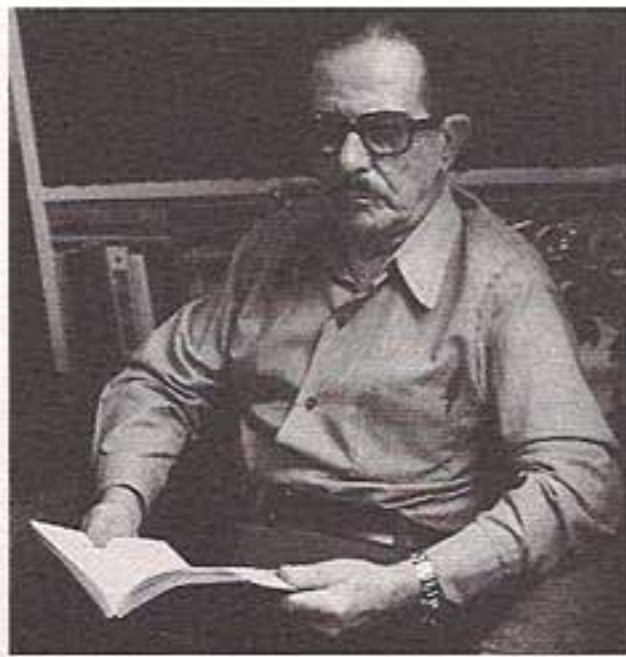
A revista PRINCÍPIOS aceita colaborações que lhe forem enviadas, reservando-se o direito, a critério de seu Conselho Editorial, de publicá-las ou não. A publicação de um artigo não implica um compromisso da revista com o seu conteúdo. As opiniões emitidas são de responsabilidade exclusiva dos autores. Os artigos enviados não devem exceder 15 laudas (1 lauda = 20 linhas, 1 linha = 70 caracteres). Artigos maiores dependerão de um aceite prévio da Comissão Editorial. Os artigos devem ser enviados em três vias e em disquete (Word for Windows). Os originais não serão devolvidos. Citações devem seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Pontos de Venda: SÃO PAULO: PUC - Livraria Azteca - R. Bartira, 351 - fones: 262-3397 e 864-1496; Banca Estadão - Viaduto 9 de julho, 185 - fone: 231-3458; CPV - fone: 285-6288, USP - Livraria da Edusp - fone: 813-8837; Banca dos Artistas - Av. Paulista, 2518 - esq. R. da Consolação. BELO HORIZONTE: Banca Pça. Sete - R. Rio de Janeiro c/ Afonso Pena - fone: 201-8266; Livraria Eldorado - Av. Afonso Pena, 719 - centro - fone: 273-2436; José Maria Gomes - R. da Bahia, 1148 - sala 603 - fone: 224-5835; Cotec - Av. do Contorno, 842 - sala 207 - centro - fone: 226-7479. CAMPOS-RJ: R. Manoel Barbosa da Silva, 27 - fone: (0247) 23-7108 GOIANIA: Banca do Marcão - R. 8 c/Av. Anhanguera. NATAL: Cigarreira Tio Patinhas - Av. Rio Branco, 682-A - fone: 222-0760; Cigarreira O Revistão - Rodoviária - fone: 231-2765; Cigarreira Calçadão - Centro; Cooperativa Cultural da UFRN; Centro de Convivência - Campus Universitário. VITÓRIA DA CONQUISTA: Saber Distribuidora - Pça. da Bandeira, 92 - 2º and. - sala 17 - fone: (077) 424-2311.

Entrevista

64 **A história vive!**
Entrevista com Nelson Werneck Sodré.

Bernardo Joffily



Nelson Werneck Sodré

História

70 **Nota histórica sobre o sistema de concessões**
A luta contra o sistema de concessões para o exercício de serviços públicos no Brasil.

Paula Beiguelman

Racismo

76 **Florestan Fernandes e o negro: uma interpretação política**
A dimensão política do pensamento de Florestan Fernandes com o problema do negro.

Clóvis Moura



Cultura

84 **A morte da estética no mundo globalizado**
Uma reflexão sobre a desintegração dos valores artísticos na contemporaneidade.

Priscila Arantes

Resenhas

88 **Globalização, o neoliberalismo, privatizações: quem decide o jogo?**, por Edvar Luiz Bonotto

89 **Música popular, um tema em debate, e História social da música brasileira**, por Gilberto Maringoni

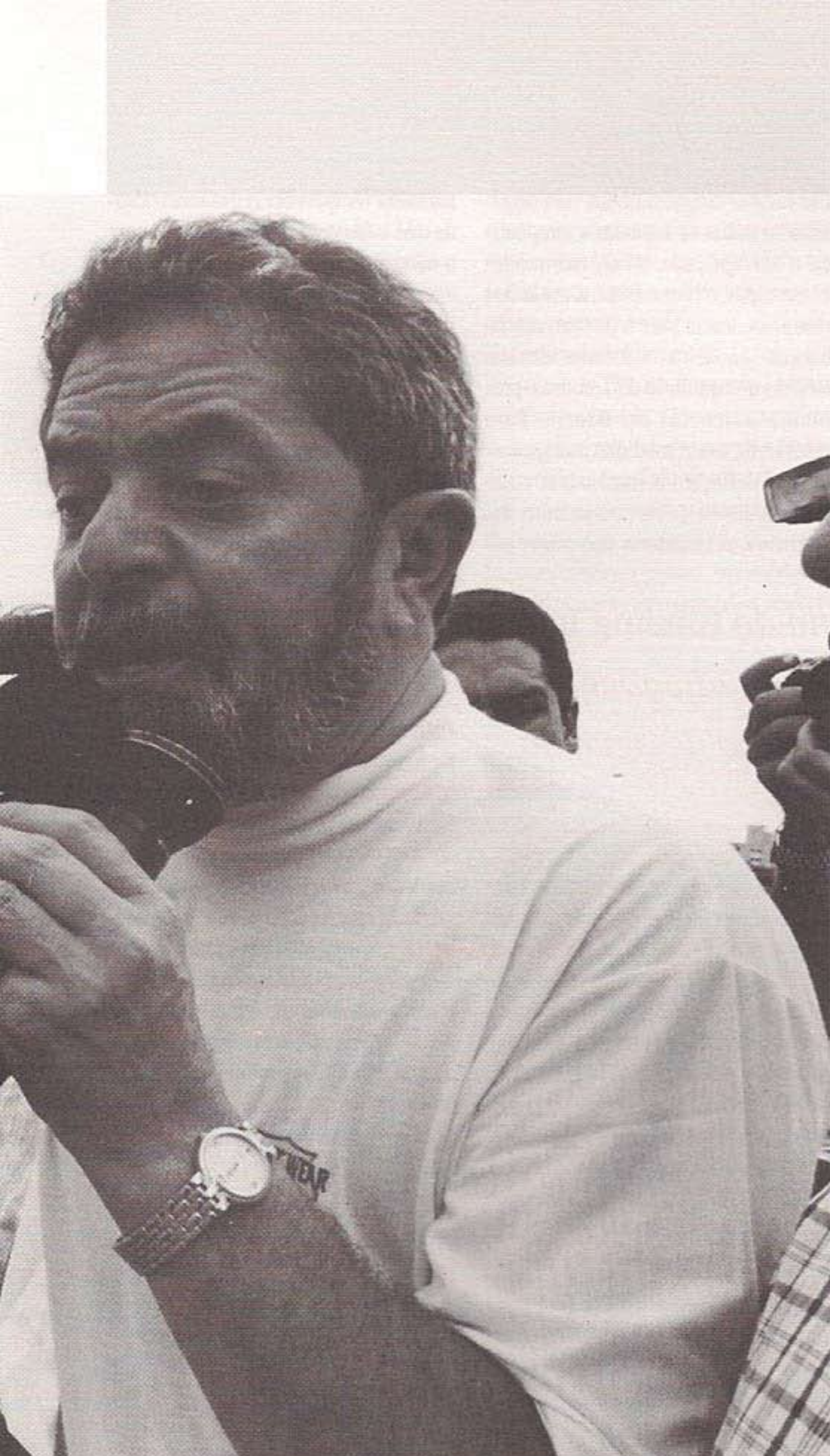
90 **Cartas dos leitores**

Capa: Edição Gráfica de Flávio Nigro

O velho conflito entre a modernidade e o atraso

JOSÉ CARLOS RUY

A opção entre os caminhos do desenvolvimento autônomo e o do atraso e da dependência externa estão outra vez colocados para os brasileiros na eleição presidencial deste ano



Lula fala em ato popular.
Brasília, 1997

A história da política econômica no Brasil é a crônica do conflito permanente entre dois caminhos opostos para o país – um deles é a via da autonomia e independência nacional; o outro, que tem sido triunfante, é o caminho da integração subordinada ao mercado mundial.

Hoje, quando a exigência de mudanças profundas se recoloca principalmente em eleições presidenciais, esse conflito está presente de maneira aguda. Na eleição deste ano, Fernando Henrique Cardoso continua no caminho aberto por Fernando Collor, de atualizar a velha opção pelo atraso e pela dependência. Do outro lado, Lula e a *União do Povo – Muda Brasil*, são herdeiros das tradições avançadas que, desde a Independência, defendem um projeto de desenvolvimento baseado no trabalho dos brasileiros e voltado ao atendimento de seus interesses e necessidades.

Os apologistas neoliberais dão-se a si próprios o título de *modernos*, e encaram o respeito aos interesses do país e do povo como marcas do arcaísmo. É uma “modernidade” de propaganda. Se o neoliberalismo tivesse as virtudes que dizem, o Brasil teria vencido o atraso há muito tempo, pois idéias dessa espécie são aplicadas, com poucas exceções, desde a Independência. O conhecimento da história depõe contra os neoliberais e revela a cuidadosa construção do atraso através das opções econômicas danosas ao país e ao povo brasileiro que adotaram ao longo do tempo.

Como em 1898, há cem anos portanto, quando Campos Sales acertou o *funding loan* com os banqueiros ingleses, em que a dívida externa do país foi renegociada tendo por garantia as receitas dos portos brasileiros, da Estrada de Ferro Central do Brasil e do serviço de abastecimento de água do Rio de Janeiro. O historiador José Maria Bello mostra as condições impostas na época pelos credores, semelhantes às do atual receituário

Ele fazia o diagnóstico da vida brasileira "e indicava também a terapêutica a ser aplicada. Mas, habituado, como médico homeopata, a tratar dos sintomas, trazia para a direção das finanças brasileiras a mesma técnica. Residia no equilíbrio do Tesouro o problema essencial do Brasil. Para resolvê-lo, eram medidas indispensáveis: a deflação, a implacável compressão das despesas, o aumento dos impostos, o abandono das obras pú-

nanceira da questão econômica; desde que o Governo conseguisse sanear a moeda, elevando as taxas cambiais e equilibrando os orçamentos, a reconstituição das forças econômicas se operaria automaticamente, livre da perigosa interferência oficial".

Pois é, qualquer semelhança com o que vivemos hoje *não é* mera coincidência! O presidente Campos Sales e seu ministro Joaquim Murinho sinalizaram o retorno, depois de uma década republicana de lutas democráticas e nacionalistas, da hegemonia liberal que vinha do Império e se manteria, com altos e baixos, através da República.

Os esforços do setor agroexportador (isto é, o latifúndio, o grande capital mercantil e o imperialismo) contra o progresso do país não eram novos. Mais de um século antes, na década de 1770, comerciantes do Rio de Janeiro queixavam-se ao vice-rei do Brasil, Marquês de Lavradio, contra a fabricação de tecidos em Minas Gerais, que estaria prejudicando as importações. Queixas como estas podem estar na origem da decisão que levou a rainha Maria I a proibir, em 1785, a

Em 1898, como garantia do funding loan, Campos Sales penhorou as alfândegas, a Central do Brasil e o serviço de água do Rio de Janeiro

neoliberal, do FMI e demais agências internacionais:

"Frio, cético, homem de negócios, darwinista de instinto e de educação", diz ele, "Joaquim Murinho era o mais coerente consigo mesmo dos ministros da Fazenda que tivera a República".

blicas, o melancólico retorno aos campos, o afastamento do Estado de qualquer atividade industrial, que somente poderia frutificar pela livre iniciativa do indivíduo. Na sua rígida compreensão da economia liberal, Murinho desassociava a questão fi-

entrevista

União do povo

Qual a principal crítica que o senhor faz ao governo de Fernando Henrique Cardoso?

Lula – O governo FHC não cumpriu 20% do que prometeu em seu compromisso durante a campanha eleitoral de 1994. Basta olhar nas ruas e verificar os indicadores sociais para ver que o fato é realmente verdadeiro. O desemprego é alarmante; a seca, apesar de pré-anunciada, vem vitimando milhões de nordestinos; a violência não poupa mais ninguém, a falta de educação impossibilita milhões de desempregados a entrar novamente no mercado de trabalho entre outros problemas.

Quem mudou? O Fernando Henrique, que já teve forte ligação com os setores progressistas e democráticos, seus atuais aliados da direita, ou seus antigos companheiros do campo progressista?

Lula – Olha, FHC traiu seus princípios de homem de esquerda que foi. E o mais decepcionante é que muitos dos que tiveram esta mesma visão aderiram descaradamente às benesses do poder. Infelizmente, para este pessoal, a noção de solidariedade foi substituída pela do mercado.

Qual será a marca do governo da frente União do Povo – Muda Brasil?

**ENTREVISTA COM
LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA**

existência de manufaturas na Colônia.

O visconde de Cairu, no começo do século seguinte, destacou-se como campeão dos interesses mercantis, principalmente ingleses. Ele introduziu, em 1811, a distinção entre *indústria natural* (que usa matérias primas, equipamentos e tecnologias já existentes no país) e *contra-natural* (que se desenvolvesse protegida por tarifas alfandegárias), distinção que teria longa carreira como argumento contra a indústria nacional. Para ele, a proteção à indústria levaria à diminuição das importações, prejudicando o capital mercantil e os latifundiários, pois as exportações poderiam também diminuir.

Cairu era ligado aos setores dominantes, que prosperavam com o colonialismo, o tráfico de escravos e o papel atribuído ao Brasil na divisão internacional do trabalho, o de fornecedor de produtos agrícolas para o comércio europeu e de consumidor de manufaturados, principalmente da Inglaterra.

Contra essas idéias, José Bonifácio, que foi o primeiro chefe de governo brasileiro, queria construir um novo país, autônomo e capaz de defender

Campos Sales,
em 1899:
exportar tudo
quanto produzimos
em melhores
condições que
outros povos, e
importar o que eles
produzem em
melhores condições
do que nós

seus interesses. Ele preconizava o fim da escravidão, a distribuição de terras a ex-escravos, imigrantes, índios e lavradores pobres; o fomento da agricultura de alimentos e matérias primas para o consumo nacional; a proteção às fábricas nacionais, a construção de

estradas para interligar o país; investimentos para elevar o nível de educação do povo brasileiro. Ao mesmo tempo, combatia o predomínio das *finanças* sobre o governo ("Infeliz o governo cuja administração econômica é seduzida, e dominada pelas finanças: três vezes infeliz aquele onde se diz a alta finança", escreveu).

Mas suas idéias não prevaleceram. Os colonialistas venceram. Os latifundiários e o grande capital mercantil juntaram-se aos ingleses, formando o bloco agroexportador, cujos interesses foram expressos pelos tratados comerciais de 1810. Logo após a Independência, José Bonifácio foi afastado do governo, abrindo caminho para a manutenção da arcaica estrutura social do colonialismo, baseada no latifúndio, na escravidão e no comércio externo. Começava afirmar-se a idéia da vocação agrícola do Brasil. Nesse sentido, já em 1825, Bernardo Pereira de Vascelos criticava os que queriam o desenvolvimento industrial.

Aqueles tratados comerciais só foram substituídos por uma política alfandegária favorável aos interesses fis-

Lula – As grandes marcas do governo da União do Povo – Muda Brasil serão a solução das questões sociais no Brasil. Queremos realizar uma verdadeira reforma agrária; possibilitar o acesso à educação a todas as crianças do Brasil; colocar a soberania nacional em primeiro lugar ao invés de entregar tudo de bandeja ao capital internacional, como vem ocorrendo com a Telebrás, permitir acesso ao sistema de saúde pública de qualidade; organizar uma política industrial que possibilite a criação de mais emprego; garantir financiamentos e escoamento para os produtores



Lula no ato de comemoração dos 20 anos das greves do ABC. Sindicato dos Metalúrgicos, 1998

cais e à indústria em 1844, pela tarifa do ministro Alves Branco, que a justificou dizendo que a “indústria fabril interna de qualquer povo é o primeiro, mais seguro e abundante mercado de sua lavoura; a lavoura interna de qualquer povo é o primeiro, mais seguro e abundante mercado de sua indústria.” Ela permitiu o primeiro sur-

mente prejudicada. O estaleiro de Ponta de Areia foi destruído, impotente para enfrentar a importação de navios *livres de direito*, como Mauá registrou em sua *Exposição aos credores*, de 1878. “A concorrência com os produtos similares do exterior tornou-se impossível e o estabelecimento decaiu”, escreveu.

Ao contrário dos liberais, José Bonifácio queria um programa para a autonomia e o desenvolvimento do país, baseado na indústria e na distribuição de terras

to de industrialização do país; Mauá, já um grande empresário, construiu o estaleiro de Porto de Areia, cuja história é emblemática de contradições ainda hoje não resolvidas.

A reação liberal não demorou, e o protecionismo foi abandonado com as reformas alfandegárias de 1857 e 1860, que eliminaram as taxas para a importação de produtos manufaturados. A indústria nascente foi severa-

O ataque à indústria e ao desenvolvimento autônomo precisava, como hoje, ser apresentado como expressão dos interesses do país, que não teria outra alternativa de desenvolvimento. Assim, o principal argumento que mascarava os interesses dominantes era a defesa do consumidor, que já aparecia em 1857, pela voz de José da Silva Paranhos, o futuro Visconde do Rio Branco. Em 1883, comerciantes

de Porto Alegre diziam que a proteção à indústria nacional obriga o “consumidor a pagar caro o que podiam comprar barato”.

Mas o próprio crescimento da economia induzia ao aparecimento das indústrias que o setor agroexportador queria evitar. O sucesso da produção cafeeira impulsionou as cidades, onde surgia uma população desligada dos interesses oligárquicos. Não foi sem razão que os últimos gabinetes do Império esboçaram uma política, tímida, de amparo às fábricas nacionais, fortalecida nos dois primeiros governos republicanos, que foram claramente protecionistas. A lei do Similar Nacional, de 1890, dificultava a importação de bens já produzidos no país, e indicava essa opção. Ela atravessou todo o período republicano e foi revogada por Fernando Collor de Mello.

A primeira década republicana foi marcada pelo conflito entre os dois modelos. O esforço inicial do novo regime de construir uma nação autônoma ameaçou os interesses colonialistas. O empenho de Rui Barbosa, ministro da Fazenda do Governo Provisório, era aumentar a riqueza do país para dar um

de pequenas propriedades rurais e para os pequenos e médios empresários.

A transição entre o atual modelo, neoliberal, e outro, mais avançado e preocupado com o bem estar do povo e do país, pode ser complexa. Quais são as primeiras medidas de seu governo, e como vai enfrentar o problema da transição entre estes dois modelos?

Lula – A nossa proposta para que este novo modelo de sociedade ganhe espaço no Brasil, é o que venho chamando de um novo contrato social, que se fundamentará numa nova hegemonia

democrática, capaz de, efetivamente, construir a nação brasileira para todos.

Dizem que a frente vai abandonar o Real e trazer de volta a instabilidade monetária. Em sua opinião, a atual moeda é realmente estável?

Lula – Em minha carta compromisso que lancei para a nação deixo claro que defendo a estabilidade monetária, mas também a estabilidade econômica e social.

Como o novo governo vai garantir a estabilidade da moeda?

Lula – A estabilidade será garanti-

da sem o desemprego e a insegurança social. O governo FHC trouxe várias distorções que ameaçam o país, como, aumento da dívida externa que atingirá este ano US\$ 220 bilhões, a dívida interna mobiliária ultrapassará US\$ 300 bilhões, o que equivale a quase metade da riqueza criada pelo país este ano, o crescimento da economia tem sido medíocre e, em 1998, ficará abaixo de 2%, entre outras ameaças.

Como serão as relações entre seu governo e o movimento social?

Lula – Minhas relações serão a de muito diálogo e participação. Quero

fundamento sólido à democracia que a República prometia. Sem ser propriamente industrialista ou protecionista, diz a historiadora Nícia Vilela Luz, ele “reconhecia a necessidade de desenvolver a indústria nacional, vendo nesse desenvolvimento uma questão política – a consolidação do novo regime”.

Rui Barbosa foi autor de uma reforma bancária – o primeiro *pacote* da República – para democratizar o crédito, apoiar a produção e, principalmente, fomentar as indústrias. Um aspecto notável desse *pacote* é sua reforma monetária, que previa a emissão da moeda garantida por títulos do Tesouro, ancorada portanto na produção nacional e no crescimento da riqueza do país. Anos depois Rui Barbosa escreveria, em defesa dessa política, “que as finanças do Tesouro dependem radicalmente da atividade produtora das forças nacionais, e que não podem ter desenvolvimento sem instituições que impulsionem o trabalho, ministrando-lhe os instrumentos da expansão”.

Para os metalistas, ligados ao comércio externo e ao latifúndio, Rui Barbosa cometia uma heresia contra a teoria

clássica da moeda, cuja âncora só podia ser o câmbio. A emissão da moeda – esse era o dogma – deveria estar lastreada em ouro, obtido no comércio externo, e nunca em papéis garantidos pelo governo. Hoje, quando o dólar substituiu o ouro como lastro para o real, os neoliberais continuam presos a esse velho dogma, apresentado como novidade.

Estas alternativas (a metalista e a papelista, como ficaram conhecidas) estão ligadas às opções programáticas pela defesa da autonomia ou da manutenção da dependência. A emissão garantida pelo governo induz, por sua própria natureza, ao desenvolvimento da riqueza do país pois, no mercado interno, as transações são pagas em moeda nacional e não em divisas, sejam elas ouro, como no passado, ou dólar, como hoje. Desvinculado das imposições do comércio externo, o crédito pode ficar mais fácil e acessível, e as divisas obtidas pelo comércio externo são necessárias apenas para pagar as importações de bens e serviços.

Os partidários da dependência, ao



Caricatura da época. Campos Salles retorna de Londres.

contrário, precisam de resultados favoráveis no setor externo, através de superávites na balança de pagamentos ou da entrada de capitais estrangeiros,

que os companheiros sindicalistas participem ativamente dos órgãos que serão abertos para a sociedade opinar e decidir sobre rumos do país.

A reforma agrária é uma exigência de toda a sociedade brasileira. Ela será feita em seu governo? Como será implementada?

Lula – A reforma agrária será feita com o assentamento de 1 milhão de famílias, estímulo à elevação da produção e da produtividade de 4 milhões de propriedades familiares, com crédito favorecido, garantia de preços, seguro e apoio tecnológico; programas de irrigação para

pequenas e médias propriedades; combate à violência no campo e fim da impunidade; estímulo à criação de cooperativas e 100 mil pequenas e médias agroindústrias; e demarcação imediata das terras indígenas, com solução negociada dos conflitos pendentes.

Outro problema é a retomada do desenvolvimento: a criação de empregos, a retomada do crescimento industrial, o incentivo à produção de alimentos, etc. Como o senhor pensa enfrentar estes desafios?

Lula – Com relação a retomado do desenvolvimento vamos defender en-

tre outras coisas, fortalecer a autonomia nacional, defendendo a produção e o emprego; fazer da educação prioridade nacional; assegurar uma saúde digna; defender e renovar a produção industrial; apoiar a criação e o desenvolvimento de micros e pequena empresa; ampliar a competitividade e incrementar a pesquisa científica e tecnológica; dirigir a política de crédito das agências públicas como o BNDES e o Banco do Brasil para o fortalecimento da economia e do desenvolvimento social, promover a formação de bancos do povo, desenvolver programas de habitação popular,

mesmo especulativos (hoje expressos no enorme volume de divisas da reserva externa exibida pelo governo de FHC) pois sua prioridade não é o desenvolvimento do país mas obter recursos para atender aos *compromissos externos*. Eles constituem o alto preço da dependência pois só podem ser pagos com dólares obtidos nas relações comerciais e financeiras com os demais países, e *nunca* em moeda nacional, por mais que a propaganda do governo diga que o real é uma *moeda forte*.

Apesar da oposição ferrenha enfrentada por Rui Barbosa, a política de desenvolvimento continuou até o governo de Floriano Peixoto, sendo abandonada por seu sucessor, o líder oligárquico paulista Prudente de Moraes, que iniciou a mudança consolidada depois por Campos Sales e o ministro Joaquim Murinho, de apoio à agricultura e ao comércio externo e desencorajamento da indústria.

Tratava-se da aplicação dos "sãos princípios econômicos" que Campos Sales invocou em 1899: "tratar de exportar tudo quanto pudermos produzir em melhores condições que os ou-

*Já no século
passado os liberais
e os propagandistas
do grande capital
comercial diziam
defender o
consumidor, que
estaria sendo
explorado por
indústrias
protegidas pelo
Estado, e cujos
produtos eram
caros e de má
qualidade*

tros povos, e procurar importar o que eles possam produzir em melhores condições do que nós".

Apesar dessa opção pelo atraso ter dirigido a economia brasileira durante toda a República Velha, as vicissitudes da política agrária criaram condições para o florescimento da indústria, favorecida pela política cambial de proteção do café: a taxa de câmbio que permitia a remuneração dos cafeicultores, desvalorizando o mil-réis, encarecia a importação de manufaturados, exercendo involuntariamente o papel de barreira alfandegária.

Além disso, ao desorganizar o comércio internacional, a Primeira Guerra Mundial funcionou como poderosa barreira protecionista, deixando o mercado interno para a indústria nacional. Mas foi preciso esperar pela revolução de 1930 e, principalmente, pelo Estado Novo de 1937, quando Getúlio Vargas rompeu com os princípios liberais, para que o velho modelo agroexportador fosse para segundo plano e as relações entre a indústria e o governo se tornassem cordiais. Vargas adotou medidas de forte impac-

saneamento e o desenvolvimento social; e aumentar a participação dos salários na renda nacional, por meio da elevação dos salários mais baixos.

De onde vão sair os recursos necessários a essa retomada?

Lula – Os recursos necessários sairão das várias fontes de financiamentos do governo como o FAT, o BNDES, por exemplo. Além disso, vamos buscar a racionalização da máquina pública e dos próprios recursos das áreas. Se o governo foi capaz de salvar os banqueiros, através do Proer, no meu governo vou criar recursos para o social.

E o papel do Brasil no mundo, como será? Quais são os aliados preferenciais do Brasil, na sua opinião?

Lula – No meu governo a política externa será fundada nos princípios da autodeterminação, com a convivência pacífica com todos os povos. Lutaremos por mudanças profundas nos organismos políticos e econômicos mundiais, fortaleceremos nossas relações com os países do Sul, em especial com os da América Latina, da África meridional e os de expressão portuguesa. Defenderemos uma ampliação e reforma do Mercosul que reforce sua capacidade de implementar políticas ativas comuns de desenvolvimento e de solução dos gra-

ves problemas sociais da região.

É possível construir um Brasil para os brasileiros?

Lula – Sim, neste final de milênio, chegou a hora de rompermos com a tradição de poder das elites brasileiras. Elas fracassaram na tarefa de fazer deste grande país uma grande nação. Chegou a hora de colocar o poder a serviço da dignidade de todos os brasileiros, com iguais direitos e deveres. Vamos fazer crescer esse movimento que vai abrir uma nova página na vida desse nosso povo solidário e mágico, trabalhador e místico, responsável e alegre, valente e generoso.



Com Vargas as relações entre indústria e governo se tornavam cordiais

to econômico e social, promovendo o intervencionismo estatal que estimularia, por exemplo, a criação da indústria siderúrgica. Com a Segunda Guerra Mundial, a produção nacional cresceu e diversificou-se, e a Companhia Siderúrgica Nacional foi um marco dessa nova era.

Com o fim da guerra, o debate sobre o papel do Estado no incentivo à industrialização foi retomado, destacando-se o industrialista Roberto Simonsen, que combatia as idéias retrógradas de Eugênio Gudin, defensor radical dos interesses agroexportadores.

Colhido no fogo cruzado da luta ideológica que opunha, de um lado, nacionalistas, comunistas e demais forças progressistas, e do outro, conservadores, liberais e livre-cambistas, Vargas oscilou entre os dois pólos no seu segundo período de governo, iniciado em 1951, que transcorreu em clima de crise e evoluiu para um desfecho dra-

mático, o suicídio do presidente em 24 de agosto de 1954.

A equipe econômica do sucessor de Vargas, Café Filho, foi comandada pelo economista liberal Eugênio Gudin. Para o jornal *The New York Times*, era "the right man, in the right place, at the right time" ("o homem certo, no lugar certo, na hora certa"). Aquele era o governo dos aliados internos do imperialismo, claramente

Para The New York Times, Gudin no Ministério da Fazenda era "o homem certo, no lugar certo, no tempo certo"

anti-industrialista, opção que Gudin nunca disfarçou. Suas idéias tinham também a forte marca racista das classes dominantes brasileiras. Edmundo Macedo Soares, um dos criadores da

CSN, conta – no filme *Memória do Aço*, de Sílvio Tendler – que toda vez que se encontrava com Gudin, "ele dizia que meu grande erro foi ter feito uma indústria. O Brasil, segundo ele, não é país para ter indústria siderúrgica, mas sim para desenvolver a agricultura e a indústria têxtil. *Siderúrgica é para povos brancos*, dizia ele" (grifos meus, JCR).

Gudin repetia, contra a indústria, argumentos antigos (a defesa do consumidor por exemplo), ou chavões que ainda circulam, como a alegação, de 1959, de que ela "é a indústria do desleixo, da incapacidade e da improdutividade", que só existe pela proteção "contra a concorrência estrangeira por uma barreira aduaneira intransponível".

No governo, Gudin criou a malsinada Instrução 113, da SUMOC (o Banco Central de então), dando às empresas estrangeiras o direito de trazer equipamentos sem pagar taxas de importação, enquanto os industriais brasileiros eram obrigados a pagá-las, e à vista, para importar máquinas ou matérias primas.

Como, contudo, o impulso pela industrialização era inelutável, os conservadores viram no capital estrangeiro a salvação de seus interesses. Esse foi o espírito da Instrução 113. Fazia sentido para gente como Gudin: para

eles, a industrialização com capital estrangeiro não significaria uma alteração profunda nas relações sociais do país, e ela poderia florescer sem ameaçar a arcaica estrutura social, além de

ser uma opção de financiamento que – esperavam – não desviaria capitais da agricultura.


A instrução 113 foi assim o certificado de nascimento do modelo associado-dependente, fortemente impulsionado pelo Plano de Metas de Juscelino Kubitschek e aprofundado pelos governos militares após 1964.

Eugênio Gudín é o elo perdido que liga os neoliberais de nosso tempo a

seu desenvolvimento que o país precisa tem, entre seus antepassados, gente como José Bonifácio e Rui Barbosa. É aquele que pretende construir uma nação verdadeiramente moderna, voltada para o bem estar do povo e para a saúde da economia. É o caminho indicado pela candidatura de Luís Inácio Lula da Silva e a da frente *União do Povo – Muda Brasil* (veja entrevista de Lula nesta edição), uma via que

vimento social; criar Bancos do Povo; desenvolver programas de habitação popular, saneamento e transporte urbano; favorecer negociações transparentes com os trabalhadores; aumentar a participação dos salários na renda nacional – enfim, um programa para criar um Brasil novo e soberano, avançado e democrático.

A disputa político-eleitoral é uma forma pacífica, institucionalizada, da luta de classes, onde cada personagem traz um conjunto de idéias sobre o governo, as prioridades de investimento, as políticas que serão implementadas, etc, refletindo, com grau maior ou menor de consciência, o programa e os interesses da classe a que estão ligados.

Muitas vezes – e a propaganda conservadora contribui para isso – pensa-se que os programas dos candidatos, principalmente os que disputam os cargos de governadores ou presidentes da República, são meramente formais, demagógicos, pura propaganda para iludir o eleitorado e, depois da posse, serem esquecidos. É um engano. O conhecimento dos programas de cada candidato é fundamental. Não o conhecimento das superficiais declarações de intenção, instrumento de propaganda, mas das idéias que o candidato defendeu durante sua vida pública, ou que transparecem nas alianças feitas para chegar ao poder. Por isso, numa eleição presidencial como a deste ano, o povo precisa conhecer a qual destas duas linhas fundamentais, em luta desde a Independência, o candidato se filia – a linha da autonomia nacional e defesa dos interesses do povo brasileiro, ou a linha da capitulação às imposições do imperialismo e aos ditames do grande capital brasileiro e estrangeiro. 

José Carlos Ruy é jornalista.

Eugênio Gudín é o “elo perdido” entre os neoliberais de nosso tempo e seus ancestrais do século passado

seus ancestrais da República Velha e do Império: foi dele o sinal para o início da atual campanha anti-estatista, com o discurso que pronunciou ao receber o título de “Homem de Visão” de 1974 da revista *Visão*, onde denunciou o crescimento das empresas estatais sob os governos militares.

Hoje, a opção entre os dois caminhos está recolocada, e os brasileiros têm a chance de expulsar do comando da República, na eleição presidencial, os homens que insistem em impor ao país o velho caminho do atraso e da dependência.

O governo de FHC insiste nestas teses experimentadas durante mais de um século, cujo resultado foi um país dependente e pobre, subordinado aos interesses do imperialismo e do grande capital nacional e estrangeiro. Fernando Henrique Cardoso manifesta a intenção, desde o começo de seu governo, de acabar com a “era Vargas”, afirmação que significa a decisão de romper com o nacionalismo e a legislação social daquele modelo para impor, de forma completa e acabada, o caminho da dependência.

Contra ele, o novo caminho de de-

prevê o enfrentamento decidido da crise social que o país vive, afastando os obstáculos estruturais, ancorados no passado colonial, que impedem o desenvolvimento do país.

Um novo governo, apoiado na mobilização do povo e nas forças progressistas, nacionalistas e democráticas do país, deve fortalecer a autonomia nacional; defender a produção e o emprego; fazer a reforma agrária; assegurar educação e saúde para todos; defender e renovar a produção industrial e agrícola, ampliando a oferta de bens de consumo popular e de alimentos, medida essencial para o combate à fome; apoiar as micros e pequenas empresas; ampliar a competitividade e incrementar a pesquisa científica e tecnológica; estimular as exportações, sobretudo de produtos industrializados, e restringir as importações predatórias; modificar o sistema financeiro, garantindo crédito a juros acessíveis; voltar a política de crédito de agências públicas de financiamento como o BNDES, o Banco do Nordeste do Brasil, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, para o fortalecimento da economia e o desenvol-

Bibliografia

BELLO, José Maria, História da República, 1889/1954, Cia Editora Nacional, São Paulo, 1976.

BORGES, Maria Angélica, Eugênio Gudin - capitalismo e neoliberalismo, EDUC, São Paulo, 1996.

COSTA, Emília Viotti da, Da monarquia à república: momentos decisivos (Capítulos 1 e 2), Editorial Grijalbo, São Paulo, 1977.

DEVEZA, Guilherme, "Política tributária no período imperial", in Sérgio Buarque de Holanda e Pedro Moacyr Campos, op. cit.

DINIZ, Eli, Empresário, estado e capitalismo no Brasil: 1930/1945, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978.

LIMA, Heitor Ferreira, Três industrialistas brasileiros - Mauá-Rui Barbosa-Simonsen, Editora Alfa-Omega, São Paulo, 1976.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer, História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro), 1º vol, IBMEC, Rio de Janeiro, 1978.

LUZ, Nícia Vilela, "As tentativas de industrialização no Brasil", in Sérgio Buarque de Holanda e Pedro Moacyr Campos, História Geral da Civilização Brasileira, T. II. O Brasil Monárquico, 4º vol, Difel, São Paulo, 1971.

LUZ, Nícia Vilela, A luta pela industrialização do Brasil, São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1975.

MARQUÊS DO LAVRADIO (vice-rei do Brasil de 1769 a 1779), Relatório apresentado ao vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa, seu sucessor, in Visconde de Camaxide, O Brasil na administração pombalina, Cia Editora Nacional, SP, 1979 (coleção Brasileira, v. 192).

PRADO Jr, Caio, História econômica do Brasil, Editora Brasiliense, São Paulo, 1971.

RUY, José Carlos, "A modernização conservadora de 64 e o projeto neoliberal", in Princípios, nº 33, maio/junho/julho de 1994.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e,

Projetos para o Brasil (organização: Miriam Dolhnikoff), Companhia das Letras, São Paulo, 1998.

SODRÉ, Nelson Werneck, As razões da Independência, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1969.

SOUSA, Irineu Evangelista de, Visconde de Mauá, Exposição aos credores de Mauá & Cia e ao Público (primeira edição: 1878), in Barão de Mauá - empresário e político, Roberto Bianchi e Ronaldo Bianchi (orgs), Bianchi Editores, São Paulo, 1987 (edição fac-similar).

SOUSA, Octávio Tarquínio de, História dos Fundadores do Império do Brasil, vol. I, José Bonifácio, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1960.

Os professores de São Paulo parabenizam a **REVISTA PRINCÍPIOS** pela edição do seu 50º número, garantindo espaço de resistência para todos os que lutam por uma nova sociedade.

SINPRO-SP

Há 65 anos a Luta é Nossa Marca!

Sindicalismo com Princípios!

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DA BAHIA

Filiado à **EUT**

Defender o Sistema Telebrás É uma questão de Princípios!

Homenagem da Federação dos Trabalhadores em Telecomunicações - Fittel - à Revista Princípios. Há 17 anos e 50 edições escrevendo um Brasil mais digno, justo e soberano.

Chile, cobaia da globalização

MIGUEL URBANO RODRIGUES

*O Chile atual é a culminação do “transformismo”:
a continuação das estruturas básicas, econômicas da
época da ditadura, sob vestes democráticas*



Monumento ao Índio Mapocho, Santiago

“Chile, jaguar da América”; “Chile, vitrine da modernidade”; “Chile, país do Primeiro Mundo”. Expressões como essas aparecem com frequência nas colunas do diário *El Mercurio* e em programas da televisão chilena. Não é apenas a direita tradicional que as utiliza. Amplos setores da classe média cultivam a hipérbole patrioteira. Um orgulho postiço, herdado da ditadura, percorre em Santiago os instrumentos da comunicação social. Analistas que proclamam o seu distanciamento de qualquer ideologia recordam que o Chile precedeu a Inglaterra e os Estados Unidos na aplicação das fórmulas do neoliberalismo. Não mentem. Mas não confessam que, ao ser utilizado como cobaia de experiências inéditas do capitalismo, empreendidas numa situação sem precedentes, o Chile perdeu muito da sua identidade.

A sociedade civil tornou-se irreconhecível para aqueles que a redescobrem. Mostruário do neoliberalismo ortodoxo, o Chile é também uma vitrine que confronta o visitante com o espetáculo de uma sociedade desfibrada e triste, modelada por um sistema que faz dos homens robôs que lembram os das utopias de Orwell e Aldous Huxley.

O modelo funciona na opinião do presidente Eduardo Frei e dos partidos que integram a coligação governante, a Concertación Democrática. A direita quimicamente pura, pinochetiana, está obviamente de acordo. Foi ela quem criou o modelo.

Na última década a economia apresentou um crescimento médio que ronda os 6%. O preço dessa *performance* é, porém, assustador.

Embora os juízos de valor sobre o Chile do final do milênio diverjam,

governo e oposição coincidem no fundamental quanto ao retrato da sociedade gerada pelo modelo.

Para se compreender minimamente o Chile gerado pela ditadura é indispensável estabelecer a ponte entre o presente e o passado. O Chile atual é a culminação, triunfante e dramática daquilo a que o sociólogo Tomás Moulian chama o ‘transformismo’.

Transformismo

“Chamo transformismo – transcrevo a sua definição – ao longo processo de preparação, durante a ditadura, de uma saída da ditadura, destinada a permitir a continuidade das suas estruturas básicas sob outras roupagens políticas, as vestes democráticas. O objetivo é o ‘gatopardismo’, mudar para permanecer. Chamo ‘transformismo’ às operações que no Chile atual se realizam para garantir a reprodução da ‘infraestrutura’



criada durante a ditadura, despojada das formas incômodas, das brutais, e das ‘superestruturas’ de então. O ‘transformismo’ consiste numa alucinante operação de perpetuação que se realizou através da mudança do Estado. Este modificou-se em vários sentidos muito importantes, mas mantendo inalterado um aspecto substancial.” (1)

As estruturas repressivas da ditadu-

ra desapareceram, mas o modelo econômico persistiu. Iniciado em 1977, o 'transformismo' prosseguiu com a aprovação por plebiscito da Constituição de 1980 e ficou concluído em 1988 com a aceitação pela oposição de centro-esquerda das regras do jogo impostas por Pinochet em nome do regime, regras legalizadas pela lei magna.

Em setembro de 1973, a Democracia Cristã, que não estava comprometida no golpe, mas o recebeu com satisfação, não percebeu inicialmente o sentido dos acontecimentos. Os seus mais destacados dirigentes esperavam que os militares fizessem o trabalho sujo para depois, posta a casa 'em ordem', entregarem o poder aos políticos de centro-direita.

Somente transcorridos alguns meses, começou a ficar claro o significado da brutal intervenção das Forças Armadas. O terror não foi um objetivo; apenas o instrumento de um projeto ambicioso.

Sabe-se hoje que o bombardeio do Palácio de La Moneda e os fuzilamentos massivos das primeiras semanas não eram indispensáveis ao êxito militar do golpe. A crueldade que assinalou a instalação da ditadura militar não foi o desfecho circunstancial de impulsos sádicos de militares brancos. Pinochet não pertence à família dos tradicionais gorilas latino-americanos. O terror, no Chile, inseriu-se num projeto científico, numa estratégia que atribuiu ao medo um papel primordial no funcionamento do novo regime.

Poder absoluto

O projeto do qual o general Augusto Pinochet seria o executor precisava, para se concretizar, de um poder absoluto, de longa duração, sem limites morais ou legais.

É um erro comum qualificar de fascista a ditadura militar chilena. Ela não o foi. Faltavam ao regime dois elemen-

Pinochet tinha

consciência de

que a ditadura

não podia

prolongar-se

excessivamente

sem mudanças

de fachada

tos definidores do fascismo clássico. Em primeiro lugar nunca contou com uma base de massas, contrariamente ao que ocorreu na Alemanha, na Itália, e mesmo na Espanha. O nacionalismo exacerbado de Hitler e Mussolini não se manifestou também no Chile. Pinochet não favoreceu a indústria nacional; escancarou as portas ao capital internacional.

O neoliberalismo foi, no Chile, acompanhado da apologia entusiástica do capitalismo, o que não aconteceu na Alemanha nazista nem na Itália. Não é por capricho que a direita chilena reivindica a paternidade daquilo a que se chama orgulhosamente "uma ditadura revolucionária capitalista".

Diferentemente dos fascismos europeus, a ditadura chilena não escondeu na primeira fase os seus crimes. Ocultava o nome dos esbirros, mas tornava públicos os atos de terror. Orgulhava-se deles e apresentava-os como indispensáveis à construção do futuro, à "refundação do Chile". O elogio da barbárie apareceu na propaganda oficial como exigência de defesa da civilização cristã (tese rejeitada pela Igreja).

A famosa ameaça do almirante Toribio Merino de fazer de Santiago uma 'nova Jacarta', se isso fosse ne-

cessário, é elucidativa do espírito de repressão assumido pela Junta.

A difusão do terror contribuiu decisivamente para desencorajar a resistência popular. O temor não era, porém, contrariamente ao que ocorreu na Alemanha, nem gratuito nem irracional. Estava a serviço de um projeto inédito. Os militares acreditavam ser detentores de um *saber* que respondia ao momento histórico, o único *saber* que poderia ser parteiro da nova sociedade. Estavam convencidos de que somente o capitalismo pode gerar o progresso e trazer respostas positivas aos problemas da humanidade. As equipes de tecnocratas que desde o início funcionaram como assessores da Junta eram constituídas por jovens formados nos dogmas da Escola de Chicago, discípulos de Milton Friedman e de Harberger. Tinham uma concepção quase religiosa da economia e da necessidade de varrer todos os obstáculos que estorvassem o predomínio absoluto do mercado. Comportaram-se como empresa liquidatária do Estado. Entendiam que a tarefa precípua deste seria a de guardião do mercado, cabendo-lhe travar a tendência, sempre latente nos homens, para se rebelarem contra 'a ordem' existente, no caso 'a ordem' imposta no Chile.

Pinochet tinha consciência de que a ditadura não podia prolongar-se excessivamente sem mudanças de fachada e também do discurso político.

A partir de 1977 o regime mascarou-se de "nova democracia". Passou a autodefinir-se como "uma democracia autoritária, tecnificada, integradora e de participação social".

O profeta austríaco Friedrich Hayek, pai do neoliberalismo ortodoxo, ficou entusiasmado com o que viu ao visitar o Chile no final de 1977. O autor de *O caminho da servidão* aproveitou a oportunidade para reafirmar que a democracia deveria ter fronteiras bem traçadas

e que a livre empresa é o único caminho para o bem estar e o progresso humano. Hayek não previu então que o modelo chileno, antes de atingir as metas fixadas, iria sofrer um complexo e grave acidente de percurso.

Após um quinquênio de crescimento acelerado, a economia entrou em crise. Em 1981/82, o PNB caiu 14%. O desemprego aumentou na Grande Santiago de 11,1% para 22,2%. Centenas de empresas, incluindo grandes grupos, fecharam as portas e o governo teve de intervir na banca para evitar falências em cadeia.

Pela primeira vez, desde a fase do terror maciço, o descontentamento popular desembocou em greves e manifestações de protesto. O povo começou a sair às ruas, primeiro timidamente, depois com mais determinação. Algumas concentrações mobilizaram centenas de milhares de pessoas.

Preocupada com a sua péssima imagem externa, a ditadura não optou pela repressão indiscriminada. Atuou com brutalidade, mas de maneira seletiva.

Durante dois anos, a resposta às reivindicações populares formuladas por organizações ilegais criadas *ad hoc*, a Alianza Democratica e o Comando Nacional de Trabajadores, foi estudada caso a caso, de acordo com a importância e o significado das manifestações e paralizações do trabalho.

Finalmente, a 6 de novembro de 1984, o Governo decretou o estado de sítio e submeteu à censura prévia todas as revistas de oposição.

A escolha da data não foi casual. O regime já tinha a 'solução' para a crise; simultaneamente sabia que as massas, sem uma direção política estruturada e unida, haviam perdido muito da combatividade anterior. O impulso contestador apresentava sinais de esgotamento.

A estratégia da contenção popular foi acompanhada de uma estratégia de



Avenida Bernardo O'Higgins, no centro de Santiago

O pinochetismo impôs um modelo ultra liberal destruindo as estruturas do Estado, opção diferente daquelas empreendidas pelas ditaduras militares no Brasil e na Argentina

rearticulação do modelo. No choque de tendências entre duros e os brandos, o general Leigh, um dos membros fundadores da Junta, foi afastado e com ele os tecnocratas que atribuíam o refluxo da economia ao maximalismo neoliberal.

A conclusão de Pinochet favoreceu os ultras. Agindo como árbitro, optou por uma radicalização do modelo. O desmantelamento do setor empresarial do Estado foi considerado insuficiente. Duas reformas foram decisivas: a seguridade social foi privatizada, o ensino público severamente golpeado e destruídas as últimas barreiras que

impediam o controle absoluto da força de trabalho.

A nova equipe de tecnocratas compreendeu que sem uma política de 'flexibilização do trabalho' irrestrita, os ajustes microeconômicos do mercado eram inviáveis, comprometendo o funcionamento do modelo.

A privatização da seguridade social, pelo seu lado, debilitou drasticamente a capacidade financeira direta do Estado, transferindo para o setor privado uma massa colossal de fundos.

O regime concluiu, com arrogância, que a crise resultara da timidez de condições para o funcionamento ótimo do

modelo e não da sua inviabilidade.

A negociação com as forças da oposição – o Partido Comunista e o MIR não participaram obviamente desse diálogo – foi o complemento natural da nova estratégia na frente econômico-financeira. O Chile atual é resultado desses compromissos espúrios que abriram o caminho ao ‘transformismo’, ou seja, a mudanças na área política que ficaram a assinalar a transição, garantindo a continuidade do modelo de neoliberalismo ortodoxo, e a tutela das Forças Armadas sobre os futuros governos.

Não cabe no âmbito deste texto a abordagem analítica desses compromissos. Mas é útil sublinhar que os acordos entre a ditadura e a Concertación Democrática – integrada pelo Partido Socialista, o Partido por la Democracia, o Radical e a De-

mocracia Cristã – implicaram a renúncia a opções e princípios democráticos que marcaram a evolução do Estado chileno desde os anos 30.

O pinochetismo não impôs apenas um modelo ultra liberal: arrasou as estruturas do Estado preexistente para, sobre as suas ruínas, edificar um país novo. Foi uma operação muito diferente das empreendidas no Brasil e na Argentina pelas respectivas ditaduras militares.

A galopada para a direita de antigos intelectuais de esquerda desempenhou um papel que não deve ser subestimado. O fenômeno contribuiu para o êxito da operação cosmética do transformismo. Cabe recordar que muitos dos ministros do atual Governo de Eduardo Frei se definiram como marxistas na época da Unidade Popular.

A metamorfose foi rápida. Quando

Pinochet passou a faixa presidencial a Patricio Aylwyn, os ideólogos do modelo chileno já estavam tranquilizados quanto aos seus principais interlocutores na Concertación. A ‘transição’ fora discutida exaustivamente. Os partidos da aliança oposicionista ainda falavam de ‘democracia avançada’, mas o projeto que se haviam comprometido a respeitar era o da modernização neoliberal, tal como a ditadura a concebia. Pinochet, as transnacionais e os grandes grupos chilenos estavam seguros de que a oposição iria, no fundamental, seguir zelosamente a sua política econômica. Em muitos aspectos foi mais longe, agravando-a.

O discurso político da Concertación Democrática reflete bem o *aggiornamento*. O Partido Socialista (continuador da fração de Clodomiro Almeyda) comporta-se hoje como neoliberal. O Partido por la Democracia é, na teoria e na prática um filhote do ‘transformismo’. O taticismo demagógico de Ricardo Lago (o seu líder mais destacado e o candidato mais forte à sucessão de Frei) retrata bem a política camaleônica da Concertación. Paradoxalmente, a Democracia Cristã é talvez o menos farisaico dos partidos do governo. Ainda mantém um discurso formalmente humanista, mas sua defesa da justiça social é incompatível, na prática, com a aceitação do capitalismo globalizado.

Os fatos confirmam no dia-a-dia que a antiga oposição de centro-esquerda, ao assumir as insígnias de um governo esvaziado de poder real, se acomodou docilmente à fórmula das Forças Armadas segundo a qual a política deve permanecer subordinada à economia.

A convivência entre os partidos que negociaram a transição com Pinochet e os empresários que conduzem a estratégia neoliberal é, entretanto, harmoniosa. A Concertación aceita como axiomática a tese neoliberal segundo a

Os partidos da aliança oposicionista ainda falavam de ‘democracia avançada’, mas o projeto que haviam se comprometido a respeitar era o da modernização neoliberal, tal como a ditadura a concebia



Palácio de La Moneda, Santiago

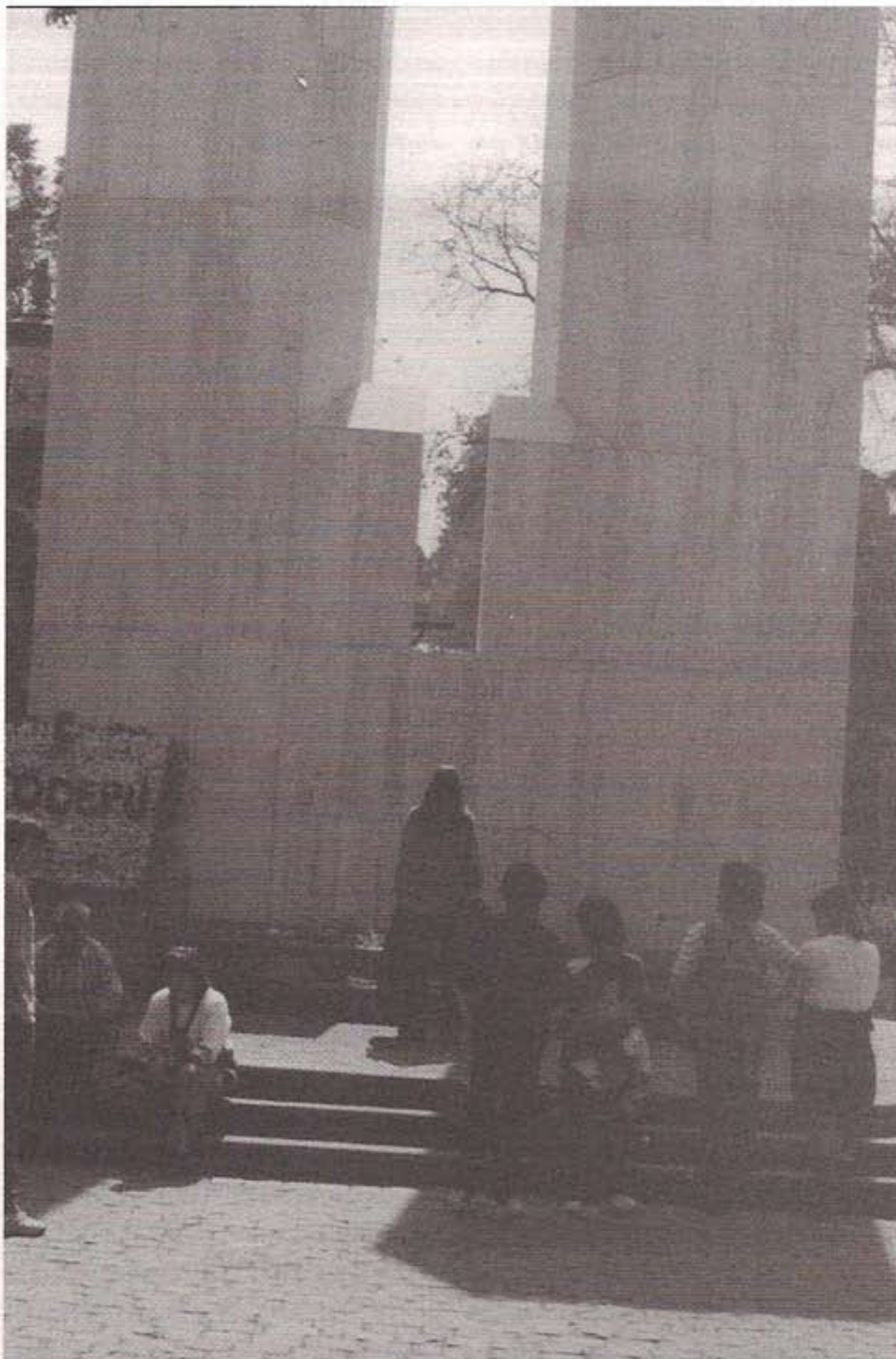
qual o mercado – cada vez mais sacralizado – não deve ser estorvado pela ação do Estado nem pela pressão dos trabalhadores. No Chile as relações entre o capital e os trabalhadores passaram a ser, na prática, relações entre o patronato e indivíduos. Os assalariados perderam com a ditadura a sua voz como coletivo e não a recuperaram. Os sindicatos foram esvaziados da sua função.

Existem naturalmente tendências conflitantes no âmbito da Concertación. Mas as contradições que opõem os seus líderes não são antagônicas, emergindo sobretudo como consequência de ambições pessoais. A antiga oposição conseguiu acomodar-se ao dilema que enfrentava. O compromisso de manter a política econômica da ditadura não significou para ela uma *negação*, porque, embora sem o confessar, já se havia transformado em neoliberal. Qual então o dilema? Criticar ou não criticar *a obra* de Pinochet?

Não pode elogiá-lo por motivos éticos e eleitorais. Mas os reparos têm de ser frouxos e inconvenientes porque a Concertación, afinal, aceitou o projeto pinochetiano e legitima com os seus atos, no governo, a lógica neoliberal.

Na opinião de professores universitários com quem falei, Pinochet foi favorecido ao perder o plebiscito de 88 e, portanto, a possibilidade de se tornar presidente constitucional. Teria sido também afortunado quando o seu candidato, Hernan Büchi – zeloso executor do liberalismo selvagem como Ministro da Fazenda – perdeu em 89 para Patricio Aylwyn.

O consenso com a oposição, antes de transferidas as insígnias do poder, permitiu a domesticação dos partidos da Concertación. Estes justificaram as concessões feitas e a renúncia a princípios implícitas na sua capitulação com o argumento de que o país precisa sair de um pesadelo. Os resultados da teoria do mal menor estão à vista; são decepcionantes.



Túmulo de Salvador Allende

A Concertación, antes de se instalar no Governo, esforçou-se para receber certificados de boa conduta. Fez o que estava a seu alcance para seduzir os grandes empresários nacionais e tranquilizar os militares, a direita tradicional e o imperialismo. E atingiu esses objetivos. No tocante à política econômica não é fácil hoje estabelecer uma linha divisória entre o pensamento dos partidos da Concertación e os dois baluartes da direita: a Renovación

Nacional e a Unión Democrática Independente.

A Concertación ficou amarrada pelos seus compromissos. Mesmo que quisesse empreender reformas econômicas e sociais – e ela não pretende isso – encontraria obstáculos insuperáveis na Constituição de 80 e na composição do Congresso.

Pinochet preparou com infinita cautela a sua sucessão. É um fato que no Chile atual são respeitados alguns di-


reitos e liberdades fundamentais. Mas os limites da democracia política foram claramente traçados por uma Constituição que faz das Forças Armadas o tutor do regime. A ditadura forjou uma *democracia tutelada* que apresenta a peculiaridade inédita de ter senadores designados, quatro dos quais representam as Forças Armadas, e um senador vitalício.

O alarido feito pela mídia em torno da contestação à posse de Pinochet criou na opinião pública mundial ilusões sobre o funcionamento do regime chileno. A revista *Encuentro XXI*, de Santiago, coloca o dedo na ferida ao afirmar que a cadeira vitalícia de Pinochet no Senado não é um dado se-

segue esconder a realidade: um governo de partidos democráticos administra o projeto implantado por uma ditadura sanguinária.

Não visitava o Chile desde dezembro de 1989 quando acompanhei ali a derrota eleitoral do candidato de Augusto Pinochet. Nada era então claro no panorama social e político. O simples fato de o futuro presidente, Patricio Aylwyn, ser um político muito conservador que desempenhara um papel importante nas lutas contra a Unidade Popular, justificava apreensões. Mas a atmosfera era, na época, de grandes esperanças. O desenvolvimento da história não as confirmou.

memória. O apagamento do passado, empreendido com a cumplicidade dos partidos do governo, é uma evidência dolorosa. A sociedade civil tornou-se irreconhecível para aqueles que a conheceram antes do Golpe de setembro 1973.

Não é por acaso que os teóricos do pensamento único citam o Chile atual como vitrine do neoliberalismo no Terceiro Mundo. Não há na América Latina uma sociedade que tenha sido submetida tão completamente ao movimento alucinatório do mercado, como cobaia da globalização imperial. 

Miguel Urbano Rodrigues é jornalista.

Notas

(1) Tomas Moulian, *Chile atual: anatomia de um mito*, Ed. Arcis Universidad, 19ª edição, Santiago, 1997, p. 145.

(2) Revista *Encuentro XXI*, 'La dictadura militar, un balance necesario', n. 11, Santiago, 1998, p.8.

O governo de Frei, em defesa da sua política, repete monotonamente que o Chile está prestes a ingressar no clube fechado dos países desenvolvidos (o que é falso)

cundário da conjuntura, mas sim o símbolo daquilo a que chama "a vitória do ditador". Este conseguiu que "nada de essencial mudasse nestes oito anos de governo da Concertación". Transcrevo:

"De fato o modelo econômico permanece, a legislação laboral pro-empresarial está quase igual, com o modelo para a educação, a saúde e a previdência acontece o mesmo; o sistema político permanece praticamente intacto com os seus poderes de fato e paralelos intocados e sua representatividade restringida, a injustiça sócio-econômica permanece ou aumentou, os assassinos estão em liberdade e nem sequer é possível prender, após um ano de esforços, um delinquente estrangeiro protegido pelo poder militar e a direita". (2)

Toda a retórica de Eduardo Frei e dos dirigentes da Concertación não con-

Uma semana em Santiago proporcionou-me, agora, o reencontro com um Chile decepcionante, uma sociedade petrificada.

O governo de Frei, em defesa da sua política, repete monotonamente que o Chile está prestes a ingressar no clube fechado dos países desenvolvidos (o que é falso), distanciando-se da América Latina. O crescimento regular da economia é seu principal argumento. O modelo funciona, proclamam em coro os ministros da Concertación. Repetem, afinal, o que Pinochet, pai do modelo, afirmava.

As assimetrias sociais, entretanto, crescem e a repartição da riqueza é hoje uma das mais injustas da América Latina.

A grande maioria dos chilenos perdeu a alegria de viver. E também a

50ª
Edição da
Revista

Princípios



Informação e formação para
quem acredita em uma
sociedade justa e igualitária

ASSINE AS PUBLICAÇÕES DE CUBA!

TRicontinental é uma publicação trimestral editada pela Organização de Solidariedade dos Povos da África, Ásia e América Latina (OSPAAAL).



[] Assinatura anual (4 números): R\$ 22,00

CUBA INTERNACIONAL

Em cores: a Ilha, sua vida, costumes e realidade pelas suas próprias palavras.

[] Assinatura anual (6 números): R\$ 20,00

AVANCES MÉDICOS

Informa sobre a medicina avançada praticada em Cuba. Também ilustrada e em cores.

[] Assinatura anual (4 números): R\$ 30,00

PRISMA

O turismo em Cuba. Amplamente ilustrada e contendo artigos sobre os mais belos locais da Ilha.

[] Assinatura anual (6 números): R\$ 20,00

Assinale a opção e envie-nos o cupom, junto de cheque nominal à: Livraria Portugal Ltda.
SOLICITE NOSSO CATÁLOGO.



Nome: _____ Telefone: (_____) _____
Endereço: _____
Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____

Distribuidor no Brasil: Livraria Portugal Ltda.
Rua Genebra, 165 - Bela Vista
Tels.: (011) 3106-0877, 3106-1748 e 232-2071
CEP 01316-010 São Paulo - SP



"O mundo de hoje é marcado por contradições agudas, mas não é destituído de esperança."

FITEE

Enfrentando os desafios sindicais e educacionais rumo ao século XXI
Saudações a quem tem coragem,
Saudações à revista *Princípios*

Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino
R dos Tamoios, 200 - 15º andar
Belo Horizonte - MG
Fone: (011) 222 2122

Como o Partido do Trabalho da Albânia se afastou de suas posições marxistas-leninistas

NEXHMIJE HOXHA

*“Perdemos a
independência
política e
econômica, mas o
povo albanês
sempre lutou no
curso da história”*

Nexhmije Hoxha em 1978



Discurso realizado na cidade italiana
de Teramo (1997).

Nexhmiye Hoxha, 77 anos, viúva de Enver Hoxha (líder da revolução e da construção do socialismo na Albânia) foi uma destacada dirigente do Partido do Trabalho (Comunista).

Durante o período do socialismo desempenhou tarefas ligadas à educação revolucionária das massas. Integrante do Comitê Central do PTA e deputada na Assembléia da República, foi diretora do Instituto dos Estudos Marxistas-Leninistas e presidente da Frente Democrática, organização política e social de unidade popular. Durante governo revanchista e anticomunista de Sali Berisha – instaurado no quadro da contra-revolução que envolveu a Albânia e todo o Leste europeu – Nexhmiye foi encarcerada por 5 anos. Atualmente dedica-se a escrever suas memórias.

Neste texto – no original, um discurso realizado na cidade italiana de Teramo (1997) – explica as causas da derrota do socialismo na Albânia.



Hoje, a miséria se espalha pelo país: nas ruas de Tiraná, todos vendem de tudo

“Sabe-se que um dos princípios fundamentais do comunismo é o papel de guia do Partido Comunista na organização, na direção e na realização bem sucedida das revoluções proletárias e da edificação do socialismo.

A experiência e a realidade da Albânia testemunham sobre a coerência dessa tese leninista não somente do ponto de vista teórico mas também prático. Desde a fundação do Partido

do Trabalho da Albânia em 1941, o povo albanês lutou contra os ocupantes nazifascistas sob a direção desse partido e do camarada Enver Hoxha, realizou passo a passo a revolução popular, estabeleceu o poder da democracia popular segundo os princípios da ditadura do proletariado e edificou o socialismo.

Não me deterei aqui no período de 45 anos da construção do socialismo

na Albânia, porque os resultados obtidos sob a direção do Partido do Trabalho e do camarada Enver Hoxha são mais ou menos conhecidos e o tempo de que disponho não me permite. Efetivamente, tenho em mente expor aqui o aspecto negativo da dolorosa experiência albanesa, daquilo que ocorre quando o partido da classe operária abandona a luta em defesa dos princí-

pios leninistas, deixa-se atrair pelos lemas e pelas alternativas dos revisionistas modernos renunciando assim não somente a seu papel hegemônico, mas indo até o ponto de negar-se a si mesmo.

Como tudo isso ocorreu? Por que o Partido do Trabalho da Albânia se afastou de suas posições marxistas-leninistas?

Em 1985, o povo albanês e o Partido do Trabalho perderam seu guia, Enver Hoxha. Foi exatamente em 1985 que na União Soviética Mikhail Gorbachev assumiu a frente do estado soviético e com suas idéias sobre a *Perestroika* e a *Glasnost* foi, com efeito, mais longe que o revisionista antileninista e antistalinista Nikita S. Kruchev.

Enver Hoxha não viveu para lutar



Enver Hoxha conversa com moradores de Mashkullorë, cidade importante nas lutas de libertação nacional, 1978

contra Gorbachev, mas até o fim dos seus dias lutou com a exemplar determinação de um grande revolucionário marxista-leninista, denunciando abertamente os perigos que o revisionismo moderno causava ao movimento operário, e sobretudo os provenientes do revisionismo que se alimentava e se inspirava pela direção do primeiro país da Revolução Proletária, da edificação socialista e comunista. No que concerne ao seu país, Enver Hoxha não limitou essa luta unicamente ao plano ideológico mas denunciou sempre o perigo que ameaçava a independência da Albânia socialista nos planos político, econômico e militar, decorrente das intenções da nova superpotência imperialista soviética.

À chegada de Gorbachev à cabeça da União Soviética, com suas reformas tão aplaudidas e exageradas pelos círculos imperialistas, pelas chancelarias ocidentais e pela imprensa burguesa mundial, apareceram as primeiras fissuras no seio do Estado criado por Lênin e Stálin, na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, no país que tinha salvado o mundo do nazismo alemão, que era a esperança dos povos do mundo e do movimento operário internacional, que sempre tinha apoiado as suas lutas pela liberdade, a independência, por seus direitos nacionais e sociais. Gorbachev e seus colaboradores não apenas atacaram os fundamentos do Estado criado pela Revolução de Outubro, mas servindo-se de suas teorias anti-leninistas, destruiu os laços fraternais e as situações internas nos países de democracia popular. Ele disse ao imperialismo norte-americano e ao grande capital ocidental: "façam o que quiserem".

Gorbachev afirmou sua traição de antileninista com o discurso que pronunciou há dez anos, por ocasião do 70º aniversário da Revolução de Outubro. Para nós está claro tudo o que

aconteceu e continua a acontecer na ex-União Soviética após essa queda vertiginosa e o afastamento da linha leninista, queda que o próprio Gorbachev não pôde suportar, cedendo lugar aos Yeltsins para que estes consumassem a traição até o fim, reduzindo a União Soviética a um país sem o peso político e militar que representava, abandonando-a a um completo caos econômico, moral e social.

Mas é hora de falar sobre meu país onde uma inaudita catástrofe aconteceu. Que eu saiba, ninguém até o presente fez uma análise profunda e geral do que ocorreu e continua a ocorrer na Albânia. Não é fácil fazer essa análise porque os fatores internos e externos são numerosos, sendo as ligações entre uns e outros evidentes,

*O X Congresso, de junho de 1991,
foi preparado por uma comissão especial
que fez de tudo para desacreditar os
membros mais antigos do Birô Político
e os comunistas mais determinados*

mas, também, é indiscutível que houve nos bastidores cenários e planos que se podem imaginar e que até o momento permanecem desconhecidos.

Eu própria ainda não me lancei a esse trabalho, porque depois de 1991 estive presa durante mais de cinco anos e apenas tinha sido libertada quando ocorreram os indesejáveis acontecimentos de 1997, período durante o qual estive praticamente isolada, sendo impossível deslocar-me e encontrar quem eu queria. Mas, pelo que pude compreender e acompanhar dos acontecimentos ocorridos na Albânia, tentarei apresentar de maneira incompleta, apenas alguns momentos cruciais que influenciaram a crise albanesa.

Não me deterei na descrição do fundo histórico e das circunstâncias que influenciaram a crise albanesa, nem da situação catastrófica resultante.

Em suas análises o camarada Enver Hoxha sublinhava que o estabelecimento dos revisionistas no poder levaria à degenerescência do socialismo e à restauração do capitalismo, que os partidos se encontravam na lama da social-democracia, que o revisionismo moderno se transformaria num ninho de gatos. O curso dos acontecimentos que estamos vivendo dá-lhe completa razão no que concerne a essas previsões.

Desgraçadamente, seu Partido não se ateuve estritamente às lições leninistas sobre o indiscutível papel dirigente do Partido como vanguarda da classe operária. Não valorizou a

importância de suas advertências sobre o perigo do revisionismo moderno ressuscitado que ameaçava o socialismo nos países onde ele estava sendo construído e todos os partidos comunistas e operários do mundo.

O guia de nosso Partido se separou de nós no momento em que as forças políticas da grande burguesia capitalista dos países mais industrializados encontravam-se no auge da atividade para assentar um golpe eliminador nas forças comunistas, sobretudo nos países onde estas se encontravam no poder.

É dessa maneira que a pressão euro-atlântica se faz sentir também sobre nós. Altas personalidades oficiais vinham à Albânia e insistiam em que "a Albânia

mudasse de via". A resposta de nossa direção era: "A Albânia deve ser aceita tal como ela é" (tratava-se da Comunidade Européia, da Convenção de Helsinque, da OSCE etc). Mas, o 'quartel-general' anticomunista, sob a direção dos Estados Unidos, que organizava a última batalha pela derrubada do sistema socialista-comunista na União Soviética e nos países do Leste europeu, não podia suportar a obstinação dos albaneses. Organizou, então, a quinta coluna. As ameaças políticas e econômicas, vinham assim, tanto do Leste, dos 'ex-amigos', como do Oeste e se sucediam umas às outras.

Logo que assumiu o poder, Sali Berisha empreendeu uma campanha feroz contra os comunistas

Era a época em que caía o muro de Berlim. Na Romênia ocorriam os processos e fuzilamentos horripilantes. A Rede Italiana de Televisão (RAI) continuava a enganar os jovens albaneses com a publicidade de uma vida paradisíaca.

Os comunistas honestos se esforçaram por manter durante o ano de 1990 o mais firmemente possível as principais posições encarnadas na Constituição da República Popular da Albânia do ano de 1976, que Enver Hoxha nos deixara como herança.

A verdade é que durante esse período a situação econômica do país não era satisfatória devido a razões objetivas e subjetivas, que não mencionarei aqui. Os elementos que organizaram manifestações turbulentas em nome da democratização do país, valeram-se do descontentamento de muitos coletivos da classe operária, aos quais já não se assegurava a matéria-prima para a produção, e dos jovens que já não encontravam trabalho como antes.

Encontrávamo-nos sob uma extraordinária pressão, tanto interna como externa. Insistia-se particularmente na revisão da Constituição, exigia-se a supressão do papel dirigente do Partido do Trabalho e a permissão do pluralismo político; a supressão da teoria marxista-leninista como ideologia guia de nosso Partido e de nosso estado; a introdução no país das sociedades de economia mista e dos créditos externos; o estabelecimento de relações diplomáticas com os Estados Unidos; a abertura das instituições religiosas; e a libertação dos prisioneiros políticos.

Havia entre todas essas exigências algumas que podíamos aceitar, mas eram de importância secundária. Exigia-se que renunciássemos à via marxista-leninista, ao socialismo, que retrocedêssemos ao passado, que restaurássemos o capitalismo, com todos os seus fundamentos e estruturas. Em meio a essa encruzilhada, a direção do Partido se encontrou na discórdia. A maioria era fiel à linha de Enver Hoxha. O mesmo aconteceu nas organizações do Partido. Mas o primeiro-secretário do Comitê Central e alguns outros dirigentes não compartilhavam o mesmo ponto de vista. Ele tomou duas decisões fatais para o Partido: primeiro, num discurso pessoal, sem pedir a aprovação do Birô Político, sem submeter aos votos do Pleno do Comitê Central, ele deu a orientação de abrir as reuniões das organizações do Partido a quaisquer pessoas que delas desejassem participar, com o direito de intervir nas discussões, sem a obrigação de serem

membros. Habitualmente, nas reuniões das organizações de base das empresas, das escolas, das cooperativas etc, e mesmo nas reuniões plenárias do Comitê Central, em que se discutiam importantes problemas econômicos e científicos, sempre convidávamos especialistas renomados não membros do partido, mas não quem quer que desejasse, como se as organizações do Partido fossem clubes com entrada franca. Os comunistas reagiram mal a essa decisão. Com efeito, a vida do Partido foi destruída e durante os acontecimentos posteriores ele chegou a ser liquidado para se fazer substituir por um novo partido, o qual, no X Congresso, em junho de 1991, assumiu a denominação de Partido Socialista. A maioria dos comunistas, assim como a maior parte dos delegados, acreditavam que esse partido seria o continuador do Partido do Trabalho e chegaram mesmo a propor diferentes nomes, como Partido Renovado, etc. Foi nesse mesmo Congresso que se desferiu o segundo golpe, eliminador, no Partido do Trabalho. Refiro-me à maneira como o Congresso foi preparado, como se desenvolveu, seus bastidores e sobretudo a eleição do novo Comitê Central e às competências que este se atribuiu.

O Congresso e seu informe não foram preparados pelo Comitê Central, que era considerado conservador, mas por uma comissão especial, da qual participavam os membros liberais – chamemos assim – do Comitê Central e outras pessoas indicadas pelo próprio primeiro-secretário. Não tendo sido aprovado pelo Comitê Central, sobretudo por suas críticas a Enver Hoxha, a Comissão exigiu a dissolução do CC apenas quatro dias antes do início dos trabalhos do Congresso. Não ficamos de acordo porque isto contrariava o Estatuto do Partido. A comissão organizou o trabalho de maneira que no congresso os mais antigos



Manifestação de trabalhadores em fins dos anos 40, logo após a libertação

membros do Birô Político, assim como os comunistas mais determinados, fossem desacreditados por meio de acusações baixas sem caráter político e que serviram de fundamento às acusações que Sali Berisha lhes imputou mais tarde quando seu governo os aprisionou. O partido que foi criado nesse Congresso realizou um outro no qual se fundou um Partido Socialista, de tipo Ocidental, que enviou o primeiro documento a Bettino Craxi, da Internacional Socialista européia. É compreensível que nessas condições o eleitorado que continuava votando no Partido do Trabalho ficasse desorientado e uma boa parte dele desse nas eleições de 22 de março de 1992 seu voto ao Partido Democrático, dizendo: "vejamos o que esse partido vai fazer"! E o povo viu o que esse partido fez e pagou ao preço de vidas humanas e angústias intermináveis a escolha que houvera feito nessas eleições. Durante todos esses anos ele conheceu também o Partido Socialista, o qual, estando em posições social-democratas, faz uma transição rumo à centro-direita, como ele próprio declara, em coalizão com os demais partidos no governo.

Em sua maioria, o povo, tomando consciência de sua responsabilidade, se insurgiu em revoltas, para reconquistar os direitos perdidos.

O que Sali Berisha deu à Albânia nos cinco anos em que ocupou o poder?

Em dezembro de 1990 um grupo de estudantes universitários conhecidos por seu liberalismo, se lançaram na empreitada de organizar protestos e manifestações. No começo, sob o pretexto de reivindicações econômicas. Mais tarde, apresentaram exigências políticas relacionadas à democratização da vida do país, a liberdade de opinião e de organização. Junto aos

estudantes, encontrava-se – enviado pelo próprio Ramiz Alia, segundo ouvimos dizer – o cardiologista e professor, comunista há 25 anos, secretário do partido na Faculdade de Medicina, Sali Berisha, sob o pretexto de tranquilizar a situação. Sali Berisha, originário dos povoados mais recônditos do norte da Albânia, veio a Tirana para seguir seus estudos universitários financiado pelo Estado. Estudou com zelo e foi enviado várias vezes à França para se especializar. Era um bom médico, mas também ambicioso, autoritário, duro com os amigos. Dizia-se que se mostrava muito devoto e

militante corajoso porque pretendia ser eleito para o Comitê Central do PTA, objetivo que jamais pôde realizar, talvez porque se casara com uma albanesa cuja mãe era de Montenegro, ligada à OZNA (serviço secreto iugoslavo). Era esta a razão também por que ele jamais foi chamado para consulta médica por Enver Hoxha como freqüentemente se falou.

Sempre ambicioso e carreirista, fazendo os ares que sopravam nos países ex-socialistas do Leste europeu, à primeira ocasião que se apresentou na Albânia, ele passou para o lado dos estudantes revoltados. Dando cotoveladas

nos estudantes e em outros iniciadores do Partido Democrático, colocou-se à frente desse partido.

Sali Berisha não se acanhou por ter feito uma viragem de 180 graus para se transformar de comunista em anticomunista raivoso. Sua crueldade aumentou com o tempo, transformando-o no primeiro perseguidor impiedoso, paranóico dos comunistas.

Sob acusações absurdas ele mandou prender uns após outros os membros do Birô Político, assim como altos funcionários do Partido e do Estado, inclusive a mim, companheira de Enver Hoxha. Milhares de simpatizantes, fun-



Foto: Avo Larenc

Civis albaneses tentam fugir em barco grego que vai levar diplomatas chineses e iranianos para a Itália. Março, 1997

cionários e trabalhadores honestos perderam seus empregos, foram afastados de seus escritórios, das instituições, das escolas, das sessões militares.

Ele se colocou à frente da oposição, mas não de uma oposição política democrática. As pessoas sérias que compreenderam seus propósitos e suas ações vis, se afastaram dele. O movimento de dezembro (1990), que muitas pessoas chamaram de Revolução Democrática, sob a direção de Sali Berisha, transformou-se num movimento fascista anti-revolucionário, em que o próprio se colocou à frente de esquadrões tipicamente mussolinianos e hitleristas. Sua palavra de ordem era: "Morte ao comunismo", a destruição até a "cota zero" de tudo o que houvera sido construído pelo regime comunista, porque os Estados Unidos tinham dado o "cheque em branco" para reconstruir edifícios mais belos e mais modernos.

O Partido Democrático se transformou num conglomerado de pessoas reacionárias, colaboracionistas, de ex-prisioneiros políticos, de proprietários e de ricos deserdados, de pessoas ambiciosas, intelectuais servis e medíocres e de outros ainda desejosos de fazer carreira, entre os quais se encontravam também comunistas.

Foi com a ajuda desse contingente, transbordante de ódio represado durante 50 anos, dos vencidos e deserdados, de políticos suspeitos e corrompidos, que Sali Berisha empreendeu uma campanha feroz de represálias, até ao ponto de atos de vandalismo e macabros.

Ele começou com a demolição dos monumentos e bustos de Stálin e Lênin para mais tarde derrubar os de Enver Hoxha, o que provocou a ira do povo, que se levantou em manifestações massivas de protesto em todo o sul da Albânia e em algumas cidades do norte. Grupos de vândalos, de ex-prisioneiros comuns, incitados e pagos, derubaram todos os símbolos da Luta

Antifascista de Libertação Nacional, destruíram museus, violaram os cemitérios dos guerrilheiros. Eles foram ao ponto de cometer o ato macabro de na calada da noite sem avisar às famílias, desenterrar os restos mortais dos comandantes mais destacados que tinham libertado o país, entre os quais o comandante geral, Enver Hoxha, re-

Após terem levado a Albânia à beira do precipício, as potências ocidentais, os EUA, o FMI e o Banco Mundial ditam agora o que ela deve fazer

tirando-os do lugar respeitado designado aos mártires da Nação, onde repousavam ao lado de seus camaradas guerrilheiros. Berisha revogou todas as homenagens concedidas pelos órgãos legítimos do Estado, ao passo que ao mesmo tempo condecorou os colaboracionistas e os criminosos que tinham lutado pela destituição do poder popular e que tinham assassinado professores, pioneiros, jovens mulheres que lutaram pela abertura das escolas e pela emancipação feminina nos povoados mais distantes das regiões montanhosas, onde ainda existiam costumes atrasados e severos.

Sali Berisha aboliu por decreto as festas nacionais, o 29 de novembro, a festa da libertação do país que foi realizada ao preço de sangue e de sacrifícios e o 11 de janeiro, dia da proclamação da República.

Os fatos acima mencionados não são sequer a centésima parte de todos os males que Sali Berisha acarretou a nosso povo e nosso país. A indústria voltou à estaca zero, a agricultura retrocedeu ao nível do período do Rei Zog, todos os fenômenos negativos do passado ressuscitaram: as querelas por um pedaço de terra e por um riacho, as an-

tigas vendetas, as doenças endêmicas já inteiramente desaparecidas, ressurgiram os pântanos, apareceram os fenômenos novos da sociedade capitalista, totalmente esquecidos, como a emigração, ou completamente desconhecidos na Albânia, como a droga, a Aids, e absolutamente inaceitáveis, como a prostituição e o crime organizado.

Durante os cinco anos do poder de Sali Berisha não se construiu sequer uma fábrica, a não ser a da coca-cola, inaugurada pomposamente, e que Berisha chamou "a andorinha" da nova indústria. Construíram-se apenas 5 km de estrada, quando todas as estradas da Albânia foram mais destruídas que no tempo da guerra. Lançou-se a palavra de ordem: "Nós governamos, o mundo nos ajuda".

Qual a responsabilidade das potências ocidentais pela situação criada na Albânia?

Após a derrubada do sistema socialista, todas as janelas e portas da Albânia se abriram aos estrangeiros. Aqueles que desembarcavam não eram simples turistas, mas políticos, economistas e homens de negócios. Será que estes homens não viam a que estado a Albânia estava se reduzindo e como os valores materiais e culturais do povo albanês, conquistados e mantidos ao longo dos séculos ao preço de sangue e sacrifícios, estavam desaparecendo?

Na Albânia circula o rumor, e não é sem fundamento, de que tudo o que acontece em nosso país faz parte de

cenários já preparado nos dois lados do Atlântico.

Na época em que Sali Berisha visitava todas as capitais da Europa e os Estados Unidos e propagandeava os resultados obtidos pela Albânia, dizendo que a renda dos cidadãos albaneses era mais elevada do que a de todos os países ex-comunistas do Leste europeu, é possível que todos esses países, assim como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Europeu, não soubessem que na Albânia a produção não existia, que o desemprego era quase total, que a juventude atacava o litoral da Itália e as barreiras da fronteira grega e que finalmente a população sobrevivia graças às fundações das 'Pirâmides' rentistas?

Não! Os Estados Unidos, assim como a Europa conheciam bem a situação na Albânia e sabiam que ela se precipitava para a catástrofe. Mas as potências ocidentais pensaram que Sali Berisha era o homem de que precisavam, apoiaram-no, afagaram seu ego, e tudo fizeram para que ele vencesse. Em seus comícios eleitorais era sempre acompanhado pessoalmente pelo embaixador norte-americano, ato ilegítimo e sem precedentes. Ele contou com o apoio declarado da presidente do Conselho da Europa, Madame Eleni Fischer. A Alemanha e a Grã Bretanha enviaram especialistas para dar instruções sobre a organização de uma campanha eleitoral. Com a ajuda de todo tipo de pesquisas manipuladas e de métodos sofisticados, eles tentaram convencer a opinião pública de que a vitória nas eleições de 26 de maio (1997) seria do Partido Democrático, porque nos bastidores, valendo-se de regulamentos e de leis impostas pela maioria do PD no parlamento, foram tomadas todas as medidas para concretizar essa "vitória". Mas os impostores não se contentaram com um percentual razoável e aceitável. Extremamente zelosos e usando da violência nas urnas, os democratas roubaram



os votos do povo e declararam que obtiveram de 80% a 90% dos votos. Esta vitória embriagou Sali Berisha e quando, em 28 de maio a oposição, os socialistas e seus aliados social democratas e liberais, se lançaram à Praça Skanderbeg, líderes e eleitores desse partido foram impiedosamente batidos e ensangüentados.

Naquele momento, Sali Berisha pensava que doravante ninguém podia arrancá-lo do trono do presidente. Sem levar em conta os informes dos observadores da OSCE, ele marcou as próximas eleições para o ano 2000 e a maioria de seu partido no parlamento deu-lhe o segundo mandato como presidente da República, até que no país declarou-se o estado de guerra. Somente nós, que vivêramos os anos da guerra sob a ocupação nazifascista, conhecíamos o que significava estado de sítio, ao qual tínhamos sido submetidos somente duas vezes no prazo de 24 horas, quando as residências eram inspecionadas, ao passo que o "cessar-fogo" era praticado à noite e somente em Tirana. A juventude e as gerações que viveram durante os 50 anos do poder popular não sabiam o que queria dizer cessar-fogo nem estado de sítio.

A estratégia de Enver Hoxha quanto ao desenvolvimento do país e da unidade nacional

Do ponto de vista histórico e geográfico a Albânia se divide em duas partes, o Norte, chamado Guéguéri e o Sul, chamado Toskeri. Houve no passado remoto diferenças evidentes no terreno da cultura (os dialetos, os costumes e o modo de vida), assim como no terreno religioso e econômico-social. Os inimigos do país quiseram usar essa divisão em benefício de seus interesses expansionistas e chauvinistas. A Sérvia visava ao Norte e a Grécia visava ao Sul. Mas o povo albanês jamais aceitou a idéia de uma luta entre albaneses,

de uma guerra civil fratricida, e que o Norte combatesse o Sul e vice-versa. Os grandes representantes do Renascimento albanês realizaram um excelente trabalho quanto à defesa da integridade territorial e da unidade nacional na Albânia.

A religião não era um fator determinante na divisão da população e do país. Os católicos constituem de 10% a 11% da população e se concentram mais no norte, cuja principal cidade é Shkodra. Os ortodoxos constituem cerca de 20% da população e se concentram mais em Korça, Berat, Tirana etc. A outra parte da população é muçulmana e se encontra espalhada por todo o país, mas sua presença é mais evidente nas regiões central e nordeste da Albânia.

No Norte, os católicos sempre estiveram de acordo com os muçulmanos para enfrentar lado a lado as intenções e as agressões dos ortodoxos sérvios e montenegrinos. No Sul, os muçulmanos homenageavam os mártires ortodoxos que haviam sido cruelmente torturados, envenenados e massacrados pelo Patriarcado Ortodoxo de Constantinopla, porque lutaram pela salvaguarda da língua albanesa sob o slogan: "A Albânia é a religião dos albaneses", ou outros lemas como "A Albânia é um único país de sul a norte".

Excetuando Shkodra, onde os católicos em geral e os clérigos eram ligados ao Vaticano e se distinguiam por sua cultura, a outra parte dos católicos vivia nos povoados montanhosos cujas residências encontravam-se afastadas umas das outras em razão da vendeta e das disputas por motivos econômicos, sociais e morais, e devido a inimigos eventuais e agressores estrangeiros. Estas regiões eram extremamente pobres e atrasadas. Os ocupantes nazifascistas se utilizavam dessa situação e recrutavam mercenários que



enviaram para fazer a guerra contra o povo que lutava nas cidades e nas montanhas para conquistar a liberdade perdida e sobretudo eles os enviavam ao sul propagandeando que os combatentes nessa região eram os comunistas eslavos e gregos.

Um dos pontos mais importantes da estratégia de Enver Hoxha após a libertação do país era o reforço da unidade entre a população do norte – os guégues e a do sul – os tosks. Elaborou-se e colocou-se em prática todo um programa com o objetivo de reduzir as diferenças econômicas, culturais e sociais entre essas regiões. Trabalhou-se no sentido de que a população dessas regiões não se afastasse e que essas regiões estratégicas e bastante cobçadas pelos sérvios e montenegrinos não se desertificassem.

Foi com esse objetivo que se tentou explorar o subsolo dessas regiões, muito ricas em minerais raros e preciosos, explorar as florestas, as pastagens e desenvolver a pecuária. Havia em cada família alguém que trabalhava nas minas ou nas serragens, sendo que os salários correspondentes a esses postos de trabalho eram mais elevados do que os pagos aos trabalhadores de outras profissões. Para completar o ensino da população dessas regiões, dava-se prioridade nas escolas profissionais e na Universidade ao acesso dos jovens delas provenientes. Sali Berisha é um exemplo de beneficiário desta política.

Sali Berisha fez exatamente todo o contrário. Ele destruiu e colocou fora de funcionamento todas as empresas de produção e estimulou a emigração interna em nome do direito democrático e da liberdade de movimento. O mundo e os estrangeiros não sabem que esta migração da população dentro do país foi mais dolorosa do que a dos refugiados que atacaram a Itália ou a Grécia. Esses imigrantes internos

não são menos numerosos do que os que partiram para o exterior, são cerca de meio milhão e são ainda os mais miseráveis, porque habitando nos subúrbios de Tirana e de Durres, faltam-lhes abrigo, trabalho e é em seu meio que os bandos criminosos de Berisha encontram refúgio. Aproximando de Tirana esses montanhesees pobres e enviando muitos deles para o sul, aos centros mais bonitos e mais produtivos, o espírito diabólico de Berisha visava a obter os seus votos e pretendia, se a ocasião se apresentasse, armá-los, como efetivamente ele o fez para esmagar a revolta popular de Vlora e dos demais centros do Sul, que ele considerava como comunistas e inimigos pessoais.

Traidor e criminoso de sua própria pátria, Berisha fez de tudo para colocar em prática os planos historicamente conhecidos de provocação de uma guerra civil entre o Norte e o Sul, para dividir a Albânia e dar o Norte aos sérvios e o Sul aos gregos. Mas a Itália não podia permanecer como espectadora, ela sempre quis a sua parte. Já não estávamos na época da Segunda Guerra Mundial, não estávamos mais em 1920 nem em 1939, não era mais o tempo da explosão de conflitos. Apesar disso foram enviados para a Albânia tanques de assalto e navios de guerra, soldados bem alimentados, bem equipados e bem armados, para deter o élan dos 'rebeldes' albaneses, para esfriar suas cabeças. Em nome da paz e das ajudas humanitárias, as forças multinacionais frearam a revolução popular. Os patriotas albaneses, os antifascistas, os comunistas e todos nós saudamos a decisão do Partido da Refundação Comunista de votar contra o envio de tropas à Albânia, e por isso somos reconhecidos e lhes agradecemos de coração, assim como a todos os amigos que nos apoiaram nestes dias difíceis.



Para nós foi um grande conforto espiritual saber que, embora o povo estivesse armado e que Berisha e seus colaboradores organizassem bandos criminosos que semeiam o caos e aterrorizam as pessoas, não ocorreu nenhum incidente com as forças multinacionais. Foi um grande prazer constatar que o povo, nessa situação explosiva, mostrou sua sabedoria participando em massa nas eleições e dando seu voto aos socialistas, assegurando que estes juntamente com seus aliados obtivessem 2/3 dos assentos no parlamento. Na capital, que era considerada como o bastião do Partido Democrático, os eleitores não deram nenhum voto aos deputados do Partido Democrático.

Estes resultados provam até que ponto o povo detestava Sali Berisha que destruiu e cobriu de vergonha a Albânia, que causou a morte de tantos jovens, que nos privou do Esta-

do, do Exército e tudo mais. Berisha foi a maldição da Albânia, foi o Nero da Albânia.

Mas as inquietações do povo ainda não terminaram. Ele deu seu voto aos socialistas e tem um governo de coalizão, mas está perdendo a paciência e não compreende como se deixa livre, e por quanto tempo, Berisha – que cometeu tantos crimes? Este faz de tudo para impedir o trabalho normal do governo, organiza greves de fome, protestos e manifestações quotidianamente, aparece na televisão em coletivas à imprensa etc. As pessoas se perguntam: Quem se esconde atrás desse homem? Além de seus colaboradores próximos, comprometidos em atos criminosos e corrompidos até a medula, quem do outro lado da fronteira quer prolongar a vida política de Sali Berisha? É esta a razão por que nos últimos tempos aumentaram as exigências feitas por grupos de diferentes camadas sociais sobre a legalização do Partido Comunista Albanês, que embora fosse ilegal, obteve grande apoio do eleitorado.

Tudo isso faz com que a situação da Albânia não seja ainda tranqüila nem segura. Após terem levado a Albânia à beira do precipício e os albaneses à pobreza extrema, as potências ocidentais, os Estados Unidos, o Conselho da Europa, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial podem ditar à Albânia o que ela deve fazer.

Nós perdemos a independência política e econômica, mas o povo albanês sempre lutou no curso da história para sobreviver, pela independência, pela liberdade. A revolta popular de Vlora e de todos os centros do Sul, assim como a solidariedade manifestada pelo Norte comprovam uma vez mais o espírito combatente do povo, que nos dá a coragem e nos faz esperar por melhores dias para a Albânia e os albaneses.”



“A tentativa de impor modelo dos Estados Unidos na Rússia só nos trouxe destruição e miséria”

GENNADI ZIUGANOV

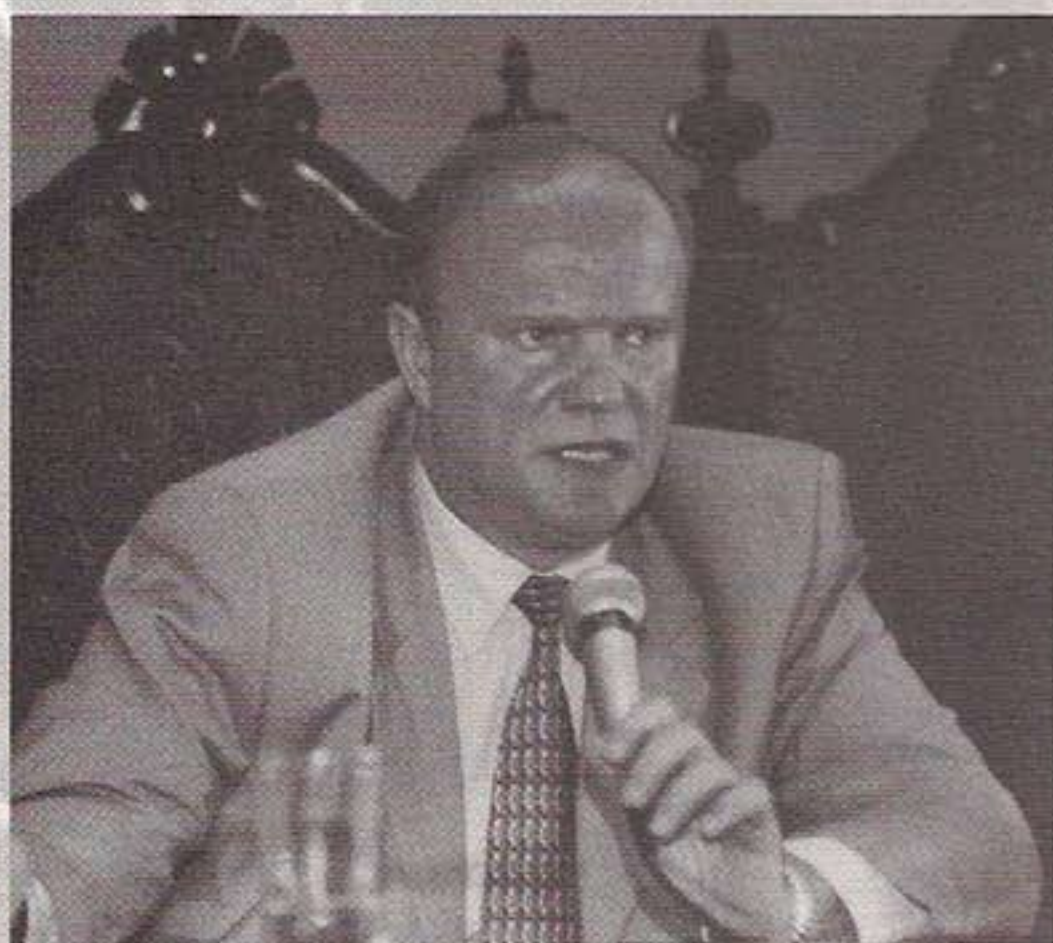


Foto: Maurício Moraes

O líder do Partido Comunista da Federação Russa, em passagem pelo Brasil, denuncia a traição de Gorbachev e Yeltsin, que destruiu a economia, jogou 3 milhões de crianças nas ruas, 6 milhões de pessoas na miséria e 20 milhões no desemprego

Líder do PC russo, Gennadi Ziuganov em palestra na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo

Gennadi Ziuganov, líder dos comunistas russos, é graduado em física e matemática e doutor em ciências filosóficas e políticas. Desde 1993 é presidente do Comitê executivo central do Partido Comunista da Federação Russa (PCFR), a força política mais influente e organizada da Rússia. Em 1994 foi eleito deputado no Parlamento (Duma), tendo exercido o cargo de líder da bancada comunista. Como candidato a presidente da República, em 1996, Ziuganov foi ao 2ª turno e obteve mais de 30 milhões de votos, 43% do eleitorado.

“Confesso que sonhava visitar o Brasil principalmente porque ele está entre os dez primeiros países mais desenvolvidos no mundo. Estou muito contente ao ver as fortes disposições das esquerdas brasileiras e que vocês mostram o respeito pelos ideais do bem, da fraternidade, do socialismo e pelos homens que produzem to-

dos os valores superiores na Terra.

Durante o século XX, meu país passou por três revoluções, duas guerras mundiais gravíssimas, uma guerra civil e quase 50 anos da guerra fria, que por pouco não passou para uma guerra quente. O nosso país abriu o caminho para as alturas da ciência, conquistou o Cosmo, venceu o fascismo, de-

envolveu um dos melhores sistemas de educação e de segurança social. Isto provocou o ódio do imperialismo e então eles desencadearam contra nós uma poderosa guerra fria.

Na Rússia o socialismo sofreu uma derrota temporária. A tentativa de construir o capitalismo em nossa terra, tomando por modelo os Estados Unidos, trouxe os efeitos infelizes da destruição da economia e a miséria que nunca existira antes. Gorbachev e Yeltsin traíram praticamente os interesses nacionais, do seu povo, de seus aliados e tornaram-se os destruidores do potencial econômico russo, antes imensamente forte. Durante o período da privatização as pessoas perderam suas economias em função da inflação, não registrada pelo governo e não corrigida pelo banco central da Rússia. As conversas sobre o ingresso na “civilização mundial” através da privatização, na realidade, significaram a destruição da ciência e das conquistas sociais. Das conversas sobre o mercado livre – que iria trazer a riqueza – na realidade, o que aconteceu, foi que perdemos todos os mercados que já tínhamos aberto e onde estávamos trabalhado muito bem. Como resultado desta política na Rússia existem hoje 3 milhões de meninos de rua, quando há pouco tempo não havia nenhum. Atualmente existem 6 milhões de pessoas que vivem na miséria e antigamente não existia nenhuma. Há, também, 20 milhões de desempregados, enquanto há sete anos atrás todos tinham emprego e condições de vida garantidas.

Os trabalhadores compreenderam o que perderam e estão apoiando ativamente o nosso Partido, que atualmente tem mais de 600 mil membros, publica 300 jornais e tem mais de 7 milhões de apoiadores em todo país. Durante os últimos dois anos, nas eleições para governadores, vence-



Foto: S. Prodigorkov

Acampamento de barracas na Praça Vermelha, Rússia

mos em 45 regiões dos 89 estados. Criamos um grande território sob direção política da oposição que abrange as regiões mais desenvolvidas do país, de Moscou até o Extremo Oriente. Em muitas delas foi restabelecido o Poder do povo, os Soviets e retomadas as conquistas dos trabalhadores. Em todas as Reuniões Legislativas locais temos de 30 até 80% de vereadores. Restabelecemos os contatos mais estreitos com 150 partidos da orientação de esquerda no planeta, inclusive assinamos o acordo com o Partido Comunista da China e cumprimos este tratado. No Conselho de Estrasburgo temos um bancada de 41 votos e usamos ativamente as instituições européias para defender os ideais do nosso país. Conseguimos rejuvenescer a direção do Partido. Hoje existem jovens entre 30 e 40 anos que estão ativamente trabalhando no Partido. Foram restabelecidos os movimentos da juventude patriótica, que abrange milhões de nossos adolescentes e jovens em todo o país. Acredito que a visita da nossa delegação ao vosso maravilhoso país permitirá estabelecer relações e fortalecer laços de amizade com a América Latina.

A Rússia e o Brasil poderiam desempenhar um papel mais importante em todos os processos internacionais. Os nossos partidos da esquerda, trabalhando em conjunto, poderiam desempenhar um papel importantíssimo na defesa dos ideais do socialismo perante os trabalhadores de todo o mundo. Tenho certeza que vamos encontrar uma linguagem comum em muitas questões, principalmente no desenvolvimento interno do país e também em nível internacional.

Criamos, dentro do parlamento, um forte grupo internacional que vai trabalhar junto com nossos amigos e parceiros brasileiros. Editamos mais de 300 jornais e revistas e eles – com prazer –

levarão ao público as informações sobre a vida de nossos amigos brasileiros e sobre os países latino-americanos, melhorando o serviço de informação.

Os próximos meses decidirão que caminho a Rússia seguirá. Hoje, 90% da população está insatisfeita com a política que o governo realiza e criamos uma poderosa União Patriótica, uma coalizão de centro-esquerda. Na nossa União Patriótica ingressaram o Partido Comunista, o Partido Agrário, “o poder do povo”, o movimento feminino, dos jovens, dos veteranos, e outros, e é o mais forte no momento.

Atualmente existem algumas pos-

seções muito interessante a experiência que houve no Brasil com o *impeachment* do presidente Collor, que permitiu a alta corrupção e foi deposto. O documento que apresentamos contra Yeltsin para iniciar o processo de *impeachment* foi assinado praticamente pela metade dos deputados do Parlamento. Esperamos que as massas populares e o povo apóiem essa luta e esse objetivo. Recentemente, junto com os sindicatos, realizamos o ato de protesto em todo o território russo, do qual participaram mais que 15 milhões de pessoas. Acho que teremos pela frente nos primeiros me-

Pedimos o impeachment para o presidente

Yeltsin, devido à destruição do país e aos

crimes cometidos contra o povo russo. A luta dos brasileiros contra Collor nos inspirou

sibilidades de desdobramento da situação da Rússia. A primeira é o prosseguimento contínuo da situação atual – o que levaria ao caos o país, e possivelmente o mundo (na Rússia há em torno de trinta mil ogivas nucleares e não nucleares espalhadas em todos os partes do território). A outra possibilidade é que Yeltsin e seu círculo recorram à ajuda americana para impor a ditadura, que também inevitavelmente levaria ao caos e à guerra civil. A terceira variante é o restabelecimento do governo popular, o governo da confiança popular com apoio das amplas massas, um governo da esquerda e do centro.

Para poder realizar esta variante nós pedimos o *impeachment* para o presidente Yeltsin, devido à destruição do país, aos crimes cometidos contra o próprio povo, à corrupção sem precedentes e ao banditismo. Para nós foi

ses do outono – de setembro a outubro – grandes mobilizações que poderão ser decisivas para o nosso país. Contamos com amplo apoio internacional dos nossos amigos em todos os continentes que defendem os ideais do poder do povo e do socialismo. Esperamos conseguir restabelecer todas as garantias sociais dos que trabalham, a educação gratuita, a sustentação dos idosos e das crianças, o respeito pelo homem trabalhador. A solidariedade dos trabalhadores e a solidariedade dos partidos da esquerda é a arma mais importante que foi inventada no planeta.

Nossa primeira medida ao chegar ao poder será baixar os impostos que pararam toda a produção na Rússia. A segunda medida, restringir o poder presidencial, que atualmente é maior do que o do czar na Rússia antiga. A terceira, será colocar o poder execu-

tivo sob controle dos representantes votados pelo povo. A quarta, será tomar as medidas extraordinárias para lutar contra a corrupção, contra o crime organizado que se instalou no país. Outra medida será devolver aos estudantes o direito à educação gratuita e completa até o nível superior. Faremos todo o possível para restaurar a União desmoronada, antes de tudo, entre a Rússia, a Bielorrússia e a Ucrânia e vamos aproveitar a experiência que passamos.

O PCUS não conseguiu criar um sistema eficiente de preparo de sucessores e de transmissão de poderes para gerações futuras na escala superior do Poder. Como resultado tivemos o abuso do poder a partir de Kruchev e depois Gorbachev e Yeltsin, em que a estrutura do Partido foi quebrada.

No que se refere ao atual governo da Rússia, durante os sete anos de poder de Yeltsin o gabinete de ministros foi trocado cinco vezes. Eles fazem a política do FMI e transformaram o país em uma filial deste FMI. Os representantes do nosso Partido não votaram em Kiriienko – o novo chefe do governo. O objetivo de Kiriienko é destruir o sistema de garantias sociais, destruir e vender a preço de banana o sistema de educação, quebrar o monopólio público do setor elétrico e de transportes. Tenho certeza que este governo é provisório e no outono – de setembro a novembro – entrará na sua maior crise. Já o primeiro mês de existência do seu mandato começou com os protestos em massa dos professores, médicos e mineiros.

Yeltsin trabalha duas ou três horas por dia, de duas a três vezes por semana. Ele teve três infartos e praticamente é um inválido. O tempo dele passou, ele está completamente esgotado. Hoje na Rússia, nove em cada dez pessoas estão insatisfeitas com Yeltsin. Ele não cumpriu nenhuma das suas promessas pré-

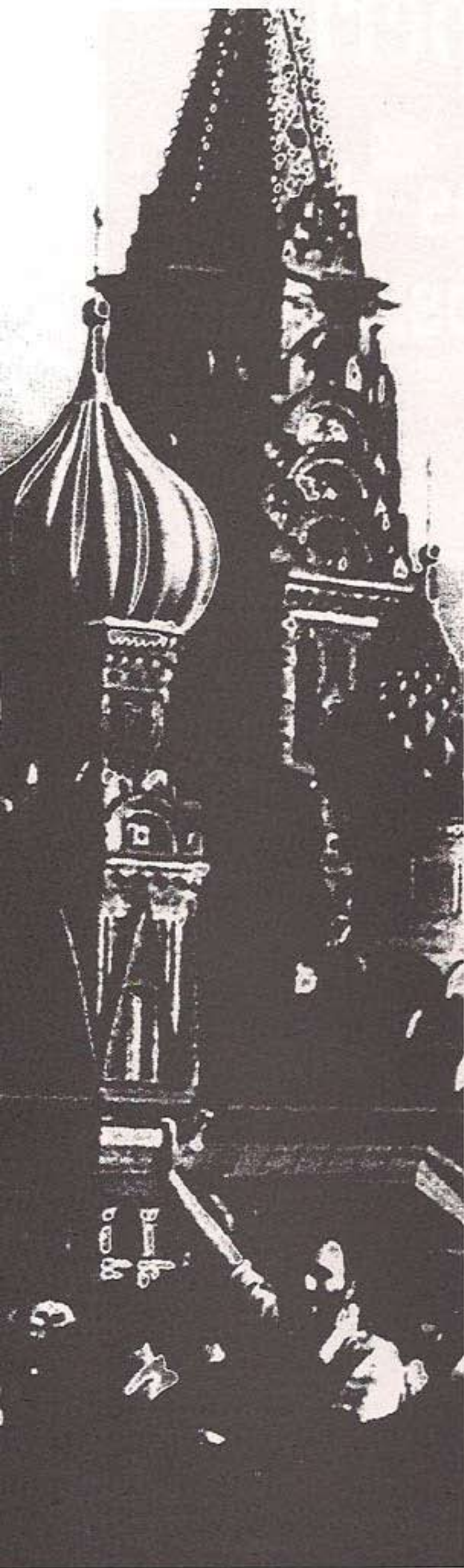
eleitorais e é considerado o principal culpado pela violação das Leis do país. Desencadeou a guerra na Chechênia onde pereceram 100 mil pessoas.

Sobre o papel do nosso povo durante a segunda guerra sabe-se que conquistamos uma grande vitória, libertando dos invasores fascistas não somente o povo soviético, mas também toda a Europa. Agradecemos ao Brasil que foi o único país da América Latina que enviou um corpo militar para lutar contra os agressores nazi-fascistas na Europa. Quando os americanos tentavam chantagear o mundo com a arma atômica, nosso país conseguiu desenvolver a sua e foi estabelecido o equilíbrio no planeta.

A queda do socialismo na Rússia está ligada a causas internas e externas. O motivo externo foi a política agressiva dos Estados Unidos e seus aliados contra a pátria socialista os quais tinham por objetivo o nosso desmoronamento. Foram usadas armas de informação e financeiras. Atualmente o processo começou a se reverter: a Rússia e a Bielorrússia pretendem criar a União e acredito que este processo de reunificação contará com o apoio de todas as ex-repúblicas soviéticas. Os sindicatos das indústrias e o povo nos apóiam ativamente. Muitos sindicatos fazem parte da União Patriótica.

Dentro da nossa União foi criado o movimento feminino pela justiça e pelo socialismo. Temos a única fração no Parlamento (Duma) onde há 20 mulheres deputadas. Apoiamos muito o movimento feminino e a colocação das mulheres nos postos de direção. As mulheres sabem realizar uma política mais prática, mais sensata. Criamos uma rede enorme de organizações juvenis, de escoteiros e organizações culturais. Os jovens participam ativamente do nosso trabalho e participaram do Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes em Cuba.





Os russos mais que nunca sofrem com essa política. Durante mil anos da nossa História os russos já foram conquistados uma vez, mas jamais foram um povo dividido em partes. Hoje 25 milhões de russos se encontram fora das fronteiras do seu país por causa da política de desmoronamento realizada por Yeltsin. Minha esposa é ucraniana e a metade dos meus parentes moram lá. Agora estamos proibidos de nos comunicar com nossos parentes. Os russos sempre foram adeptos dos ideais da justiça e do socialismo. Isto faz parte do nosso caráter e da nossa História.

Do país foram levados de US\$ 300 bilhões a US\$ 500 bilhões. Sou a favor da aprovação de lei que permita, em condições favoráveis, trazer de volta estes recursos. Para realizar isso tem que haver uma política muito inteligente. Yeltsin não é capaz de uma política desse tipo.

Nós tínhamos o orgulho do nosso sistema de ensino. Na minha família, no mínimo, dez pessoas foram professores universitários e escolares. Nossos estudantes, nossos alunos que chegavam aos outros países, mostravam resultados maravilhosos. Por enquanto este sistema ainda está conservado, mas sofre um potente ataque. As últimas greves dos professores e estudantes foram um sinal de protesto contra a destruição do sistema da educação. Para o outono está marcada a nova manifestação geral dos professores e estudantes em todo o território da Federação Russa contra a política de destruição de Yeltsin. O socialismo simplesmente é inimaginável sem a ótima formação e sem o alto nível cultural. Por isso Yeltsin e sua equipe, antes de mais nada, tentam acabar com a instrução e a estrutura da cultura. Durante mil anos de existência, os professores e instrutores russos nunca se encontraram na situ-

ação de não receber seus salários.

O Exército sofre o ataque contra o sistema de defesa de mísseis nucleares que foi construído durante 30 anos. Os emissários americanos, toda semana, visitam o país, tentando convencer o governo a ratificar o tratado sobre o aniquilamento do potencial nuclear. Se a Federação Russa fizer isso eles irão nos tratar como a Iugoslávia, a Somália, o Iraque e outros. Nós somos pessoas pacíficas e quase não atacamos ninguém. Entretanto a Rússia é uma ponte entre a Ásia e a Europa, sua fronteira estende-se por cerca de cinquenta mil quilômetros. Durante mil anos da sua História, a Rússia foi obrigada a passar quinhentos anos em guerras defendendo as suas fronteiras. Os nossos vizinhos tentavam nos vencer: os alemães, polacos, suecos, turcos, japoneses, americanos. E nós defendemos a nossa independência.

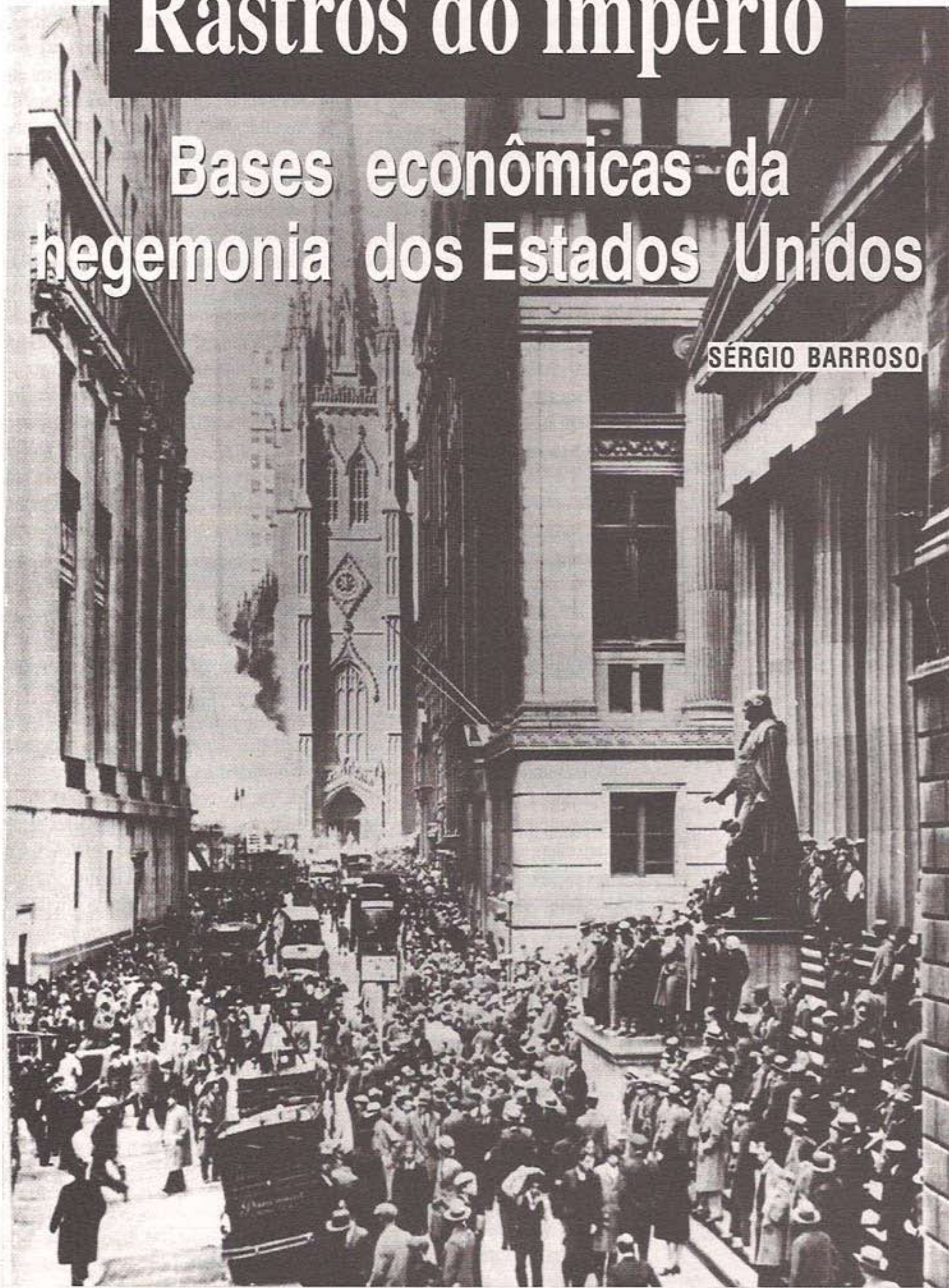
Estou muito contente com o Brasil que, já há cem anos, não entra em guerra com ninguém e mostra um raro espírito pacífico. Nosso povo é também pacífico, mas em nosso país cada família perdeu alguém na última guerra. Do povoado da minha terra natal cem homens foram para guerra e somente uns dez voltaram para casa. Eu prestei serviço militar durante vários anos, usava o uniforme de oficial no Exército de combate contra arma nuclear, química e bacteriológica. Sei como elas explodem e já experimentei todos os sistemas modernos. Deus me livre que qualquer dessas armas sejam usadas contra a Humanidade. Por isso somos a favor da paz e esperamos, com o Brasil, juntar nossos esforços pela paz, pela democracia e pelo socialismo.”

O presente texto reproduz trechos da palestra de Gennadi Ziuganov realizada em São Paulo (maio de 1998). Tradução de Alla G. Dib.

Rastros do império

Bases econômicas da hegemonia dos Estados Unidos

SÉRGIO BARROSO



Wall Street, 1929

O impulso industrializante fundamental dos Estados Unidos ocorre no período de 1840 a 1870 – décadas de processos similares na Alemanha e França – sendo denominado de ‘primeira onda’ de industrializações atrasadas (1). Dá-se como desdobramento da Revolução Industrial inglesa, que se costuma periodizar entre 1780-1830.

O traço distintivo daquela ‘primeira onda’ é sua *não subordinação* à dinâmica colonial inglesa, pois dependeu das características da dissolução feudal verificada naqueles países. Ou seja, tais processos de industrializações não foram determinados exclusivamente pela tutela do mercado capitalista mundial, mas pelas particularidades econômicas originárias e lutas sociais plasmadas em cada país.

A especificidade norte-americana reside na diferenciação desenvolvida entre o Norte (ou Nordeste) e o Sul. No Norte, a configuração da *pequena propriedade*, a utilização de uma força de trabalho mais especializada na agricultura e artesanato (fugidia dos conflitos político-religiosos europeus), a existência de meios naturais semelhantes aos do velho mundo, propiciaram uma divisão social do trabalho avessa às grandes plantações escravistas do Sul. Fatores estes que apressaram a expropriação de pequenos produtores independentes para o trabalho assalariado. Por outro lado, era ali inexistente o peso da nobreza e seu estamento aristocrático, a Igreja funcionava despossuída de seus conhecidos privilégios, sendo muito reduzido o monopólio dado às companhias comerciais pela metrópole. Florescem assim o artesanato, as manufaturas como os moinhos de cereais, a construção naval, a produção de alimentos e bebidas, a mineração do ferro e a

metalurgia. Posteriormente, o tráfico e o contrabando expandem a relação comercial das colônias de povoamento para o Caribe e o Norte da África. Desse modo, integravam-se estímulos do comércio mundial e também do capital comercial metropolitano inglês à dinâmica mercantilista gerada pelo capital comercial nativo nortista.

O processo norte-americano de conformação industrial estabelece então

Os EUA tornaram-se uma potência industrial no final do século XIX. Com a II Guerra, consolidam-se como a potência imperialista que, hoje, procura impor sua hegemonia ao mundo

uma relação de ‘complementaridade restrita’ com a Inglaterra (e o mercado mundial), pois exportando produtos primários e importando capitais e meios de produção britânicos, passou a desenvolver capitais industriais individuais. Para tal, foi decisivo o ‘ciclo ferroviário’, funcionante como: a) poderoso catalisador de demanda e amplificador de mercados e meios de produção – ferro, carvão e maquinaria; b) integrador do mercado nacional e estimulador da produção mercantil local; e c) receptor de apoio creditício do Estado, alavancado pelos bancos de

investimentos. Diferentemente do padrão inicial de industrialização inglês (têxtil), os Estados Unidos construíram o departamento de bens de produção (DI: máquinas e equipamentos – instalações) “que lidera o movimento de acumulação e constituição das bases técnicas do capital”. (Oliveira, 1985)

Entre 1776 (independência) e 1860, sem os tradicionais bloqueios retardatários à acumulação, posicionando-se com neutralidade nas guerras napoleônicas (2), os Estados Unidos prosperam beneficiando-se do mercado mundial. O Norte vai desenvolvendo a grande indústria e em 1840-60 *internaliza* a produção de bens industriais. Em 1860, o Norte dos Estados Unidos tinha 110 mil estabelecimentos industriais, o Sul 18 mil estabelecimentos; Nova York produziu 400 milhões de dólares em mercadorias (mais de 4 vezes a produção da Virgínia, Alabama,

Louisiana e Mississipi juntos). O Norte tinha dezenas de estabelecimentos fabricantes de motores marítimos – o Sul nenhum –, e seu sistema ferroviário alcançava 33 mil quilômetros espalhados a Leste e Sudeste, sendo de 14 mil a do Sul. Em 1861, os Estados Unidos, ainda atrás da Inglaterra, já superavam a produção manufatureira da Alemanha e da Rússia; com apenas 40% da população da Rússia, possuíam um contingente urbano duas vezes maior, produziam 830 mil toneladas de ferro (a Rússia, 350 mil), consumiam 15 vezes mais energia proveniente de modernas

fontes de combustíveis, detendo uma quilometragem de estradas de ferro 30 vezes maior que a russa – e mesmo 3 vezes superior à da Grã Bretanha. Segundo Paul Kennedy, os Estados Unidos já tinham se tornado “um gigante econômico”. (Kennedy, 1989)

A Guerra Civil (1861-65), que expressa contradições agudas entre o Norte capitalista e o Sul escravista, resulta na vitória do Norte progressista. Extingue-se o trabalho escravo, expande-se a pequena propriedade para Oeste, via ampliação da malha ferroviária. A reorganização do Sul, maciçamente algodoeiro, combina ele-

considerá-la como questão de soberania nacional a partir de 1867.

Os Estados Unidos: da fase monopolista à crise de 1929-33

O período que sucede 1870 - o curso dos últimos 25 anos do século XIX - é marcado por substantivas alterações sistêmicas no capitalismo. A tecnologia da Revolução Industrial, composta de ferro, carvão, máquina a vapor, e especializada essencialmente por “homens práticos”, dá o salto para a II Revolução Industrial. Agora, o aço, a eletricidade, o motor a combustão, a química pesada (e subsequente o te-

burguês, da etapa concorrencial do capitalismo. Já Engels identificava-a claramente, em novembro de 1886, no prefácio à edição inglesa de *O Capital*, de Karl Marx. Observava então Engels que “o funcionamento do sistema industrial da Inglaterra está emperrado. O livre-cambismo esgotou seus recursos”; diz ele, ainda, analisando o movimento protecionista que então assolava o centro industrializado: “a indústria estrangeira, que se desenvolve rapidamente, enfrenta a produção inglesa, por toda a parte, em mercados protegidos por tarifas aduaneiras”. (Marx, 1967)

De outra parte, encontra-se no próprio e consagrado estudo de Marx, publicado em 1867, a definição precisa do caráter intrínseco do movimento de concentração e centralização do capital que se ‘sublevava’. De acordo com Marx, a acumulação se daria através da concentração crescente dos meios de produção, ocorrendo ao mesmo tempo “repulsão recíproca de muitos capitais individuais”, simultaneamente a uma “força de atração existente en-

Após a I Guerra, os EUA alcançam o lugar de primeiro credor mundial

mentos para vigoroso avanço do mercado interno e acumulação do capital nos Estados Unidos. (Proni, 1997)

Mesmo rapidamente, interessa destacar diferenças fundamentais nas industrializações dos Estados Unidos, da Alemanha e do Japão. Contando, em maior ou menor grau, com o apoio de seus Estados, as burguesias alemã e norte-americana mobilizaram capitais próprios na implantação industrial. Mas, distintamente da Alemanha, nos Estados Unidos as relações umbilicais da indústria com os bancos dão-se num momento posterior à afirmação industrial, advindo os trustes e o moderno sistema financeiro. Na Alemanha forma-se desde o início a estreita relação entre bancos e indústria, isto servindo de motor à acumulação que era potencializada pelos recursos financeiros colocados à disposição dos industriais. A industrialização japonesa por sua vez, é impulsionada após a agressão militar norte-americana, em meados do século XIX, quando deliberadamente o Estado passa a

légrafo sem fio, o telefone, o automóvel e o avião), necessitam decisivamente da pesquisa científica e do planejamento tecnológico produtivo. Generalizam-se as *sociedades por ações* que passam a predominar em indústrias, bancos, mineração, transportes e outros. Intensifica-se a concorrência-concentração capitalista, requerendo altas somas de capital e grandes unidades produtoras. É fácil perceber seus direcionamentos ao aço (motores, geradores elétricos, turbinas), à eletricidade (luz, refinamento de cobre, alumínio, soda cáustica), à química industrial (química orgânica, catálise para manufatura da soda amônia, ácido sulfídrico) e ao petróleo (óleo, jazidas, combustíveis). A Standard Oil Company, por exemplo, data de 1870. (Magdoff, 1978) E a concentração-centralização do capital foi fenômeno fortemente influenciado pela crise do sistema, ocorrida entre 1873-96 e também denominada de a I Grande Depressão.

A crise, na verdade, expressava a fase inicial do declínio do liberalismo



tre eles... a concentração de muitos capitais já formados... a transformação de muitos capitais pequenos em poucos capitais grandes". (*Idem, ibidem*)

Nos Estados Unidos, a intensificação da fusão do capital bancário com o industrial indica também a transformação de ricos da indústria e das estradas de ferro em banqueiros.

"Foi assim que construtores de trustes, como os senhores Rockefeller, Rogers, Hvenemeyer, e dirigentes de estradas de ferro como Harriman, Gould, Drew, ou Vanderbilt se tornaram banqueiros ou diretores de companhias de seguros, enquanto banqueiros como J. P. Morgan organizavam combinações na indústria do aço e da navegação e participavam em diversas diretorias de companhias ferroviárias e industriais". (John Hobson, *apud* Oliveira, 1985)

Data também das duas últimas décadas do século XIX a introdução da 'administração científica do trabalho' – o taylorismo – na grande empresa de estrutura oligopólica, no bojo da expansão da produção capitalista no

período. Como diz Harry Braverman, entre outras coisas o taylorismo utilizava do monopólio sobre o conhecimento para controlar os distintos passos do processo de trabalho e seu modo de execução, passando a fazer parte do novo paradigma produtivo e tecnológico. (Mattoso, 1995)

Há outro aspecto relevante (geralmente esquecido por vários autores) no desenvolvimento monopolista da industrialização norte-americana, brilhantemente estudado por Lênin. Minuciosamente considerados, o Norte industrial, o Sul escravista e o Oeste em colonização, Lênin analisa o papel das transformações na agricultura dos Estados Unidos, país que, segundo descreve, "não possui concorrente que os iguale... (no) desenvolvimento do capitalismo no final do século XIX e início do século XX". Centrado sua pesquisa sempre de 1900 a 1910, Lênin constata 'notável' identidade de evolução no crescimento do número de empresas grandes e pequenas, tanto na indústria quanto na agricultura: de 29% e 25% nas empresas industri-

ais, e de 13,3% e 11,9% nas da agricultura, respectivamente. Relativamente ao preço dos produtos na indústria, e ao preço dos conjuntos dos bens das propriedades, Lênin destaca ocorrer, nas pequenas e médias empresas industriais e agrícolas, uma redução do valor (em milhões de dólares) da participação: nos dez anos os preços dos produtos das grandes empresas cresceram 44,8%, tendo os das propriedades na agricultura crescido 117,3%.

Dentre as inúmeras conclusões importantes do trabalho de Lênin – como a do grande crescimento do número de operários assalariados em todas as regiões dos Estados Unidos: Norte 40%, Sul 50% e Oeste 66% –, deve-se visualizar que também a dinâmica capitalista na agricultura (quer pela aceleração do desenvolvimento na grande propriedade extensivamente, quer pela exploração quanto ao volume intensivamente em terras menores), foi poderoso fator de integração dos circuitos de valorização do capital monopolista em ascensão. (Lênin, 1980)

O comércio mundial triplica entre



Fila do pão. Ilustração da Revista 'New Yorker', 1913

1880-1913. A economia internacional torna-se *policêntrica*, no andamento do declínio britânico. Em 1913 os Estados Unidos haviam se transformado na maior economia do mundo, sendo igualmente responsáveis por mais de um terço da produção industrial. Em 1914 chegaram a produzir 455 milhões de toneladas de carvão, bem mais do que as 292 milhões da Inglaterra; eram o maior produtor de petróleo e o maior consumidor de cobre do planeta. Sua produção de ferro-gusa era superior a da Alemanha, Grã-Bretanha e França somados, sendo sua produção de aço quase igual a dos três países. Os Estados Unidos já produziam e possuíam então mais veículos motorizados que o resto do mundo; e, em sua imensa área plantada, a eficiência de suas máquinas agrícolas conjugava-se aos baixos preços de seus produtos – auxiliados por uma rede ferroviária de 400 mil quilômetros e navios a vapor. Em matéria de tecnologia, seus grandes monopólios como a Singer, a Dupont, a Internacional Harvester, a Colt ou a Standard Oil, eram freqüentemente considerados os melhores. Ainda em 1914, não sem motivos, os Estados Unidos tinham renda nacional de 37 bilhões de dólares e uma renda per capita de 377 dólares. Grã-Bretanha e Alemanha, possuíam, respectivamente, 11 bilhões e 244 dólares, 12 bilhões e 184 dólares. Após a I Guerra mundial, os Estados Unidos alcançam o lugar de primeiro credor, quando os ingleses perderam cerca de 25% de seus investimentos globais, principalmente aplicados nos Estados Unidos.

Num resumo, entre a I Guerra e o colapso capitalista de 1929-33: a) a *assimetria* mundial em favor dos Estados Unidos já estava plenamente constituída; b) sua presença na I Guerra deu-se de maneira breve – mas em momentos decisivos –, o que apenas reforçou seu poderio econômico; c) a proeminên-



Multidão aguardando notícias de Wall Street, em 1929.

cia de uma economia baseada no mercado interno reduzia sua dependência externa; e, d) distintamente do longo exercício hegemônico britânico, agora com seu padrão ouro-libra em pedaços, os Estados Unidos se recusaram a cumprir o papel de 'estabilizador global'.

Na década de 20, os Estados Unidos tornaram-se o primeiro exportador mundial, e o segundo importador, seguindo a Grã Bretanha. Em 1929, controlavam 42% da produção mundial total, enquanto que somados, Grã-Bretanha, Alemanha e França abarcavam menos de 28%. Por tais razões, na Grande Depressão, ou mais precisamente entre 1929-32, os Estados Unidos viram despencar suas exportações e importações (trigo, borracha, cobre, seda, algodão, estanho e café, principalmente) em taxas iguais a 70%. E entre 1929-31, a produção de automóveis norte-americana caiu em 50%. (Hobsbawn, 1995; Kennedy, 1989)

A convulsão mundial econômica, política e ideológica do interregno catastrófico é deflagrada pela desintegração da Bolsa de Valores de Nova York. O boom econômico norte-americano assestavava-se num crescimento baseado na expansão do crédito ao consumo de bens duráveis e enorme endividamento familiar. A atração de capitais produtivos, bem como da poupança familiar, para a valorização financeira, detona uma gigantesca onda especulativa. A especulação enrosca-se na superprodução e a depressão origina uma taxa de desemprego de 27%. Visto sobre outro ângulo, os anteriores acordos de Versalhes, as duras reparações de guerra impostas – nomeadamente à Alemanha –, instrumentalizaram o poder financeiro norte-americano, que, na crise, refluí sua participação no mercado mundial, limitando os fluxos de capitais para a Europa.

A União Soviética passa praticamente incólume pela Grande Depressão. O

nazismo alemão, nos anos 30, utiliza amplamente o Estado na construção de sua máquina de guerra. Os Estados Unidos, apesar do *New Deal* rooseveltiano (combate ao desemprego e defesa da renda através do gasto público), só se recuperariam plenamente da 'debacle' a partir da II Guerra.

Pós-Guerra e crise de hegemonia do império

Mais uma vez quase ilesos no pós-guerra, os Estados Unidos passam a ser o pólo hegemônico da redefinição da economia capitalista mundial. Isso ocorre a partir do 'coesionamento de guerra' dos blocos financeiros, econômicos e regionais, que processam um reordenamento 'para fora' do funcionamento de sua economia. O que inicia a marcha para obtenção da supremacia absoluta em fluxos de comércio, da produção industrial e da disponibilidade de reservas. Paralelamente, sustentados em sua associação monopolista financeira, difundem amplamente seu padrão de industrialização baseado na grande indústria; controlam novos mercados e fontes de matérias-primas, forjam a conglomeração monopolista expandindo a exportação de capitais (e investimentos diretos), em geral dirigidos para o financiamento e a formação de novas grandes empresas. Estrutura-se a hegemonia norte-americana capitalista, também tecnológica e político-militar. O que não foi possível sem a reprodução de sua matriz manufatureira, via remontagem econômica da Europa e do Japão.

De 1942 a 1944 (acordos de Bretton-Woods) é construída uma articulada rede institucional (Conselho de Segurança da ONU, FMI, BIRD, GATT, principalmente), passo-a-passo sob completo comando dos Estados Unidos. Em 1947 os Estados Unidos rompem os 'acordos de Ialta', e colocam na ordem do dia a ideologia da 'guerra fria' e da bipolaridade contra a crescente

influência da União Soviética. Os Estados Unidos oficializam a doutrina Truman, anunciam ajuda a qualquer país que lute contra o comunismo, apóiam os governos da Grécia e Turquia no combate ao movimento revolucionário, e exigem o fim das coalizões com comunistas nos governos da França e Itália (abril e maio de 1947). Aprovam o Plano Marshall, constante de fabulosos recursos destinados a reconstrução europeia e japonesa. (3)

Parece, então, convincente enxergar quatro fases que vão da consolidação da hegemonia norte-americana, até as contradições que impuseram seu declínio: 1) da reconstrução europeia a meados da década de 50, marcada por sua 'completa e indiscutível hegemonia'; 2) daí até a meados da década de 60, que combinaria expansão das grandes corporações norte-americanas, com as respostas dadas pelos países envolvidos na difusão de seu padrão de industrialização – ou à hegemonia 'consentida'; 3) deste período até meados dos anos 70, caracterizado por uma 'transnacionalização global', diferenciação dos centros e 'crise de hegemonia'; e, 4) uma desestruturção da 'ordem internacional' com desdobramento desta crise. (4)

Essencialmente, pode-se afirmar que a reversão do predomínio absoluto dos Estados Unidos no desenvolvimento da

Em 1994 os EUA

provocam

desvalorizações nas

moedas européias

atropelando os

acordos do fim

de guerra

*Já não há a
“ameaça” do
comunismo. Mas
poderá haver um
colapso financeiro
baseado na
autofagia que move
o centro da
economia
capitalista*

internacionalização capitalista do período, decorre em última instância da própria *concorrência inter-capitalista*. Já em 1948, atropelando as regras recém criadas – como o sistema de paridade cambial fixo –, os Estados Unidos provocam maciças desvalorizações das moedas européias. Aceitam também medidas protecionistas contra seus produtos na Europa e no Japão, ao tempo em que abrem seu imenso mercado interno, para aqueles países. Assim, logo entre 1948-52, os beneficiários do Plano Marshall tiveram um crescimento da produção industrial da ordem de 39%; o volume bruto de suas exportações cresceu em 33%. Em 1958, o saldo do balanço de pagamentos em conta corrente mostrou-se superavitário em 660 milhões de dólares, tendo a melhoria alcançado o Japão. Naquele mesmo ano, os países da Comunidade Econômica Européia estabeleceram a conversibilidade de suas moedas, enfraquecendo a ditadura do dólar. Junto a um padrão manufatureiro e comercial intra-regional, um subsistema bancário-financeiro processa a reprodução ampliada dos excedentes de capitais privados. Portanto,

esse movimento de difusão de padrão de produção e consumo é gerador de dinamismo econômico em inúmeros mercados nacionais – inclusive na periferia semi-industrializada.

No início dos anos 60, os Estados Unidos tentam resolver os problemas resultantes dos déficits na balança de pagamentos e fiscal. Funcionavam na condição de emissores da moeda-reserva internacional; surgem os efeitos do avanço da concorrência dos países centrais. Começa o esgotamento do padrão industrial norte-americano e operam-se mudanças no complexo eletrônico, refletindo as inovações para o setor eletromecânico, fonte do vigor industrial no Japão e na Alemanha posteriormente. (Canuto & Laplane, 1995)

A formação do mercado de eurodólares impulsiona a saída de bancos americanos, o que, de um lado escapa do controle de políticas econômicas, e de outro fortalece a produção e o comércio na Europa. Intensificam-se as pressões contra o dólar, desequilibra-se a balança de pagamentos, tendo os Estados Unidos praticamente fechado o mercado financeiro de Nova York a tomadores estrangeiros, controlando suas empresas internacionalizadas para limitar a exportação de capitais.

Apesar de sua força tecnológica em maquinaria pesada e agrícola, produtos primários, industriais e serviços, os Estados Unidos sofrem derrota comercial na exportação de manufaturados avançados para Alemanha e Japão. Em fins dos anos 60, a crise norte-americana combina déficit fiscal – gastos militares, guerra do Vietnã (5) – e comercial, uma vez que “durante os anos 50 e 60 a balança comercial americana foi sistematicamente superavitária a despeito da posição deficitária do balanço global”. (Belluzzo, 1995) Dito mais enfaticamente, *desde a década de 60 a posição dos Estados Unidos continuou a desgastar-se em novas tecnologias e patentes, in-*

dústrias-chave, ativos financeiros e balanço de conta corrente e no poder de compra internacional (Kennedy, 1993). Buscam então os Estados Unidos segurar a corrosão do dólar, através da sobrevalorização, o que naquele momento não detém a perda de competitividade da indústria norte-americana frente às européias e japonesas.

Localizando os ‘anos cruciais’ das mudanças entre 1968-73, Arrighi afirma que os mercados de eurodólares e eurodivisas tiveram alta repentina, crescendo em seguida explosivamente por vinte anos. Naqueles seis anos abandonaram-se o dólar e o sistema de paridades fixas, em troca do sistema de taxas de câmbio flutuantes. (Arrighi, 1996)

‘Globalização’ financeira e retomada norte-americana – um debate

No começo dos anos 70, chegava ao fim o período denominado pelos franceses de ‘Trinta Anos Gloriosos’, ou de ‘Era de Ouro’ do capitalismo pelos ingleses. De fato, a contraposição à União Soviética e ao ‘campo socialista’, o avanço das lutas proletárias e do sindicalismo, mobilizaram as elites burguesas em torno das receitas keynesianas. Entre 1945-73, cresceram significativamente o produto, a renda e o emprego nos países do centro capitalista.

A crise que por sua vez somou-se à reciclagem dos petrodólares (pós-alta vertiginosa dos preços do barril de petróleo), caracterizou-se por inflação, falência de corporações, aumento do déficit público, colapso do dólar, estagnação econômica relativa e desemprego; bem como pela emergência da reestruturação tecnológica-produtiva ou III Revolução Industrial. Elas foram manifestações estruturais, oriundas do declínio da economia norte-americana, agravada pela emissão frenética de títulos públicos pelo Tesouro dos Estados Unidos, para cobrir o rombo,

agora presente em todas as contas.

Os Estados Unidos detonam unilateralmente o padrão ouro-dólar e o sistema de paridades fixas já em 1971. (Chesnais, 1996) Formaliza-se a morte da peça fundamental de Bretton-Woods e com isto a desregulamentação dos mercados financeiros. A desregulamentação passou a ser necessidade da lucratividade obtida em fluxos de curto prazo, na medida em que as taxas flutuantes significavam também ter 'proteção' de custos no setor privado. Como bem lembra Eatwell, no sistema Bretton-Woods o risco cambial era suportado pelo setor público; com seu fim, o risco "foi privatizado". (Eatwell, 1996)

Em 1979, o Banco Central norte-americano eleva as taxas de juros, provocando desvalorizações sucessivas em todas as moedas internacionais. Fato que sucedeu a declaração de Paul Volcker, presidente do Banco Central, ao abandonar uma reunião do FMI: o dólar manteria sua situação de padrão internacional e que a hegemonia da moeda ia ser restaurada. (Tavares, 1997) Seguem-se políticas deflacionistas e recessão mundial, acompanhadas de violento endividamento externo dos países dependentes. Sempre lançando mão de instrumentos de Estado (Banco Central e Tesouro), de 1981 a 1984, o governo Reagan recompõe o patrimônio bancário e os fundos de pensão, bombardeados pelas taxas de juros.

O grande desenvolvimento das cha-

mas inovações financeiras também deveu-se à absorção e cobertura do risco cambial, o que demandou outros instrumentos, fim das barreiras regulatórias e mesmo reestruturação das instituições das finanças internacionais. Tendo como características centrais a mobilidade, liquidez e cobertura de risco – predominantemente de títulos financeiros negociáveis –, as 'inovações' generalizam-se no centro do capitalismo. Crescem espantosamente os 'derivativos' (para *swaps* [trocas no câmbio e/ou juros], *opções* [não obrigação de venda ou compra], e *futuro* [datas estipuladas]). (6) No caso dos Estados Unidos, é o próprio Banco Central que institucionaliza o apoio aos *commercial papers*, via linhas de crédito no sistema bancário, bancando o "principal instrumento de expansão financeira" de sua economia. Aparece ainda a fusão de funções em 'corporações multifuncionais', onde ocorrem definição, gestão e realização da riqueza 'financeirizada'. (Braga, 1993; *Idem*, 1997)

Para Braga, este é o *padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo*, que se inicia nos Estados Unidos a partir já de meados dos anos 60, compreendendo: a) alterações monetário-financeiras no tripé moeda-crédito-patrimônio; b) gestão dos bancos centrais sobre liquidez e taxa de juros; c) surgimento de conglomerados produtivos-financeiros acoplados;

internacionalização do regime de taxa de câmbios flexíveis e sua incidência restritiva sobre as finanças públicas; desregulamentação financeira da condução das políticas de globalização pela hegemonia dos Estados Unidos. (Braga, 1997; Tavares & Melin, 1997)

Os episódios importantes acontecidos entre 1985-87, foram a desvalorização do dólar e a baixa da taxa de juros, por decisão conjunta dos Estados Unidos e o G-7, com repercussões sérias em bancos japoneses – os maiores detentores de títulos da dívida pública norte-americana. Há desregulamentação do mercado financeiro de Tóquio, fortalecimento do iene, deslocamento de capitais e empresas para Estados Unidos, Ásia e Europa. Visando à moeda única, o Banco Central alemão coordena as políticas monetárias do Sistema Monetário Europeu, e em Londres, a desregulamentação provoca crises sucessivas até o *crash* em Nova York, em 1987. Em 1989, os Estados Unidos rompem a coordenação pactuada, baixam novamente os juros e impulsionam a saída de fundos de pensão para Ásia e América Latina; salta a 'globalização' de mercados de futuro e câmbio. Entre 1992-95, crises bancárias e cambiais passam ao Banco Central dos Estados Unidos a coordenação e monitoração da flutuação



do dólar frente às moedas principais, dando a este *definitivamente posição dominante nos mercados financeiros globalizados*. (Tavares & Melin, *idem*) (7)

Finda a bipolaridade mundial, segue o debate que constata terem os Estados Unidos se constituído em potência militar única e possuidor de gigantesco poderio financeiro. Mas, em 1993, Kennedy lembrava a dívida nacional dos Estados Unidos de quase 4 trilhões de dólares, e dizia que as dimensões econômicas são *uma mistura de força e fraquezas*. (Kennedy, 1993) Segundo Chesnais, a 'tríade' (Estados Unidos, Europa e Japão) é gerente da *acumulação predominantemente financeira*, o que não anularia o papel dos estados nacionais; mas a superioridade no do-

imperial ('em favor de estratégia imperialista ofensiva'), poderiam introduzir um forte elemento de instabilidade institucional na correlação de forças precárias, ainda que nitidamente definida que hoje lideram.

Duas questões

1. O capitalismo deste final do século transmutou-se num gigantesco cassino flutuante. Nele há identidades e diferenças com o ambiente que circundou a grande crise de 1929-33. De um lado, a *assimetria* polarizada pelos Estados Unidos, que novamente vivenciam um *boom* baseado num crescimento onde um terço de sua população investiu em fundos mútuos, está afogada em dívidas de consumo e empréstimos ao consumidor, cal-

Grande Depressão, não obstante taxas altas de desemprego em países da Europa (de 10% a 18% na Grã Bretanha, Alemanha, Suécia, Dinamarca e Noruega – nos Estados Unidos, 4%), havia identidade num ponto fundamental. Maurice Dobb (1978) descreve os anos de 1925 a 1929 como sendo de *gigantesco auge do investimento mundial, ou grande boom de investimentos*.

Hobsbawn (1995) também assinala os *anos de boom da década de 20 (1924-29)*, e que *os preços e o boom desmoronaram em 1929*. Uma situação, portanto, inteiramente distinta da que ocorre hoje nos países do G-7, e mesmo da OCDE, que nos anos 90 não ultrapassaram medíocres 2% de taxas médias de crescimento (8); ou ainda que em todos os países do G-7, de 1961 a 1990, houve *acentuado declínio do crescimento da produtividade global* (relação entre Produto e pessoa empregada), com redução máxima no Japão e mínima nos Estados Unidos e Reino Unido, o mesmo na produtividade da indústria manufatureira de 1964 a 1992, no G-7. (9)

Assim, mesmo não havendo agora a 'ameaça do comunismo', não pode haver dúvidas sobre o desastre de um colapso financeiro baseado na autofagia especulativa que move a economia do centro imperialista. A falência de demanda, vigente em 1929-33 – diante de um quadro atual de estagnação econômica relativa, preços das principais *commodities* em queda e desemprego massivo generalizado – simbolizaria apenas um leve infarto num jovem hígido.

2. Dois dos mais consistentes ideólogos do imperialismo norte-americano, o renomado economista Lester Thurow e o velho estrategista de Estado – também consultor de oligopólios – Henry Kissinger, insistem há alguns anos na tese da 'multipolaridade' mundial. Desconsiderando a 'unipolaridade', Thurow, em fundamentada análise, as-

No começo dos anos 70 a "era de ouro" do capitalismo chegava ao fim

mínio das finanças possibilita aos Estados Unidos (sua agências, alianças e seu Estado) *impor a conclusão do processo de desregulamentação e liberalização comercial e financeira, de modo que não haja retrocesso na flexibilização salarial e trabalhista*. O sistema estaria, por outro lado, marcado por *fraca acumulação industrial, condições de emprego cada vez mais raras e profunda regressão social e política*. (Chesnais, 1997) De acordo com Braga, *a perversidade da instabilidade contemporânea combina alta especulação financeira com crescimento mínimo, onde nem colapso nem desenvolvimento, denunciaria um padrão de riqueza econômica, social e historicamente limitado*. (Braga, 1997) Conceição Tavares e Melin (1997), argumentando amplamente, reafirmam a hegemonia norte-americana, mas enxergam nela precariedades e contradições: *os Estados Unidos, se trocarem o papel de gestores hegemônicos da atual ordem internacional pelo centro do comando*

culando-se em 25% do consumo do atual crescimento por cartões de crédito. Com um PIB próximo aos 8 trilhões de dólares, o valor de mercado das Bolsas norte-americanas (sendo 5% os controladores de 95% das ações) corresponderia a 160% do produto bruto. Entre 1973 e 1995, os salários tiveram perda de 16%, recuperando apenas 3% em 1997 (entrevista de Doug Henwood, à *Carta Capital*, 13/5/98). J. K. Galbraith fala em bolsões de miséria, principalmente nas grandes cidades, alertando para "séria desordem social" caso os Estados Unidos deixem de ajudar os pobres; é taxativo na existência de uma bolha especulativa no mercado financeiro norte-americano (oriunda também de fusões, aquisições, *junk bonds*), "e outras manifestações de insanidade financeira"; recorda o falatório sobre uma nova era, das vésperas de 1929. (*Carta Capital*, 10/6/98)

Por outro lado, a economia mundial no período imediatamente anterior à


severa que os Estados Unidos certamente possuem poder militar, mas que eles estariam *completamente incapazes de utilizá-lo a menos que alguém os ameace diretamente, e isto ninguém faz*; fala que o papel econômico dos Estados Unidos após a II Guerra, *fluiu por uma seqüência particular de eventos*, que resultaram numa redução de sua participação de *mais de 50% do PNB mundial no final dos anos 60, para pouco menos de 25% hoje*, aduzindo serem eles o segundo mercado do mundo, atrás do Mercado Comum Europeu. Para Kissinger, o novo sistema internacional irá em direção *ao equilíbrio até na área militar*, mesmo que leve algumas décadas, tendências estas ainda *mais pronunciadas na economia*, onde a predomi-



nância americana *já está em declínio*; a *fragmentação* atual abrigaria um sistema de no mínimo seis grandes potências: *os Estados Unidos, Europa, China, Japão, Rússia e, provavelmente, a Índia*. (Thurow, 1997; Kissinger, 1997)

Penso que são sobre a base destas visões estratégicas que devemos compreender o terremoto que varre a região asiática. Prestes a completar um ano – e antecedendo à aparente irreversibilidade do ‘Euro’ –, o que se convencionou chamar de ‘pólo asiático’, sob a liderança do Japão, está sendo desmontado. Trata-se de ingenuidade política imaginar ali apenas fenômenos de ordem econômica. Esses fundamentalmente explicados pelo endividamento gigantesco dos ‘tigres’ (principalmente Coréia do Sul, Tailândia, Indonésia e Malásia) e transformados em poderosas plataformas exportadoras, impulsionadas pelo Estado, destacadamente para os Estados Unidos, Europa e América Latina. Mas a constatação de que a fragilidade possibilitou ataques especulativos maciços, inicialmente contra o *baht* tailandês, o *ringgitt* malaio e a *rupia* indonésia, não articulava na análise a estagnação japonesa de quase 8 anos, e os desdobramentos econômicos – mas de claro sentido geopolítico – subseqüentes. Com efeito, o FMI hoje já controla a política econômica da Coréia do Sul, da Tailândia e da Indonésia. Gigantes norte-americanas do setor automobilístico já anunciaram compra de um grande volume de ações da Kia Motors, Samsung, e Daewoo coreanas, por exemplo. Por outro lado, às seguidas desvalorizações do *iene* japonês, mesmo fortalecendo suas exportações e empresas na Ásia (calcula-se entre 500 a 800 bilhões de dólares de dívidas não-pagas de curto prazo do sudeste ao Japão) e nos Estados Unidos, iniciou-se também no Japão o processo de desregulamentação comercial-industrial, desejada com volúpia pelo neoliberalismo norte-americano. A

recente crise japonesa de junho de 98, além de dar prosseguimento a esse processo, poderá ser ingrediente explosivo na relação com o Tesouro dos Estados Unidos e Wall Street, e com os circuitos da desregulamentação financeira ‘globalizada’.

Assim, deve ficar claro que também o surgimento da moeda única européia, datada para ano que vem, força um certo jogo de ‘roleta russa’ na relação Estados Unidos e Japão (o temido resgate dos títulos públicos norte-americanos). Exige também uma definição dos países da América Latina – especialmente do Brasil – a propósito de uma peça geopolítica dos Estados Unidos: a ALCA. 

Sérgio Barroso é membro da executiva nacional da CUT.

Notas

(1) No importante estudo *O processo de industrialização: do capitalismo originário ao atrasado*, Carlos Alonso Barbosa de Oliveira considera ocorrer a ‘segunda onda’ industrializante – Japão, Rússia e Itália – entre 1870 e 1890.

(2) O especialista em guerra e pilhagem imperialista H. Kinssiger é claro:

“Jefferson definiu as Guerras Napoleônicas como uma disputa entre o tirano da terra (a França) e o tirano do mar (a Inglaterra) – em outras palavras, as partes na contenda eram moralmente equivalentes”. Ver *Diplomacia*, p. 26.

(3) L. Thurow calcula em 2% do PNB dos Estados Unidos na época, equivalente a 140 bilhões de dólares/ano hoje.

(4) Ver especialmente A. Teixeira, *Internacionalização do capital e hegemonia norte-americana*, cap. III, op. cit.; J. Fiori, partes 3 e 4, op. cit.; M. Pochmann, *Trabalho e pauperização no capitalismo: passado e presente*, cap. I; e J. Mattoso, *Segunda revolução industrial e padrão de desenvolvimento*, cap. 1.

(5) De outra parte, e num panorama sobre a corrida armamentista, informa L.

Fernandes que “o comércio mundial de armas como um todo registrou uma grande expansão dos anos 60 para os anos 80 (...) Até o final dos anos 70, os Estados Unidos ainda mantinham a posição de maior vendedor de armas do mundo. A participação soviética nesse comércio passou de 19% em 1969, para 28% em 1972, 32% em 1976, e 34% em 1978”; In: *URSS – ascensão e queda: a economia política das relações da União Soviética com o mundo capitalista*, p. 173, São Paulo, 1991, Ed. Anita Garibaldi.

(6) Segundo M. Baer, “o mercado de opções e futuros de taxas de juros saltou de um valor de 583 bilhões de dólares em 1986 para 3.518 bilhões em 1991 (em termos mundiais) e os *swaps* de juros passaram de 400 bilhões de dólares para 2.750 bilhões, no mesmo período”; ver: ‘Os desafios à reorganização de um padrão monetário internacional’, Campinas, *Economia e Sociedade*, IE/UNICAMP, 6/96. E Braga informa, por outro lado, que no começo dos anos 90, na economia japonesa existia entre ativos financeiros mais propriedades imobiliárias, o equivalente a 35 trilhões de dólares, enquanto seu PNB somava 3 trilhões – títulos e ações correspondiam a 21 trilhões de dólares (Braga, J., 1993).

(7) Não só. No início dos anos 90, os Estados Unidos redirecionaram sua política industrial-tecnológica, partindo de seu complexo industrial-militar. Questão ainda em evolução, medidas estratégicas tomadas já no primeiro governo Clinton conteriam: “Melhoria das medidas fiscais em favor de Pesquisa e Desenvolvimento; investimento em infra-estrutura tecnológica; promoção de tecnologias avançadas de produção; assistência ao desenvolvimento de uma outra geração de automóveis; melhoria das tecnologias de educação e formação; investimento na economia de energia.” Ver o consistente artigo de Fábio Erber e José Cassiolato, ‘Política Industrial: teoria e prática no Brasil e na OCDE’, *Revista de*

Economia Política, nº 17, 5/6/97.

(8) Conforme a OCDE, entre 1992 e 1995, a média anual do crescimento do PNB foi de 0,7% no Japão, de 1,1% na Alemanha, e de 3,2% nos Estados Unidos; ver: ‘A crise japonesa’, de E. Filho, In *Poder e dinheiro*, op. cit.

(9) John Eatwell, com base em dados da OCDE, assinala a queda do crescimento da produtividade na indústria manufatureira da Alemanha de 4,0 para 2,9; nos Estados Unidos de 3,1 para 2,8; e no Japão de 9,6 para 5,7 (período de 1964/1975 e 1983/1992), in *Desemprego tem escala mundial*, p. 28, op. Cit.

Bibliografia

ARRIGHI, G. O Longo século XX. São Paulo, Ed. Unesp, 1997.
 BELLUZZO, L. ‘O declínio de Bretton-Woods e a emergência dos mercados globalizados’. Campinas, *Economia e Sociedade*, 1995.
 BRAGA, J. ‘A financeirização da riqueza: a macroestrutura financeira e a nova dinâmica dos capitalismos centrais’. Campinas, *Economia e Sociedade*, 1993.
 _____. ‘Financeirização global - o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo’. in: *Poder e dinheiro – uma economia política da globalização*, Petrópolis, Ed. Vozes, 1997.
 CHESNAIS, F. A mundialização do capital. São Paulo, Xamã Editora, 1996
 _____. ‘A emergência de um regime de acumulação mundial predominantemente financeiro’. São Paulo, Ed. Hucitec, Revista Praga, 1997.
 DOBB, M. *Economia, política e capitalismo*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1978.
 EATWELL, J. ‘Desemprego em escala mundial’. Campinas, *Economia e Sociedade*, 6/1996.
 FILHO, E. ‘A crise da economia japonesa’. In: *Poder e dinheiro*, Petrópolis, Ed. Vozes, 1997.
 FIORI, J. *Globalização, hegemonia e império*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1997.

HOBBSBAWN, E. ‘Rumo ao abismo econômico’, cap. 3, in: *A era dos extremos – o breve século XX (1914-1999)*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

_____. *Origens da revolução industrial*. São Paulo, Global Editora, 1979.

KENNEDY, P. *Ascensão e queda das grandes potências*. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1989.

_____. ‘O Futuro dos Estados Unidos’. São Paulo, Ed. Paz e Terra, Política Externa, 1993.

KISSINGER, H. *Diplomacia*. Rio de Janeiro. Livraria Francisco Alves, 1997

LÊNIN, V. *Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América*. São Paulo, Ed. Brasil Debates, 1980.

MAGDOFF, H. *A era do imperialismo – a economia política externa dos Estados Unidos*. São Paulo, Ed. Hucitec, 1978.

MARX, K. *O Capital*, Livro 1. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1967.

MATTOSO, J. *A desordem do trabalho*. Cap. I, São Paulo, Ed. Scritta, 1995.

OLIVEIRA, C. *O processo de industrialização – do capitalismo originário ao atrasado*. Campinas, Unicamp, Tese de doutoramento (mimeo), 1985.

PRONI, M. ‘História do capitalismo: uma visão panorâmica’. *Cadernos do CESIT*, n.º 25, Campinas, 1997.

POCHMANN, M. *Políticas de trabalho e garantia de renda mínima no capitalismo em mudança*. LTR, 1995.

TAVARES, M. & Melin, L. ‘A reafirmação da hegemonia norte-americana’. In: *Poder e Dinheiro*, Petrópolis, Ed. Vozes, 1997, especialmente pp. 57-62 e 78-84.

TEIXEIRA, A. *O Movimento da industrialização nas economias centrais no pós-guerra*. Rio de Janeiro, IEI-UFRJ, 1983. Texto para discussão.

THURLOW, L., *O Futuro do capitalismo: como as forças econômicas moldam o mundo de amanhã*. Rio de Janeiro, Ed. Rocco 1997.



Experiências políticas de um governo democrático e popular

BIPLAB DASGUPTA

Biplab Dasgupta, ex-governador do estado de Bengala Ocidental, da Índia, é professor de economia, PhD em economia política, formado pela Universidade de Calcutá e pela Londres School of Economics, na Inglaterra; deputado federal e membro do Comitê Central do Partido Comunista da Índia (Marxista). Biplab Dasgupta é uma pessoa de notória importância no seu país; que possui em seu currículo grandes serviços prestados à luta pelos interesses nacionais do povo indiano, à luta pela democracia e à luta pelo socialismo. Já ocupou importantes cargos públicos, entre eles, o de maior destaque, de governador do estado de Bengala Ocidental.

O professor Biplab esteve em nosso país para realizar uma importante palestra em Porto Alegre, no Seminário 'Século XXI, solidariedade ou barbárie?', organizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e aproveitou para abordar o quadro político da Índia e a experiência de governo do Partido Comunista da Índia (Marxista).

Há muita coisa em comum entre o Brasil e a Índia. Sempre consideramos a Índia como um país muito grande, mas o Brasil é três vezes maior. Existe um aspecto em que somos maiores: a nossa população é seis vezes maior que a brasileira. Mas, de qualquer maneira, em ambos os países não há escassez de recursos, tanto no sentido biológico, quanto mineral, ou, quanto humano. Nos dois países existe a possibilidade de um desenvolvimento econômico auto-sustentável, o que não é possível em países pequenos. Possuímos

grandes mercados e também uma mão-de-obra qualificada numerosa; uma variedade de recursos minerais e agrícolas que podem ser importantes para sustentar um desenvolvimento industrial.

O Brasil é mais rico do que a Índia, é considerado como rico mas está um pouco abaixo em relação aos países ricos. Segundo o Banco Mundial, está na faixa superior dos países de renda média. Ao passo que a Índia é um dos países mais pobres do mundo; estamos colocados entre os vinte mais pobres do mundo.

As pessoas na Índia estão muito contentes porque alcançamos Bangladesh e somos mais ricos do que o Nepal e o Butão. Mas, a maioria dos países, mesmo os da Ásia e os da África, são mais ricos do que nós. Todavia, temos certeza e a compreensão de que, com políticas acertadas, a Índia poderia se tornar um país bastante rico porque possui recursos e pessoas para tal empreendimento.

Entendi que vocês têm interesse especial em dois temas: em primeiro lugar, no que está acontecendo na vida política da Índia hoje; e, em segundo lugar, conhecer um pouco mais sobre a experiência dos três governos que são dirigidos por forças marxistas, pelo Partido Comunista Marxista, na Índia.

A Constituição da Índia proclama uma estrutura federal para o país, mas não é tão federal assim se formos comparar com a experiência, por exemplo, do federalismo norte-americano. Temos 26 estados no país, dos quais 16 são bastante grandes; os outros são menores. Em cada um deles há um Parlamento, ou Assembléia Legislativa, e um governo estadual, que presta contas e é eleito pelo Parlamento estadual. Temos também um governo central com um Parlamento nacional e uma Corte Suprema.

O tema das divisões de poderes entre o governo central e os governos estaduais sempre foi extremamente polêmico. A nossa compreensão é que, embora a Constituição preserve características federais, tenha traços federais, de fato ela consagra uma forma de governo bastante centralizado. O poder fiscal é quase todo centralizada pelo governo central. Os governadores estaduais só podem introduzir alguns impostos indiretos, mas que são limitados. São os quadros da burocracia do governo central que ocupam posições nas burocracias dos governos estaduais. Eles vêm do serviço admi-

nistrativo central da Índia e são alocados nos governos estaduais. Toda a sua carreira, a sua promoção, o seu local de trabalho, são determinados pelo governo central. Embora estejam ocupando cargos altos no aparelho administrativo dos governos estaduais, não estão sob o controle efetivo desses governos. O mesmo ocorre com os cargos dirigentes das forças policiais.

Existe um artigo na Constituição indiana, o artigo 356, que dá poderes ao governo central para cassar o mandato do governador estadual no momento que melhor lhe convier, ou que quiser. Então, há sempre uma espada pendurada sobre a cabeça do governador.

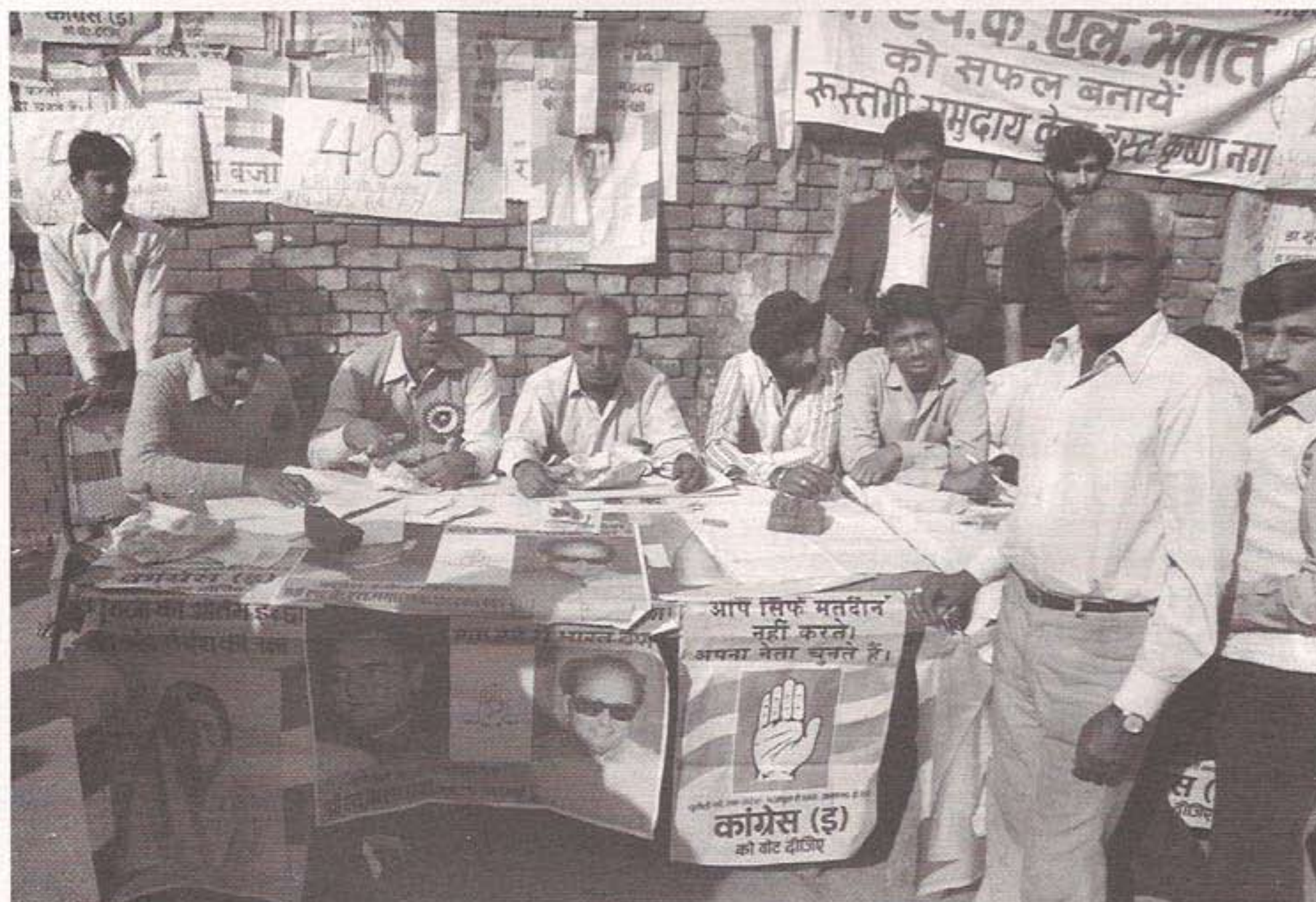
Existem outras dimensões do problema pelos estados não serem independentes entre si. A mesma coalizão de forças das classes dominantes que ocupa o poder no centro também se expressa em todos os estados da Federação da Índia.

Não há barreiras à entrada de pessoas ou idéias entre os estados. No restante do país há uma atmosfera de tensões que dizem respeito às divisões religiosas nacionais existentes na Índia – conflitos esses bastante agudos. Em função disso, no estado em que administramos, não ficamos imunes a tais tensões, quer dizer, esse tipo de sentimento de rivalidade também penetra no nosso estado.

Apesar dessa situação bastante complexa e difícil, conseguimos assumir o governo de três estados da Índia. O primeiro estado que administramos foi Querela, em 1957. Mas, em 1959, dois anos depois, portanto, esse governo foi derrubado com base naquele artigo 356 da Constituição indiana. Desde então, temos estado dentro e fora do governo de Querela repetidas vezes. Um outro governo no qual temos tido presença, e governado por muito tempo, foi o estado de Tripura. Mas a ex-

periência mais importante em que estamos envolvidos continuamente no governo – já há 21 anos –, é a experiência de Bengala Ocidental.

Vocês devem ter reparado que tenho dito desde o começo estarmos no governo, mas não no poder. Nós só poderíamos estar no poder se tivéssemos o controle efetivo sobre a polícia, sobre o Exército, sobre a administração, sobre a burocracia e sobre o Judiciário, e não temos controle sobre esses instrumentos de poder. Dada a estrutura semifeudal e semiburguesa que predomina na Índia, não há muito o que se possa fazer a partir da ocupação de governos estaduais, por intermédio das eleições. Há pouco espaço para a iniciativa independente e não podemos ir além dos limites que nos são impostos pela Constituição em vigência. Portanto, não podemos instaurar um regime socialista ou comunista



Mesa eleitoral durante as eleições gerais para o Parlamento, 1984

nos governos que administramos. Dessa forma, não podemos resolver, a partir dos governos estaduais, problemas fundamentais da sociedade como emprego, desemprego, distribuição de renda, miséria e outros.

Bengala Ocidental tem uma população de sessenta milhões de pessoas aproximadamente. Na verdade, o que está ao nosso alcance é proporcionar alguma forma de alívio para as massas populares, atuando – através da administração burguesa – de forma mais eficiente do que a própria burguesia. É claro que queremos conquistar o socialismo, mas é impossível fazer isso nos limites impostos aos governadores dos estados pela Constituição. Só podemos fazer essa transformação se capturarmos o poder central em Delhi, a capital da Índia. Sem a conquista desse poder operamos, necessariamente, dentro dos limites que nos são impostos pela Constituição indiana.

Por esse ângulo, temos tido a possibilidade de fazer muito pouco, face às necessidades do povo, nos estados em que governamos; e por isso, até mesmo ficamos perplexos e chegamos a nos perguntar: por que as pessoas continuam a votar no Partido Comunista? Nos últimos 21 anos temos vencido todas as eleições em nível de governo, do Parlamento estadual, dos Parlamentos municipais e das representações locais existentes nas áreas rurais. E isso foi possível até aqui porque temos sido muito honestos e francos com o povo. Dizemos abertamente o que podemos e o que não podemos realizar dentro desse sistema. Porém, mesmo com esses constrangimentos, dentro desses limites, temos conseguido fazer algumas coisas importantes que nenhum outro governo estadual na Índia fez.

Nosso maior sucesso tem se verificado nas áreas rurais. Implementamos uma política de reforma agrária que foi tão longe quanto possível, dentro dos limi-



*Nosso maior
sucesso tem se
verificado nas
áreas rurais.
Conseguimos
eliminar as grandes
propriedades em
Bengala. Lá, não há
mais latifúndios*

tes permitidos pela Constituição. Conseguimos eliminar todas as propriedades latifundiárias no estado de Bengala Ocidental. Não há mais latifúndios – grandes propriedades rurais – nesse estado. O que temos são pequenos proprietários de terra. Mas, proprietários não com o significado que vocês têm de camponês. Temos pequenos proprietários de terra, fazendeiros, que vivem na cidade e contratam empregados assalariados no campo para trabalhar nas suas terras, que não são propriamente latifundiários.

Além da questão da propriedade da terra, existem leis específicas que protegem tanto os camponeses quanto os trabalhadores agrícolas, ao contrário de outros estados. Quer dizer, os camponeses que trabalham a terra em regime de parceria, em Bengala Ocidental, não podem ser expulsos de suas terras, como acontece em outros estados. E também há limites fixados bem claros de salários mínimos para os trabalhadores agrícolas.

Com isso, conseguimos dar um fim ao tipo de exploração semifeudal que existia anteriormente em Bengala Ocidental. Eliminamos isso de tal maneira que conseguimos superar e destruir as relações de dependência existentes no interior do campo entre pobres e ricos, e que eram consolidadas anteriormente.

Nosso segundo grande sucesso foi a montagem de governos locais nas áreas do campo, que são formas por um auto-governo da população camponesa. Existem três níveis dessas formas de governo local. O nível distrital, o que reúne 100 vilas e o que congrega 10 vilas. A maior parte dos fundos de desenvolvimento do governo estadual é conduzida por intermédio desses modos de governo local. Há eleições para compor os cargos representativos que surgem dentro desses governos a cada cinco anos. Quer dizer, se as pessoas não estiverem satisfeitas com a condução daquele governo lo-

cal, o mesmo será revogado no prazo das eleições a cada cinco anos. É comum, por exemplo, as pessoas votarem a nosso favor no nível das 10 vilas reunidas, ou das 100 vilas, mas, votarem contra nós no nível distrital, por entenderem que a condução da nossa política não foi boa. Os habitantes dessas vilas do interior se tornaram muito conscientes dos seus direitos e assimilaram a compreensão de que a cada cinco anos têm condições de mudar o perfil do governo existente nesse poder local. Se a condução desse poder for arrogante; se o nível de vida dos ocupantes dos cargos desse poder se elevar muito; seus mandatos poderão ser revogados na próxima eleição.

Os governos locais, nesses três níveis, deliberam como utilizar os recursos, os fundos para o desenvolvimento. Eles é que decidem se vão construir

Nos últimos 21 anos temos vencido todas as eleições em nível de governo, do Parlamento estadual, dos Parlamentos municipais e das representações locais existentes nas áreas rurais

uma estrada ou uma escola, ou seja, a decisão é tomada a nível desse poder local.

Portanto, a combinação dessa forma de democracia popular de base com a implementação efetiva da reforma agrária tem-nos dado uma base muito forte, e sólida, em Bengala Ocidental e nos tem permitido derrotar as tentativas da direita de inviabilizar ou derubar o nosso governo.

Nas áreas urbanas não temos tido o

mesmo sucesso. Para promover a reforma agrária não há necessidade de muito dinheiro; ou mesmo para montar essa estrutura de governo local. O que fizemos foi apenas a decisão de canalizar os fundos de recursos do governo, via essa estrutura. Porém, tudo o que tem de ser feito nas áreas urbanas exige, ao contrário, muito dinheiro. E as necessidades de infra-estrutura numa cidade como Calcutá – que foi construída há mais de 120 anos pelos ingleses, e que se tornou rapidamente uma cidade próspera – exigem um volume de recursos que o governo simplesmente não tem. Há também problemas gravíssimos de desemprego urbano e não temos como resolvê-los.

Existe também o problema da juventude, que, em última instância, sempre adota uma política contra o sistema, anti-estado, contra o poder constituído, ou seja, contra a autoridade. Os jovens que hoje tem 30 anos não vivenciaram as experiências de governos anteriores. O único governo que eles conheceram durante toda a sua vida é esse marxista. E as suas expectativas de melhoria de vida não podem ser atendidas facilmente por um governo com as nossas limitações.

Em Calcutá se concentra a população mais rica de Bengala Ocidental. É uma camada mais privilegiada que tem um peso muito grande na mídia. E a mídia, em geral, tem sido sempre uma adversária do nosso governo. Então, quanto maior a concentração da população numa cidade, a tendência é que



seja menor o apoio que iremos receber nas eleições, por causa dessa reação. Quanto mais próximos estivermos das vilas rurais e do campesinato, maior será o apoio ao nosso governo.

Temos um movimento operário forte em Bengala Ocidental. Contudo, por uma gama variada de razões, as indústrias desse estado não têm tido o sucesso que deveriam ter. A principal razão para isso é uma política de cerceamento econômico exercida contra o nosso estado pelo governo central, que queria transformar Bengala Ocidental num deserto industrial. Os bancos controlados pelo governo central sempre trata-

Ocidental. Outro problema grave é o do desemprego industrial.

Também sentimos que, quando o partido ocupa o poder por um longo tempo, as expectativas da população em relação ao partido vão se modificando. E se torna cada vez mais difícil preservar e garantir a qualidade dos quadros necessários para o conjunto de tarefas em que o partido está envolvido, seja no governo, seja na própria estrutura partidária, ou, seja na montagem dos governos locais. Quer dizer, as exigências estão além das possibilidades dos próprios quadros do partido. Mas, nos últimos anos têm sido abertas possibilidades de grandes

Vemos o nosso governo de Bengala Ocidental como a subida de um dos degraus dessa imensa escada que precisamos escalar se quisermos chegar ao socialismo, e ao comunismo. Esperamos que a nossa experiência possa se espalhar para outras regiões do país e servir para despertar a consciência revolucionária do povo indiano.

A reforma agrária em Bengala Ocidental

No século XIX uma série de lutadores por reformas sociais travou uma luta muito dura contra o sistema de castas em Bengala Ocidental. Então, na verdade, o que estamos fazendo é levar adiante o legado desses reformadores sociais burgueses do século XIX.

Contudo, ao lado disso, outra chave do sucesso da nossa política diz respeito ao grande movimento de massas que houve no passado. Dos anos 40 em diante houve uma seqüência de importantes lutas agrárias em Bengala Ocidental em defesa dos camponeses e trabalhadores agrícolas, e exigindo a liquidação do sistema de latifúndio em Bengala Ocidental. Foi um movimento brutalmente reprimido levando à morte milhares de pessoas.

De 1972 a 1977, os cinco anos que precederam a nossa eleição a esse governo, o Partido do Congresso – que estava no governo central – promoveu uma repressão bárbara contra as forças progressistas de Bengala Ocidental chegando a matar 1.200 membros do Partido Comunista Marxista. Portanto, a base da nossa força foi justamente aquela que conseguimos atrair do campesinato, a partir dessas lutas.

O campesinato exigia a reforma agrária. Então, a reforma que fizemos não foi em nome ou a favor do povo; foi, na verdade, uma exigência. E assumimos o governo com um mandato que tinha como responsabilidade principal a realização dessa exigência: a

A combinação da democracia popular de base com a implementação efetiva da reforma agrária tem nos dado uma base forte e sólida em Bengala Ocidental

ram de cercear a concessão de empréstimos para o nosso governo e, também, toda uma gama de instituições financeiras controladas pelo governo central segue tal política (a Comissão de Planejamento sempre alocou recursos extremamente poucos para o governo de Bengala Ocidental). E, quando uma empresa privada solicita autorização do governo central para fazer investimentos em Bengala Ocidental, o mesmo a bloqueia e sempre manda pedir licença para montar sua indústria em outro estado. Havia um projeto, por exemplo, em que os russos estavam interessados em investir. Eles alocaram recursos para Bengala para um projeto específico. Porém, o governo central afirmou que esse recurso não deveria ir para lá, mas sim para outro estado da Índia. Com tudo isso tem-se cerceado o crescimento da indústria em Bengala

projetos de desenvolvimento industrial em Bengala Ocidental. Em parte porque a agricultura tem tido um desempenho muito bom. Outra razão é que boa parte dos empresários sentem que em Bengala Ocidental há um governo com estabilidade. Eles sabem que somos comunistas, mas, também sabem que é um governo que não pode aplicar uma política comunista, dadas as restrições das quais falei no início.

Tem havido muito desenvolvimento econômico na China e no Sudeste asiático. Sente-se, então, que o sol mais uma vez está se levantando no Oriente. Portanto, nesse contexto, e pelo fato de Bengala Ocidental estar, na verdade, na fronteira oriental da Índia – quer dizer, mais próxima dessa região – começam a se abrir novas possibilidades para o desenvolvimento industrial na Índia.

reforma agrária. Contudo, mesmo com essa realização pudemos compreender que, como o volume e o número de terras colhidos para a reforma agrária era limitado, a mera distribuição de terras não tornaria o projeto sustentável. Mas, do ponto de vista psicológico, para um camponês sem terra, ter acesso à terra, mesmo restrita, significava obter 60 ou 70% do seu sustento, o que para ele era muito importante.

Portanto, de fato, a reforma agrária não está conseguindo resolver a questão agrária na Índia mas ela produziu um impacto político importante: uma elevação no nível de consciência das massas camponesas e pobres, em Bengala Ocidental. E as pessoas conseguiram desenvolver, a partir desse processo, um sentido de dignidade e auto-respeito que não tinham antes dessas políticas.

Em termos de arranjos da estrutura de propriedades, infelizmente, não é possível adotar uma exploração comunal da terra porque ainda existe um forte vínculo do camponês com a posse individual da terra. Mas nossa política é justamente a tentativa de montagem de cooperativas a partir desses camponeses, o que lhes permitiria uma economia de escala nos seus trabalhos. E, pela estrutura do poder local, estão conseguindo fornecer fertilizantes e adubos para os camponeses de forma a lhes dar também condições mais viáveis para o desenvolvimento da agricultura. E mais recentemente, conseguimos abrir linhas de crédito em bancos para os agricultores, o que inexistia anteriormente.

E isso não apenas é real, como na área rural foi possível eliminar a fome, na sua forma mais dura. Além disso – o que é fundamental – outro desenvolvimento importante foi que, antes, sempre que ocorria alguma forma de calamidade: inundação, seca, terremoto, etc., os moradores das vilas rurais fugiam para a cidade, migravam, esperando lá encontrar alguma forma de ajuda do governo



Recentemente foi eleito um governo de extrema direita e semifacista mas, felizmente, esse governo não tem maioria no Parlamento. Eles sempre dependem de 22 aliados para poder aprovar as suas políticas

– que era feita diretamente –, como um alívio que lhes seria dado.

Agora, com a estrutura de poder local, essas formas de ajuda são proporcionadas na própria vila, ou seja, as pessoas não precisam mais sair das suas casas para obter apoio público e enfrentar tais calamidades. Então, se acontecer uma inundação não há mais pânico entre a população. Ela sabe que, via estrutura do poder local, a ajuda vai chegar até lá. No caso da seca a mesma coisa. Ao invés de migrar para as cidades, os camponeses permanecem nas vilas sabendo que via estrutura do poder local vem apoio para ajudá-los a enfrentar o problema. Contudo, um dos resultados disso, por exemplo, foi que as pressões populacionais sobre a cidade, inclusive sobre Calcutá, têm diminuído. O índice de migração diminuiu a partir da implementação dessas políticas.

Quando o governo assumiu Bengala Ocidental esse estado constituía, na Índia, a região que menos incorporava tecnologias à produção agrícola e era a de mais baixa produtividade. Mas, a partir dessas transformações, já é considerado, hoje, o estado de maior produtividade agrícola da Índia.

A contraposição que apresento à experiência de Bengala Ocidental é o exemplo do Punjab, uma outra região do Norte da Índia, onde quem toma a dianteira no processo de desenvolvimento agrícola são os camponeses ricos, e, por isso, não se espalha tão amplamente na sociedade quanto a experiência de Bengala Ocidental, onde quem toma a dianteira da inovação tecnológica são justamente os camponeses pobres, o que registra um impacto social muito mais abrangente.

Uma comparação interessante é que em Punjab se utiliza mais maquinaria da produção agrícola: tratores, etc., cujo uso é menor em Bengala Ocidental. Contudo, apesar disso, consegui-

mos um aumento da produtividade do trabalho a partir das transformações sociais e das políticas implementadas. Antes da independência, o que predominava em Bengala Ocidental era um sistema de latifúndios. Mas os latifundiários em geral ficavam na cidade e não nas suas terras. Então, eles transferiam o excedente econômico da área rural para as cidades, via essa estrutura latifundiária, o que gerou um grande desenvolvimento em Calcutá, enquanto gerava um nível de miséria absoluta no restante do estado.

Desde os anos 40 iniciaram-se os movimentos para abolir o sistema de latifúndio e defender os direitos dos camponeses e dos trabalhadores. Contudo, na época, o governo do Partido do Congresso introduziu uma legislação que estabelecia regras em termos de propriedade agrícola. Mas isso ficou apenas como legislação não tendo sido

implementado. E também, durante esse período foram aprovadas leis, tanto em nível central quanto estadual, de meios de proteção dos camponeses que trabalhavam em regime de parceria, sendo que o impacto dessa lei em vez de proteger esses camponeses os expulsava das suas terras.

Os setores progressistas tomaram o governo estadual e o mantêm continuamente desde 1977, mas, antes disso, houve uma experiência de governo de frente única de esquerda que durou dois anos: de 1967 a 1969. E nesse governo teve início uma tentativa de implementar esse tipo de propriedade que o próprio Partido do Congresso havia aprovado como legislação, mas não implementado. Na época, o Ministro da Polícia usou seus poderes para fazer investigações sobre propriedades ilegais mantidas pelos latifundiários que excediam os limites estabelecidos

pela legislação e optaram pela mobilização forte do campesinato em apoio a essas medidas, já naquele período de 1967 a 1969.

E a linha adotada então foi a de que o campesinato não devia se preocupar com a administração central, mas deveria montar os seus próprios comitês de reforma agrária; ocupar a terra e distribuí-la nos seus locais de moradia; o que mobilizou efetivamente o campesinato e grande parte da terra foi ocupada. Porém, o resultado concreto disso foi um colapso no governo de esquerda, levando o partido do Congresso a intervir em Bengala Ocidental, a afastar o governo, e abrir o período que já havia sido vivenciado anteriormente, conhecido como caça às bruxas, ou, caça à esquerda de Bengala Ocidental, que durou de 1970 a 1977.

Nesse período eles reverteram gran-



Rua de O'Hyderabad, Índia, durante campanha eleitoral, 1984

de parte da ocupação de terras que havia sido feita pelo governo do período 1967-69, devolvendo-as aos proprietários anteriores. Mas, houve grande resistência contra essa atitude por parte do campesinato. Então, em 1977, quando houve uma nova eleição, o grande tema para os camponeses foi a recuperação das suas terras as quais haviam ocupado naquele período de 1967-69 e que haviam sido devolvidas aos proprietários, tendo sido isso, na verdade, o que motivou o grande apoio dado por eles ao governo de esquerda conduzido pelo Partido Comunista Marxista. E, é por essa razão que o nosso governo assumiu com um mandato que tinha a responsabilidade de realizar essa reforma agrária que já estava inserida nesse leito de lutas dentro de Bengala Ocidental.

Após 1977, novas leis foram aprovadas em Bengala Ocidental no sentido de dificultar o encobrimento de propriedades e a manutenção de propriedades ilegais por parte dos donos de terras.

Por exemplo, pela lei anterior se a terra fosse doada a um órgão religioso, ou qualquer forma de associação religiosa, essa terra não poderia ser atingida pela reforma agrária. Portanto, muitos proprietários doaram as suas terras a determinado deus porque lá o que mais existe são deuses. Só o povo da Índia possui 330 milhões deles, não sendo difícil encontrar um para doar terra.

Mas, deus não pode se fazer representar na Corte e nem pode assinar documentos. Alguém precisa aparecer para representá-lo. Pela lei, deus é permanentemente como se fosse um menor de idade, quer dizer, uma pessoa não-adulta. Então, o mesmo proprietário que doava terras a deus se tornava seu servo e seu representante para administrá-las. Havia vários mecanismos desse tipo como forma de escamotear, de encobrir uma posse ilegal da terra para fugir da legislação

que impunha a reforma agrária. Dessa forma, foram passadas novas leis para impedir essa possibilidade, ou, para combater essa forma de posse de terra escamoteada.

E, por exemplo, os acordos estabelecidos entre os camponeses e os proprietários, que trabalhavam em parceria, eram sempre orais e nunca por escrito. Então, o proprietário poderia sempre afirmar que a pessoa que trabalhava na sua terra não era um camponês, mas, um assalariado ao qual pagava pelo trabalho.

Uma das primeiras iniciativas do nosso governo foi a de fazer um censo do campesinato para saber quem eram

solitamente simbólica para os proprietários.

A situação da Índia

Recentemente foi eleito um governo de extrema-direita e semifascista mas, felizmente, para nós, esse governo não tem maioria no Parlamento. Eles sempre dependem de 22 aliados para poder aprovar as suas políticas. E não há muito em comum entre a política do BJP (Bharatiya Janata, ou Partido do Povo Indiano, o partido semifascista que assumiu o poder) e esses 22 aliados que precisam articular para aprovar as suas políticas no Parlamento. Esses aliados só entraram

A inflação voltou a subir na Índia e é significativa para os nossos termos e tende a crescer já que existe um déficit público crescente, do ponto de vista do orçamento

efetivamente os camponeses de Bengala Ocidental para que não houvesse esse tipo de ação unilateral por parte dos proprietários de terra. Esse foi um dos arranjos que implementamos, com o qual não conseguimos eliminar por completo os grandes proprietários de terra; o que fizemos foi estabelecer um teto sobre as propriedades que poderiam deter, e, operar a reforma agrária dentro disso. Mesmo com essa política, que ainda é limitada, e tão diferente do que a que é adotada nos outros estados, torna-se muito difícil de ser sustentada politicamente dentro de Bengala Ocidental.

Houve um pagamento simbólico, não efetivo, porque a Constituição indiana exigia compensação financeira para as terras ocupadas, mas, não dizia quanto. Então, demos uma compensação ab-

em coalizão de governo porque queriam estar no poder. Mas quando se trata do debate da aprovação de políticas específicas, há muita contradição e muita briga entre eles.

Mas, nesse meio tempo, o que eles estão tentando fazer é penetrar em toda a estrutura administrativa do estado. Já estão se infiltrando no Exército e conseguiram trazer um número importante de generais para o partido deles. Conseguiram, também, atrair para o BJP quadros de direção central da polícia que, a princípio, já tem tendências autoritárias. Então, à medida que identificam isso politicamente no BJP aderem a esse partido, mesmo em Bengala Ocidental.

Por exemplo, o diretor geral da polícia, que sempre trabalhou próximo de nós no decorrer do nosso governo,

no dia em que se aposentou filiou-se ao BJP, o partido semifascista. Isso ocorre também com os altos escalões burocráticos, com os altos escalões do poder Judiciário, e com a mídia. Hoje, eles já conseguiram obter o apoio da maior parte da mídia na Índia. E vão usar isso como base para eleições futuras para voltar ao poder como partido majoritário.

Outra coisa que eles fizeram – e que vocês certamente assistiram pela TV ou leram nos jornais – foi o fato de terem ido adiante com os testes da bomba nuclear. É claro que a experiência com bombas nucleares não fazia parte da agenda nacional. Os aliados do BJP no governo não estavam sequer informados de que esses testes iriam continuar. Mas a idéia toda foi tentar conseguir apoio entre as massas populares, por intermédio de uma mobilização chauvinista. No início, tiveram sucesso nessa mobilização, porque criou-se um clima de euforia favorável ao governo e à decisão dele de fazer os testes com a bomba nuclear. Mas, essa euforia se dissipou a partir do momento que o

Paquistão também foi adiante com as suas experiências.

Durante um ano e meio, antes da

eleição desse governo do Partido chauvinista, semifascista, havia um governo de frente única que tinha o

apoio do nosso partido, embora não estivéssemos participando diretamente do governo. Esse governo estabeleceu relações amigáveis com todos os países vizinhos incluindo Paquistão e Bangladesh.

Houve negociações e conversações sérias para a montagem de um mercado comum do Sudeste asiático nos moldes do que foi inicialmente o mercado comum europeu e o Nafta. Agora, todos esses projetos de integração desapareceram.

Antigamente o governo do BJP dizia que para enfrentar as sanções adotaria uma política econômica nacionalista. Hoje, o que ele está fazendo é uma política de abertura para entrada de empresas multinacionais no interior da Índia. Estão oferecendo uma gama enorme de concessões para a atração das empresas multinacionais



Antigamente o governo do BJP (Bharatiya Janata) dizia que para enfrentar as sanções adotaria uma política econômica nacionalista. Hoje, o que ele está fazendo é uma política de abertura para entrada de empresas multinacionais no interior da Índia

abrindo a área de seguros, de transportes e várias outras áreas-chave usadas para a entrada do capital estrangeiro. A esperança do governo é que com essas concessões esse setor privado das multinacionais dos países ocidentais se voltaria contra a política de sanções adotada pelos seus governos. Porém, a situação é muito fluida, e o governo atual poderá ou não sobreviver a este ano de 1998.

Com isso, nós temos um problema. O Congresso Nacional de nosso partido está marcado para outubro de 1998; estava agendado anteriormente para fevereiro, mas não pôde ser realizado por causa das últimas eleições. Criou-se uma situação política completamente nova com a eleição do BJP. Tivemos, portanto, de reescrever a nossa resolução política para o Congresso e o convocamos para outubro. Todavia, não estamos segu-

ros de que o governo do BJP sobreviva até lá. E aí haverá nova eleição. Esse é um problema sério que vai emergindo inclusive do ponto de vista da burguesia porque não há um sistema partidário estável na Índia.

Se excluirmos desse retrato os partidos de esquerda, entre os demais partidos há uma flutuação constante de deputados que mudam de partido minuto a minuto; indo de um para outro. Alguns partidos se desintegram, uns se fracionam, e outros se fundem. Esse é um processo constante. Um indivíduo se filia a um partido A pela manhã e depois a um partido B à tarde, e a um partido C à noite. É a política de mercado, como se tudo fosse um grande negócio. Portanto, nesse quadro, bastante fluido, é difícil saber com certeza para onde marcha a situação da Índia.

Estamos tentando construir uma

alternativa de esquerda para a crise da Índia. Nos últimos quatro ou cinco anos nossas tentativas de gestar essa alternativa não têm tido muito sucesso. Por exemplo, o governo da frente única que apoiamos de 1996 até as eleições no início deste ano, tinha também o apoio – e se mantinha com ele – do Partido do Congresso, com o qual não temos nenhuma identidade. Então, isso revelava a fragilidade daquele governo ao qual bastaria que o Partido do Congresso retirasse o seu apoio para ser derrubado. Queremos erguer e viabilizar uma alternativa de esquerda na Índia que seja separada do Partido do Congresso e que seja francamente contrária e adversária à política semifascista do BJP.”

O presente texto constitui parte da exposição de Biplab Dasgupta em São Paulo, em julho de 1998.

CUPOM PARA PEDIDO - Princípios e Presença - P50



Sim, desejo assinar as publicações especificadas abaixo.
O pagamento será feito de acordo com a opção assinalada.

Assinatura revista **Princípios** (4 edições) - R\$ 30,00

Assinatura revista **Princípios** para o Exterior - US\$ 40,00

Assinatura revista **Presença da Mulher** (4 ed) - R\$ 20,00

Assinatura revista **Presença** para o Exterior - US\$ 25,00



PRESENÇA DA MULHER

Forma de pagamento:

Cheque nominal à Editora e Livraria Anita Ltda.

Depósito em conta - Banco Itaú, Agência 0251 c/c 48.678-3

Cartão *Credicard/Diners* ou *VISA* nº _____ Validade _____

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ CEP: _____

Cidade: _____ Estado: _____

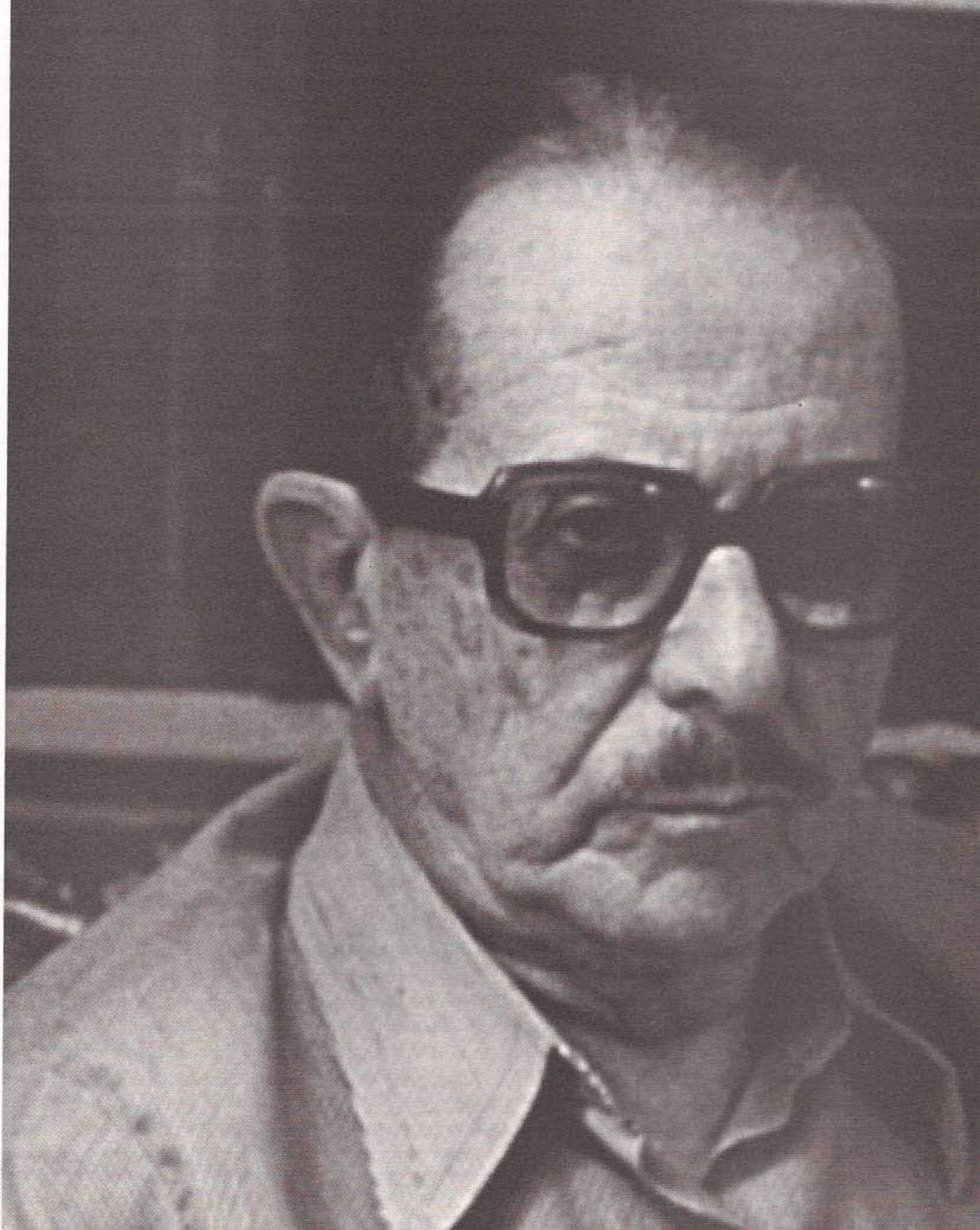
Telefone: (_____) _____ Profissão: _____

Data e Assinatura: _____

R. Monsenhor Passalacqua, 158 - Bela Vista - São Paulo/SP CEP 01323-010 E-mail: livraria@anitagaribaldi.com.br



NELSON WERNECK SODRÉ
POR BERNARDO JOFFILY



A História vive!

Com quase seis décadas de atividades literárias e 56 livros publicados Nelson Werneck Sodré é, sem dúvida, entre os historiadores marxistas brasileiros aquele que tem a obra mais abrangente não só no tempo mas, principalmente, na variedade de termos abordados. Além de literatura e história, seus temas preferenciais, ele tem livros temáticos, e exaustivos, sobre as classes sociais, os militares, a imprensa, de crítica da ideologia dominante, de geografia, etc. Militar cassado pelos generais golpistas de 1964, foi pioneiro no uso do marxismo na análise da sociedade brasileira, professor em academias do Exército Brasileiro e um dos dirigentes do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), órgão do Ministério da Educação e Cultura que, nos anos 50 e 60, dedicou-se ao diagnóstico dos problemas de nosso país, de um ponto de vista nacionalista e democrático. Alguns de seus livros se tornaram clássicos, como *História da Literatura Brasileira*, *Panorama do Segundo Império*, *Formação Histórica do Brasil*, *Razões da Independência*, *Ideologia do Colonialismo*, *História Militar do Brasil*, *História da Imprensa do Brasil*, e o utilíssimo *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. Chegou a enfrentar as agruras que a ditadura destinava a seus opositores principalmente por ter organizado e dirigido a publicação, no começo dos anos 60, da *História Nova do Brasil*. Foi um dos pensadores que revolucionou o estudo de nossa história, situando-a no conjunto de conhecimentos que ajudam a compreender a realidade política, social e cultural numa perspectiva das mudanças necessárias para sua modernização autêntica e profunda. Bernardo Joffily, de *Princípios*, foi ao Rio de Janeiro, ouvi-lo (JCR).

O senhor é o decano dos historiadores marxistas brasileiros e, ao mesmo tempo, general da reserva do Exército brasileiro. Como é possível conciliar estas duas facetas de sua atividade intelectual e profissional?

Foi muito difícil enquanto estive na ativa, por diversos motivos, entre os quais a falta de tempo. Mas, como fui também trabalhador noturno e aproveitei os vágares da profissão, que eram poucos, consegui exercer as duas atividades. Em certas fases, a atividade intelectual foi muito prejudicada, sem dúvida.

Quando e como o senhor se tornou marxista?

Tive a sorte de ter, no Colégio Militar do Rio de Janeiro, um professor de História marxista. Ele me deu os primeiros rudimentos do marxismo. Depois, através da leitura, procurei me aprofundar no estudo dos clássicos. Foi uma longa aprendizagem, iniciada na adolescência e continuada pelo resto da vida. Continuo a estudar o marxismo e nunca deixei de estudá-lo.

Sua obra literária e historiográfica cobre um amplo leque de temas – vai da literatura à história das classes no Brasil, à história da formação social brasileira, da imprensa, das Forças Armadas, etc. Como foi possível, no decorrer de sua longa carreira de escritor e pesquisador, produzir tantas obras, de valor tão relevante, numa época em que se valoriza muito a especialização?

Fui, e continuo a ser, um trabalhador infatigável. As longas e profundas leituras, iniciadas na infância, me permitiram, com a ajuda de também longas pesquisas, em alguns casos, o levantamento e a narração dos temas a que me propus. Minha base foi o método histórico marxista, sem o qual a minha obra não seria o que é. Sou de uma época em que a formação da cultura tinha



base humanista e, portanto, se diferenciava claramente da base em especialização que vem adulterando tanto a cultura, agora. Comecei pela literatura, em 1938, com a História da literatura brasileira e, depois, passei à História, em



Minha base de pesquisa sempre foi o método histórico marxista, sem o qual a minha obra não seria o que é

que me aprofundei mais. Na nossa época, no Brasil, e também no mundo “ocidental e cristão”, a moda está na especialização. É um dos traços negativos da concepção de cultura peculiar à época em que estamos vivendo.

Como o senhor avalia a situação da história hoje, quando se tornou moda, entre os historiadores, valorizar o cotidiano, o específico, o micro, em detrimento da compreensão do processo histórico, das grandes sínteses, do estudo das leis gerais da história, da história como ciência?

É um dos traços mais singulares e sintomáticos do baixo nível a que a cultura está relegada hoje. Assinala essa temporária e crepuscular fase que vamos vivendo, quando o objetivo é

alienar o homem e atrair as atenções para o menor, para o anedótico. É o triunfo da mediocridade erigida em norma. O horror à História, à História como ciência, que é, dá indicação de quanto ela constitui ameaça ao estabelecido. E o estabelecido não perdoa isso, Marx dizia que só há uma ciência, a História. E ele sabia porque.

Como são suas relações com a universidade? Há, em alguns meios, preconceito quanto à sua obra. Como o senhor avalia isso?

Na minha mocidade, quando estudei o marxismo, não havia Faculdades de Filosofia, no Brasil, nem havia Universidade. Não me 'formei' em História, portanto. Creio que o julgamento negativo do que escrevi é um traço da Universidade de São Paulo (USP), não das universidades, em algumas das quais dei cursos. É um ponto de vista e assinala, a meu ver, diversidade de concepções sobre a História.

Como foram as suas relações com os comunistas brasileiros? O Partido Comunista teve, a partir de 1962, uma expressão orgânica dúplice, com duas organizações reivindicando a continuidade histórica a partir do partido fundado em 1922. Hoje, o velho partido deixou de existir, e o PCdoB, visto durante muitos anos como dissidência dele, é a principal força comunista do país. Como o senhor avalia essa história?

O Partido Comunista Brasileiro teve uma história tormentosa e não somente por força da reação, mas por razões endógenas. A duplicidade de partidos comunistas não foi uma peculiaridade nossa, apenas. Mas de qualquer forma foi lamentável. Mas isto é passado e a história já apagou essa chamada duplicidade. O fato é que o velho PCB

acabou, em congresso, por transformar-se em uma organização partidária não marxista e não comunista. E o PCdoB vai, a cada dia, se destacando como autêntico representante do marxismo e do comunismo. Só posso cumprimentar o PCdoB por esse papel eminente.

Entrando propriamente na história da formação social brasileira, sua obra deu grande impulso à compreensão marxista de nosso passado. Há quem aponte, em seus livros, a influência direta das teses da Internacional Comunista, que se revelaria na idéia de que

nima influência na minha obra. Em meu livro *Formação histórica do Brasil*, ficou bem claro que a nossa evolução histórica, isto é, a passagem de um modo de produção a outro, diferiu profundamente do esquema rígido mencionado. O que existe, realmente, é uma tabuleta, peculiar aos que não leram aquela obra e nenhuma outra de minha autoria, em particular a relativamente recente, *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*, em que o assunto é, mais uma vez, definido, segundo os meus pontos de vista. Discordo profundamente da tese de que o capitalismo

O Brasil, sob a Guerra Fria, foi submetido a uma campanha anticomunista intensa e continuada dirigida pelo imperialismo

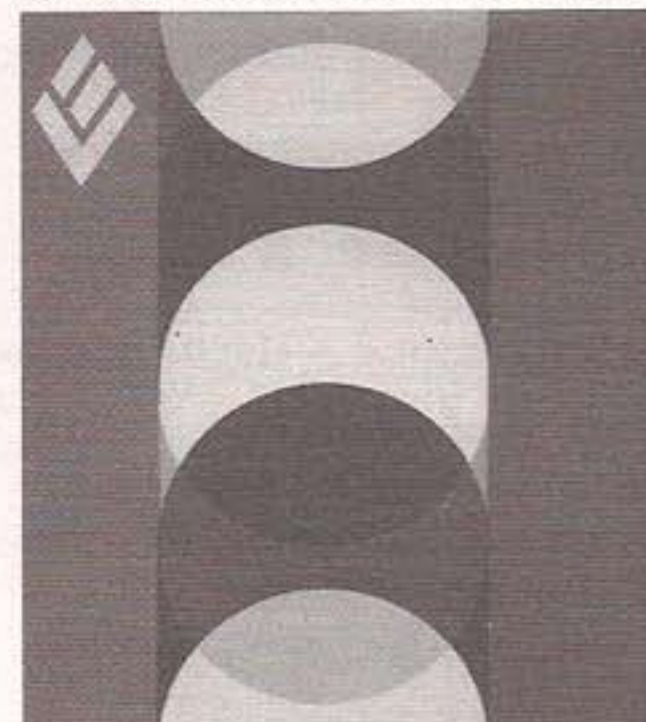
aqui se repetiu o esquema de sucessão dos modos de produção (comunismo primitivo, escravismo, feudalismo e capitalismo). Outros, como o historiador Jacob Gorender, pensam que a sucessão de modos de produção ocorreu com uma dinâmica própria, com o capitalismo formando-se a partir da desagregação do escravismo. Como o senhor avalia o estado dessa discussão em nossos dias?

Em primeiro lugar, as teses da Internacional Comunista não tiveram a mi-

brasileiro se formou a partir da desagregação do escravismo.

Outra posição sua que muitas vezes é incompreendida diz respeito aos militares e seu papel na sociedade brasileira. O senhor garante que há um setor democrático no Exército Brasileiro. Se pensarmos na atuação de soldados como Floriano Peixoto, Luiz Carlos Prestes ou Henrique Teixeira Lott (só para citar alguns), essa tese ganha consistência. Entretanto, hoje, depois de décadas de ditadura militar, ela se mantém?

Fui implacavelmente malsinado, depois de 1964, por ter escrito que os militares brasileiros, o Exército particularmente, tinha uma formação democrática. A esquerda da esquerda (e bota esquerda nisso) me acusou até de ter facilitado o golpe de 1964. O que há, e houve, de verdade nisso? Basta lembrar a nossa história: os militares, no Brasil, sustentaram a escravidão e lutaram para a sua abolição, sustentaram a monarquia



e derrubaram-na, sustentaram a República Velha e acabaram com ela, derrubaram governos constituídos mas também asseguraram o seu funcionamento. Que quer dizer isso? Quer dizer que os militares, ora tiveram posições democráticas, ora tiveram posições antidemocráticas. Na verdade, os militares não são, essencialmente, democratas ou antidemocratas. Os militares, estando o Exército inserido na sociedade brasileira, acompanham as contradições da sociedade brasileira: ora assumem uma posição, ora assumem outra posição. O Brasil, sob a Guerra Fria, foi submetido a uma campanha anticomunista intensa e continuada. Essa campanha estava vinculada, profundamente, à necessidade, para o imperialismo, de fazer das Forças Armadas do Brasil, como de outros países, um instrumento para os seus propósitos. E conseguiram, sem a menor dúvida. Hoje, é costume o leitor de jornais deparar com referências à ditadura



o tráfico de tóxicos. A doutrina do imperialismo, hoje, é que os países latino-americanos não precisam de Forças Armadas e que elas devem ser extintas ou destinadas a outros mistérios. Os militares sabem disso, perfeitamente. Conheço muitos militares que participaram da chamada "ditadura militar" e, hoje, sabem que foram movidos por uma campanha que os levou a cometer graves

Como, em sua opinião, a questão nacional se combina com a defesa do socialismo e com o marxismo?

É interessante lembrar que o PCB tinha, em suas fileiras, um número grande de militares. Foi talvez uma de suas deficiências, pois a estria militar, preponderou em alguns episódios, e negativamente. Militares foram os mais ardentes defensores do monopólio estatal do petróleo – a tese foi formulada por um militar, o general Horta Barbosa – como outras teses essencialmente patrióticas. Acontece que, por formação, os militares são mais afins com a questão nacional do que com a questão democrática. Mas chegarão lá, e logo. Para nós, a questão nacional se combina com o socialismo e com o marxismo. Os militares não precisam chegar ao socialismo e ao marxismo para se portarem como patriotas. Tanto quanto se pode prever, eles não chegarão a esse nível. Que, aliás, não é o único a alicerçar a defesa do povo

brasileiro. Essa defesa pertence a brasileiros de muitas tendências e formações e posições. Cumpre reuni-los e mobilizá-los.

Conheço militares que participaram da ditadura e, hoje, sabem que foram movidos por uma campanha que os levou a cometer graves erros

instalada em 1964 como "ditadura militar". Sim, ela foi exercida por militares. Mas foi a ditadura das forças mais reacionárias da sociedade brasileira, a serviço das quais os militares foram colocados. O militar, aqui, é um cidadão desinformado, alienado, distante dos problemas políticos. Movido pelas ordens, pois estão numa organização vertical, em que o domínio é exercido por quem está em cima e opera por gravidade: o que vem de cima é uma ordem e deve ser cumprida. Hoje, mudou a circunstância, hoje o imperialismo, agora disfarçado de neoliberalismo, pretende que os militares não defendam seu país, mas sejam mera milícia para combater

erros. Já estão conhecendo a verdadeira face do imperialismo. E conhecem bem o que o neoliberalismo no governo está fazendo para destruir o nosso país. O neoliberalismo verificou, como os seus mandantes, que não precisam de golpes militares para fazer o seu serviço; ele tem a mídia como instrumento fundamental para isso.

Tanto comunistas como militares têm se destacado, ao longo das décadas, por defender a soberania e a independência da Nação brasileira. Em muitos momentos, chegam mesmo a coincidir sua atuação, como na campanha do petróleo, nos anos 40 e 50.

Outra avaliação polêmica sua diz respeito ao modernismo. O senhor já disse que, se o modernismo tem importância indiscutível, não se pode dizer o mesmo da Semana de Arte Moderna de 1922. Como se fundamenta esta distinção?

Eu vivi a época da Semana, em 1922. Ela surgiu de uma *blague* de Di Cavalcanti. Foi proeza de alguns intelectuais que giravam em torno do velho PRP, o Perrepê da República Velha, e viveu da propaganda. A importância dela foi pequena, quase nula, salvo para os seus protagonistas. O modernismo, ao contrário, foi algo de renovador e tinha sólidos fundamentos. É interessante lembrar que a obra de Carlos Drummond de Andrade apa-

receu quase uma década depois e o romance nordestino ainda mais longe. Estes foram, realmente, sinais de uma modernidade que se afirmava, essencialmente, pela valorização do que era popular em nós.

Ainda em relação à literatura, o senhor a encara como uma forma de conhecimento. Além de uma forma de prazer, ela é uma manifestação artística que mostra muito da sociedade. O que é que distingue a arte como forma de conhecimento?

Todas as artes, e a literatura com destaque, são formas de conhecimento. Ela se distingue de outras formas, por muitos motivos, que seria longo enumerar e já foram objeto de muitos autores. Entre eles, Gorki, que esclareceu como a arte literária permitia ao homem conhecer a realidade. Marx lembrou, em mais de uma passagem, que os romances de Balzac são a melhor história da ascensão da burguesia francesa. Muitos de seus personagens, aliás, fizeram aumentar o registro civil, e estão mais vivos do que a maioria das personagens políticas da época, reis, ministros, parlamentares etc.

Finalmente, apesar de perder força, a tese de que a história chegou ao fim ainda se mantém em muitos meios. O capitalismo seria a culminação



A utopia socialista não morreu.

Ela vai ressurgir das ruínas desse mundo podre que o capitalismo gerou

da experiência humana, e nada mais haveria a fazer senão corrigir seus defeitos e criar compensações para aqueles que são, inevitavelmente, prejudicados pelo funcionamento do sistema. Numa situação como a atual, a utopia socialista, o sonho de se alcançar um mundo mais justo, tem que ser abandonado?

Quem inventou essa impostura foi um escriba de certa multinacional norte-americana, e, como convinha aos interessados, ela foi propagada como uma verdade, a verdade dos novos tempos. Não passa de tolice que dispensa comentários. O capitalismo é uma etapa da história humana e não é das mais bonitas, como bem sabemos. Também sabemos de seus defeitos, que seria longo enumerar, mas deles existem no Brasil quadros vivos expressivos, como o dos milhões que estão desempregados, os milhares que dormem em baixo das pontes, os milhares que passam fome, os milhares ou milhões que sofrem enfermidades, apesar do avanço das ciências ligadas à medicina. O capitalismo é um conjunto de mazelas e de torpezas. No Brasil, o neoliberalismo, que é a sua derradeira manifestação, tem mostrado o que é o capitalismo e ainda mais o capitalismo dependente. A utopia socialista, o sonho por um mundo melhor, não morreu. Ela vai ressurgir, com força maior e mais eficaz, das ruínas desse mundo podre que o capitalismo gerou e que está pesteando a humanidade. O seu dia chegará. 

Bernardo Joffily é jornalista.





Nota histórica sobre o sistema de concessões

PAULA BEIGUELMAN



Teatro São José (esquina do viaduto do Chá com rua Cel. Xavier de Toledo):
Letreiros da Light, 1923

O sistema de concessões para o exercício de atividades públicas fundamentais, que, de forma espúria, o neoliberalismo privatista vem impondo de maneira avassaladora e indiscriminada, já esteve em vigor entre nós em alguns setores. E tem contra si uma história, iniciada há mais de seis décadas, de repúdio por parte dos defensores do interesse nacional.

Como primeiro grande marco dessa luta, destacam-se as célebres conferências que o engenheiro Anhaia Mello, professor da Escola Politécnica de São Paulo, pronunciou no fim dos anos da década de 20 no Instituto de Engenharia, introduzindo em nosso meio o correto balizamento doutrinário do conceito de serviços de utilidade pública.

Por essa época, a Light-São Paulo e a Light-Rio já estavam consolidadas no Brasil, dominando o eixo Rio-São Paulo. Além disso, uma subsidiária da *American & Foreign Power*, por sua vez, subsidiária da *Bond and Share*, já atuava no interior do estado de São Paulo, de onde se alastraria, alcançando várias capitais de outros estados.

Anhaia Mello fustigava diretamente essas empresas. Referindo-se ao suprimento de energia elétrica, doméstica e industrial, que devia ser barato e abundante, o que evidentemente não ocorria, citava um tratadista norte-americano (era a época do *New Deal* de Franklin Delano Roosevelt) segundo o qual, dada a função essencial da indústria elétrica, cabia ao Estado desempenhá-la. Com efeito, só o Estado podia respeitar a real natureza do serviço público; já a chamada livre iniciativa obedecia à motivação de lucro, não à de serviço, requerida no caso.

E havia ainda o aspecto econômico e financeiro dessas concessionárias, que integravam um complexo sistema internacional de supercorporações, estruturado com base em prodigiosos artifícios financeiros. Poderosas, defendiam seus lucros e tinham recursos para denegrir o Estado. A propósito, Anhaia Mello lembrava o aforismo segundo o qual as campanhas que se faziam contra a propriedade pública eram “a prova da força política das empresas e não da ineficiência dos governos”.

Esses princípios são acolhidos no Código de Águas, promulgado pelo

decreto n.º 24.643, de 10 de julho de 1934, que regulava o serviço de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica no Brasil.

Esse texto legal determinava uma atenta fiscalização sobre o setor. Mas as empresas, apoiadas pelos seus aliados e prepostos, se rebelavam, inconformadas com a tentativa de imposição de disciplina. Principalmente se furtavam à tomada de contas por parte do poder público, consignada no artigo 182 do Código de Águas.

Nem por isso deixavam de obter vantagens e se expandir, pois a atividade não podia ser interrompida.

Contudo, apesar dos favores recebidos, os serviços prestados eram precários e de má qualidade.

pelo mau serviço prestado: era autorizada a suspender certos tipos de ligação residencial e comercial, até que fosse estudada e aprovada uma tarifa mais alta, que induzisse os usuários a consumir menos energia... Instaurava-se o binômio escassez-aumento de tarifas.

Numa brochura de 1950 intitulada *O racionamento da energia elétrica*, o engenheiro Plínio Branco apontava a inversão completa das expectativas que provavelmente haviam norteado a concessão. De uma situação monopolista, cheia de favorecimentos, era lícito supor no mínimo um serviço eficiente como retorno. Uma vez que ocorria justamente o contrário, caracterizava-se, na verdade, um insólito "monopólio para não servir". E esse

a produção de energia elétrica abundante e barata e a incorporação ao Estado das companhias e "monopólios que entravam o progresso da nação". Uma vez eleito solicitava, coerente com esse programa, a desapropriação das usinas da Light, arrolando uma série de argumentos bem fundamentados e louvando-se nas teses de Anhaia Mello e outros.

Contudo as concessionárias sabiam que não havia condições políticas internas ou externas para a encampação. O que as preocupava era a garantia de recursos para a remessa de lucros, visto que as reservas cambiais do país, acumuladas durante a guerra, se haviam exaurido.

É nesse contexto que a Light se lança em uma nova e grande cartada, precavidamente endividando o Brasil em seu benefício.

Alegando falta de recursos, a Brazilian Traction, da qual era subsidiária, solicitava ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) um empréstimo de 90 milhões de dólares, que o Brasil deveria avalizar. Como instrumento de chantagem, interrompia as obras de um projeto em curso, que apresentava como imprescindível, apesar das severas críticas de técnicos abalizados.

Por essa época se desencadeava a luta contra o anteprojeto do Estatuto do Petróleo, que permitia concessões para pesquisa e lavra a empresas do cartel, contanto que se registrassem no país. Nessas condições, na temática da mobilização popular, era incluído o repúdio ao endosso do empréstimo da Light e assim a tramitação da matéria no Legislativo, iniciada em 1948, foi muito conturbada.

Um novo passo no enfrentamento com as concessionárias é dado pelo presidente Getúlio Vargas logo em seguida à criação da Petrobrás. Em discurso pronunciado em Curitiba, no dia

Roosevelt: dada a função essencial da indústria elétrica cabe ao Estado desempenhá-la

Tomemos o caso da Light, encarregada dos serviços de luz e força, transportes urbanos e telefones.

O déficit de telefones em São Paulo, que era de 20.000 em 1941, continuava crescendo, subindo para 40.000, num total de 70.000 linhas instaladas em 1949.

No setor de energia elétrica havia déficit na capacidade das usinas geradoras e também faltava material para atender às extensões, tanto no consumo particular, como no concernente à iluminação pública. O consumo médio efetivo quase alcançava a capacidade de geração, deixando o fator de carga sempre muito alto e praticamente suprimindo a imprescindível capacidade ociosa.

A queda de voltagem já se tomava habitual, acarretando prejuízo aos usuários.

Como podia tudo, a Light-São Paulo obteve uma resolução que a premiava

tipo de monopólio atuava nos pontos de entrada da região mais próspera e desenvolvida do País. Mas o que se podia esperar de uma subsidiária da Brazilian Traction, simples elo de uma rede de empresas operadoras, em cujo topo se encontravam os organismos financeiros dirigidos pelos J. P. Morgan e outros? A contradição entre os interesses das corporações e o progresso do nosso país eram cada vez mais evidentes.

A condenação do sistema de concessões era ponto pacífico na opinião pública esclarecida.

Na Assembléia Legislativa de São Paulo, o engenheiro Catullo Branco, então deputado pelo Partido Comunista, fizera em 19 de setembro de 1947 importante pronunciamento a esse respeito. Já em sua plataforma eleitoral havia defendido, entre outros pontos,

20 de dezembro de 1953, o presidente acusava as empresas de eletricidade de já haver ganho muito no Brasil e de ter um capital realmente empregado em dólares ínfimo em comparação ao acúmulo em cruzeiros, os quais eram transformados em dólares “para emigrá-los ao estrangeiro, a título de dividendos”. Além disso, o notório mau desempenho dos serviços retardava a expansão industrial do país. Tão grave era a situação que a hipótese da encampação não era descartada: “ou nós criamos fundos necessários para estabelecermos as bases da indústria da produção da energia elétrica nacional, ou teremos que encampar as empresas que não estão dando o resultado que desejamos”.

Nesse mesmo discurso de Getúlio era anunciada a idéia da formação da Eletrobrás, nos moldes da Petrobrás, recém-criada pela Lei 2004, de 3 de outubro de 1953: “Assim como foi criada a Petrobrás, que está sendo montada a fim de fornecer recursos necessários para a extração do petróleo brasileiro, nós estamos elaborando, agora, uma companhia de eletricidade que deverá ser denominada Eletrobrás”.

O Brasil estava então à beira do colapso em energia elétrica. O déficit era estimado em um milhão de Kw, o que configurava um estrangulamento intolerável. Já em meados de 1953, o governo remetera ao Congresso um projeto criando o Fundo Federal de Eletrificação, cuja importância seria ressaltada no discurso de Curitiba, em dezembro.

Em 10 de abril de 1954 era enviado ao Congresso o projeto criando a Eletrobrás (Centrais Elétricas Brasileiras S.A.) gestora dos recursos da União a serem aplicados no setor.

Havia uma situação de fato determinada pela presença coatora das empresas concessionárias e a Assessoria Presidencial, conhecedora da força de



que dispunham, foi extremamente cautelosa no diálogo com elas. Em vão lhes era explicado que o conjunto da proposta não lhes era desfavorável, pois provavelmente ficariam com a distribuição da energia grossa recebida das empresas oficiais, como de fato ocorreu. Na verdade, o que as corporações não queriam mesmo era a ingerência estatal, consubstanciada na direção orgânica de uma entidade como a Eletrobrás.

Pelo artigo 14 do projeto o governo permitia à Eletrobrás operar diretamente ou através de subsidiárias e empresas a que se associasse. E o parágrafo 4º desse artigo conferia à Eletrobrás a possibilidade de tomar ações dessas empresas, capitalizando-as portanto. O governo admitia, pois, colocar-se na defensiva.

Mas também o projeto da Petrobrás, enviado à Câmara por Getúlio Vargas em fins de 1951 abria o direito de participação na atividade petrolífera a quaisquer sociedades organizadas no país, independentemente de suas reais vinculações ao cartel. Tratava-se talvez de uma atitude excessivamente timorata, visto que no setor do petróleo, conforme sublinhara o general Horta Barbosa nas suas luminosas conferências de 1947, o país agia perfeitamente em tempo, por não haver ainda interesses criados. De qualquer forma, o avanço atingido pela opinião mobilizada, bem como os posteriores desdobramentos político-partidários durante o encaminhamento parlamentar do projeto, permitiram corrigir esse gravíssimo desvio de percurso e implantar o monopólio estatal do petróleo pela Lei 2004, de 1953.

No caso da energia elétrica, sendo óbvio que todas as razões – técnicas, legais e financeiras – apontavam para o controle sobre as concessionárias e o envio do projeto era respaldado por uma intensa campanha da opinião nesse sen-

tido, os trustes, como eram chamados na época, não quiseram arriscar.

Visto que mesmo a encampação só não se fazia por pressões políticas externas e internas e os interesses criados eram enormes, as empresas (escarmetadas pelo precedente da Petrobrás) através dos seus porta-vozes nos órgãos de imprensa e no Legislativo, passaram a promover o maior alarido, afrontando o governo. Assim conseguiram que a criação da Eletrobrás, conforme se lê na carta-testamento, fosse "obstaculada até o desespero".

Descartada a Eletrobrás, o projeto que instituía o Fundo federal de Eletrificação se transformava na Lei n.º 2.309, promulgada em 31 de agosto de 1954, uma semana apenas, portanto, após o 24 de agosto. Os recursos a arrecadar passariam a ser administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Embora parte do Fundo se destinasse exclusivamente aos empreendimentos estatais, a gestão do BNDE, que podia auxiliar as empresas privadas, permitia facilitar as coisas. Em suma, sem a Eletrobrás, a criação do Fundo, carreando novos recursos para o setor, passava a ser vista pelas concessionárias como um bom negócio.

No novo quadro partia-se para uma perspectiva de abundância de energia, gerada pelo Estado com os recursos do contribuinte e fornecida às companhias para a distribuírem. De fato, os principais beneficiários de Paulo Afonso, Três Marias e outros empreendimentos desse porte, seriam a Bond and Share e a Light, que ainda recebiam recursos para instalarem também geração própria, além de manter o controle de projetos que reputavam fundamentais.

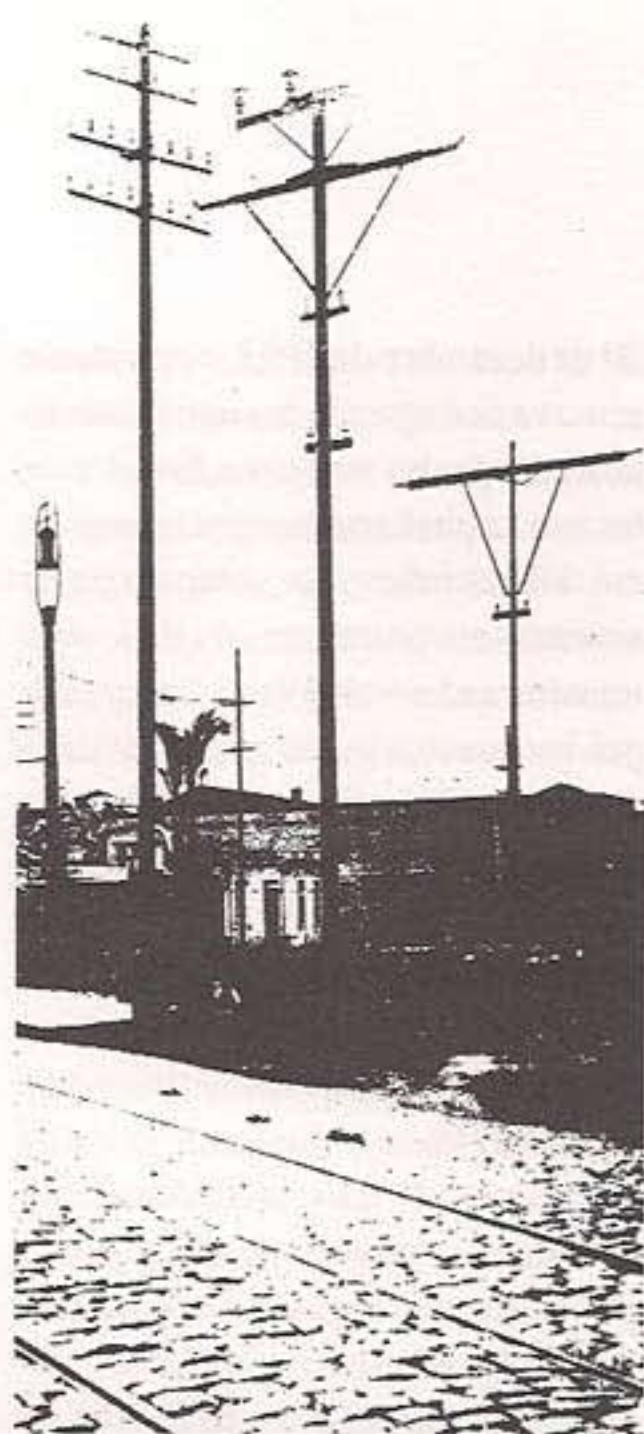
Nas palavras do deputado federal Gabriel Passos, em discurso pronunciado na Câmara, na sessão de 30 de junho de 1958, as empresas concessionárias dos serviços de luz e energia já não queriam "mais saber do afanoso trabalho de

criar a fonte de energia. Desejam apenas distribuir aquela energia que o governo, o capital brasileiro tem conseguido". O parasitismo era acintoso.

Além disso, malgrado os artifícios financeiros através dos quais se tornava cada vez mais prósperas, continuavam se queixando da pretensa exiguidade das tarifas e fazendo novas exigências.

Assim, em 1956, o Instituto de Engenharia promovera em São Paulo, de 9 a 13 de abril, a Semana de Debates sobre Energia Elétrica, à qual compareceram figuras exponenciais ligadas às empresas concessionárias, e que, com unanimidade, se definiram contra o "intervencionismo estatal". Defendiam, de modo geral, o ponto de vista de que cabia ao Estado, em qualquer setor, mobilizar recursos para a construção das grandes obras reclamadas pela necessidade de desenvolvimento do país; feito isso, porém, o empreendimento, qualquer que fosse, deveria ser transferido à iniciativa privada.

Como não podia deixar de ser, os participantes da Semana condenaram enfaticamente a ingerência do Estado no setor de energia elétrica. Regozijavam-se, contudo, com a criação do Fundo Federal de Eletrificação e esperavam do governo, agora que já dispunha de amplos recursos, assistência imediata aos interesses das empresas concessionárias. Quanto à Eletrobrás, simplesmente a descartavam: era-lhes intolerável a idéia de uma direção orgânica, exercida por uma empresa estatal. (A Eletrobrás só viria a ser criada em 1961). Também não faltaram os habituais ataques ao Código de Águas (que descumpriam) e queixas quanto à exiguidade das tarifas. O senhor Otávio Bulhões, um dos expositores, referiu-se jocosamente à relutância de ministros da Viação em conceder aumento de tarifas designando-a como populismo, no sentido de temor à impopularidade...



Em última análise, pretendiam: plena liberdade na obtenção de lucros, através da fixação do que chamavam de "tarifas realistas", garantida pela modificação do Código de Águas; e também a consolidação de uma coexistência entre a iniciativa privada e as atividades do governo, que lhes permitisse, com segurança, projetar as usinas e linhas de transmissão de acordo com seus interesses.

Com os representantes do setor de eletricidade ocupando postos-chave na administração, essas teses foram ganhando força e as conclusões da Semana de Engenharia passaram a ser invocadas inclusive como argumento para a proposta de reforma da legislação vigente, preconizada pelas concessionárias.

Foi assim que em 28 de novembro de 1958, para grande indignação da Frente Parlamentar Nacionalista, era promulgada a Lei n.º 3.470, cujo artigo 57 permitia a correção do valor original dos bens do ativo immobilizado, ao arripio do Código de Águas. Tratava-se de uma espécie de correção

monetária pelos índices do Conselho Nacional de Economia; e a elevação da base de cálculo se refletiria também no valor das tarifas.

Simultaneamente com esse retrocesso, porém, criava-se um fato novo que culminaria na encampação da Companhia de Energia Elétrica Riograndense (CEERg), vinculada à American & Foreign Power, por sua vez subsidiária da Bond and Share.

Já em 1957 a Comissão estadual de Energia Elétrica (CEEE) requeria ao governo federal a encampação da CEERg, cuja concessão devia expirar em 2 de junho de 1958. O contrato assinado em 1928 previa vigência por 20 anos, com prorrogação por mais dez, o que ocorreu.

Enquanto a CEERg servia Porto Alegre de maneira muito insatisfatória, a empresa do governo do Rio Grande do Sul já supria cerca de 50 municípios, estando em curso a absorção de empresas locais pela administração pública. O aproveitamento dos desníveis hidráulicos requeria recursos de grande vulto, e de âmbito regional. Dessa forma, as empresas municipais foram desistindo em favor do estado, em alguns casos tomando-se acionistas de empresa estadual.

Não havia razão para continuar a sujeição ao mau serviço da CEERg, mesmo porque a própria prorrogação já expirava, e era natural que o governo estadual assumisse o serviço. O que tornou a situação peculiar e deu destaque ao caso, foi a questão do tombamento contábil, que as concessionárias sempre repeliram.

O procedimento se iniciou com a solicitação de encampação feita pelo estado do Rio Grande do Sul ao governo federal, ainda na gestão do governador Ildo Meneghetti, seguindo-se a determinação do Ministério da Agricultura para que se constituísse uma comissão a fim de efetuar o tombamento da empresa.

A comissão se organizou e em 30 de maio de 1958 apresentava seu relatório.

Nele se concluía que, em caso de encampação, a CEERg nada tinha a receber, mas sim a restituir. Só os dólares remetidos pela empresa para o exterior a título de juros representavam

Até 1958 a CEERg (americana) mandou ao exterior duas vezes mais dólares do que havia recebido de empréstimos

um excedente de aproximadamente 200% dos dólares recebidos a título de empréstimo. E a maioria dos empréstimos havia sido contraída junto à American & Foreign Power (subsidiária da Bond and Share) configurando-se, portanto, simples transferência de recursos entre companhias pertencentes aos mesmos acionistas. A conclusão era cristalina: nada havia que pagar à Companhia; ao contrário, era a esta que cabia fazer uma restituição.

Sobre essa decisão histórica, bem como sobre a própria façanha do tombamento, assim se expressaria Jesus Soares Pereira, anos mais tarde: "Pela primeira vez, nos termos da legislação brasileira, tombava-se o patrimônio de uma empresa concessionária para verificação da parcela ainda por amortizar. Esse tombamento e essa apuração deram lugar – não tem outra palavra – à verificação de um escândalo de grande porte. Evidenciou-se como o regime de concessão se prestava à deturpação de toda ordem e como era oneroso ao consumidor".

Contudo a gestão Meneghetti já se aproximava do fim quando da apresentação do relatório da comissão de tombamento; e, além disso, a CEERg envidava manobras protelatórias para evitar que as conclusões a que se chegara tivessem conseqüências práticas.


Esse compasso de espera terminou, porém, com a posse do governador Leonel Brizola, que imediatamente retomou a questão, conduzindo-a a bom termo, com coragem.

Assim, levando em conta as conclusões do relatório, foi requerida ao

Juízo dos Feitos da Fazenda Pública a desapropriação da CEERg por utilidade pública e a imissão de posse. E uma vez despachado o requerimento, a empresa passou a ser administrada pela Comissão Estadual de Energia Elétrica (CEEE).

No Rio Grande do Sul, essa conduta teve respaldo da Câmara Municipal de Porto Alegre e da Assembléia Legislativa do Estado, com apoio unânime de todos os partidos.

Com efeito, tratava-se de uma decisão correta do ponto de vista administrativo, ainda mais que o fornecimento de energia a Porto Alegre se encontrava completamente estrangulado, prejudicando o desenvolvimento econômico da área, em particular, o industrial. E era uma decisão perfeita também do ponto de vista contábil.

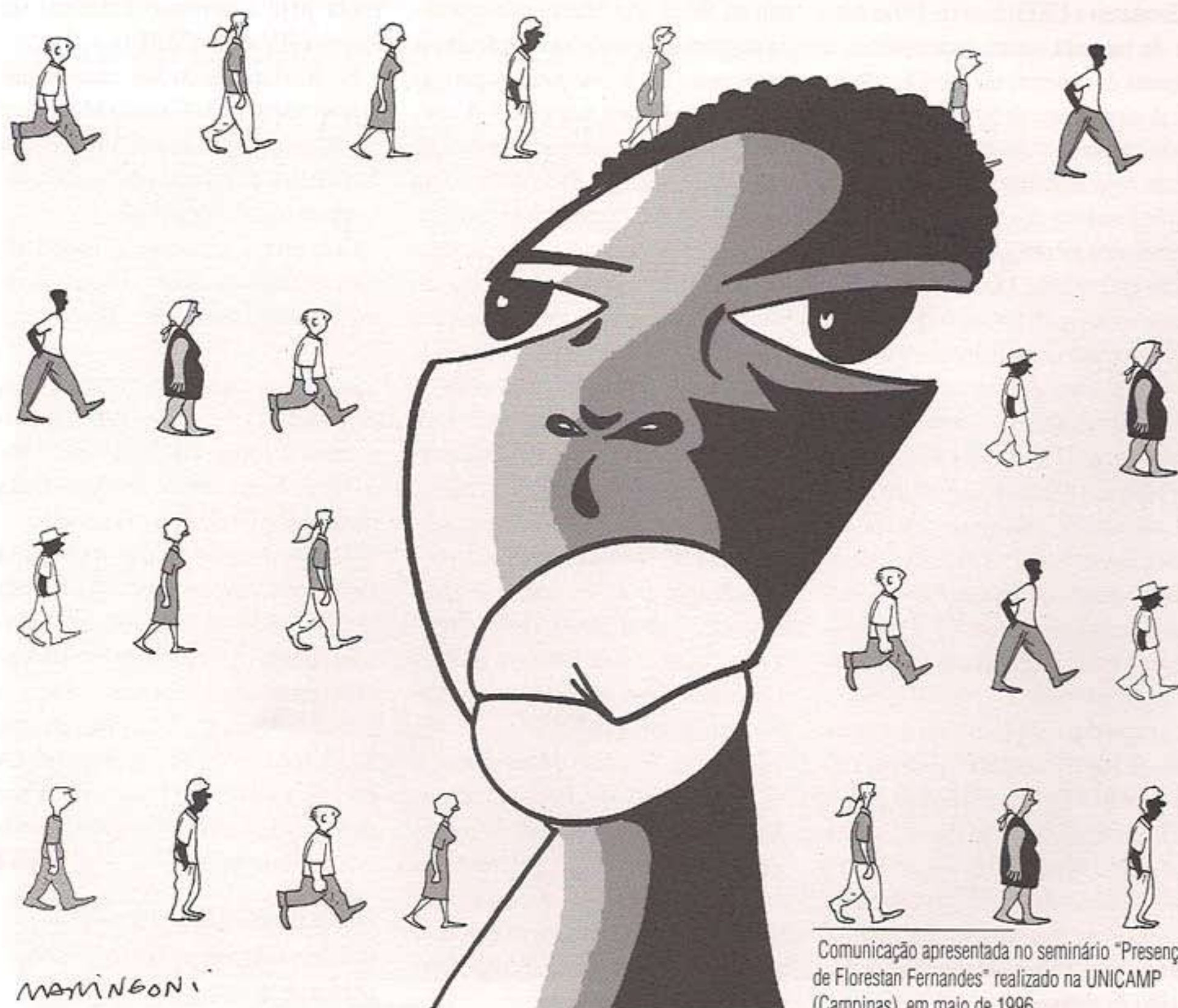
Mas principalmente se constituiu numa decisão exemplar do ponto de vista político, despertando entusiasmo na opinião pública esclarecida do Brasil inteiro, ao trazer à tona, de maneira eficaz, o emaranhado proposital através do qual as corporações se protegiam. A encampação de 1959 representou um expressivo triunfo nacional e popular da luta antiimperialista. 

Paula Beiguelman é Professora Associada da USP e vice-presidenta do Sindicato dos Escritores no Estado de São Paulo.

Florestan Fernandes e o negro: uma interpretação política

CLÓVIS MOURA

*A questão racial concentra
toda a problemática do Brasil, a “pedra de toque
da revolução democrática na sociedade brasileira”*



Comunicação apresentada no seminário "Presença de Florestan Fernandes" realizado na UNICAMP (Campinas), em maio de 1996.

A obra de Florestan Fernandes, dentro da produção acadêmica do Brasil, é aquela que apresenta maior leque de diversificações. Desde as contribuições teóricas propriamente ditas, às discussões na área da etnografia e etnologia, do folclore, do problema educacional, da sociologia do desenvolvimento, e, especialmente, das relações inter-étnicas no Brasil. Tanto isso é verdade que em 1986 estes aspectos diversificados da sua obra foram discutidos na 1ª Jornada de Ciências Sociais da UNESP, realizada no Campus de Marília de 22 a 24 de maio.

Mas, o que desejamos apresentar, no particular das relações inter-étnicas é o relacionamento negro/branco e toda a problemática emergente em função da forma como a escravidão se estruturou e dinamizou e como foi conduzido o processo abolicionista. Isto é, o dilema racial brasileiro a partir das contradições que surgiram deste processo na sua conotação política.

Porque Florestan Fernandes sempre teve uma visão política do problema, visão que vai se radicalizando progressivamente até os seus últimos pronunciamentos que antecedem à sua morte. É sobre estes aspectos tão importantes e muitas vezes até dramáticos da sua obra e da sua atuação, que pretendemos tecer algumas sumárias considerações. A dimensão política da sua atuação no particular, se de um lado, era aquela que o atraía mais substancialmente, de outro é a que foi menos analisada – e por que não dizê-lo? – corajosamente.

A preocupação de Florestan Fernandes com o problema do negro e da escravidão, a passagem traumatizante do ex-escravo para a condição de homem livre e de cidadão surge quando Florestan Fernandes inicia sua pesquisa com Roger Bastide sobre relações

entre brancos e negros em São Paulo. Isto em 1951. Aí já se percebe a preocupação do cientista social com o problema, preocupação que irá se ampliando progressivamente.

Esta preocupação de Florestan

Ele não via o problema do negro como um tema acadêmico, mas compreendia-o como um sério dilema nacional

Fernandes com a dimensão política para o problema étnico, especialmente as relações negro e branco é que o coloca num nível radical na solução do mesmo. Ele não aceitava as teses tradicionais segundo as quais a solução desse problema estava embutido apenas no problema das classes sociais. Acreditava que o problema era mais abrangente, complexo e profundo.

Ele não via o problema do negro como simples tema acadêmico, mas compreendia-o como um dilema nacional e para o qual as soluções apresentadas até agora eram retóricas e irrelevantes, quando não desconversa deliberada, apoiada em uma ideologia

racista subjacente. Esta é a diferença radical de Florestan Fernandes e os demais cientistas sociais que se ocuparam do tema: ele não via o problema do negro 'de fora', mas nele se integrava, dele participava. Essa ligação orgânica entre o cientista e o homem levava-o a procurar a solução política para o problema e nela interferir numa práxis de totalidade entre o cientista, o homem com a sua sensibilidade e o político com suas ferramentas de ação.

Florestan Fernandes transcende, portanto, os limites do saber universitário. Ele acha que o seu pensamento tem uma função política além do circuito acadêmico, projetando-se no conjunto da sociedade civil, procurando nela influir. E seu pólo de ação é a questão racial, a situação do negro e os problemas raciais que enfrentamos. Vê no negro a concentração de toda a problemática do Brasil, a "pedra de toque da revolução democráti-

ca na sociedade brasileira". (1)

E vai além. Diz que "a democracia só será uma realidade quando houver, de fato, igualdade racial no Brasil e o negro não sofrer nenhuma espécie de discriminação, de preconceito, de estigmatização e segregação, seja em termos de classe, seja em termos de raça. Por isso, a luta de classes, para o negro, deve caminhar juntamente com a luta racial propriamente dita. O negro deve participar ativa e intensamente do movimento operário e sindical, dos partidos políticos operários, radicais e revolucionários, mas levando para eles as exigências específicas mais profundas da sua condição de oprimido mai-

or. Ao mesmo tempo o negro deve ter a consciência clara de que sua emancipação coletiva põe o problema da democracia e de uma República democrática sem subterfúgios: a revolução dentro da ordem é insuficiente para eliminar as iniquidades, educacionais, culturais, políticas, etc, que afetam os estratos negros e mestiços da população. *Mesmo quando o negro não sabe o que é socialismo, a luta por sua liberdade e igualdade possui uma significação socialista.* (Grifo de Florestan Fernandes) Daí ser ele uma vanguarda natural entre os oprimidos, os humildes, os explorados, enfim, o elemento de ponta daqueles que lutam por 'um Brasil melhor' ou por uma 'sociedade justa'". (2)

Aqui o discurso de Florestan Fernandes já não é mais do sociólogo interessado em um assunto ou no desenvolvimento de um estudo acadêmico. Ele é substituído pelo político, pela militância orientadora daquele segmento oprimido e discriminado na sociedade racista do Brasil.

Para Florestan, ninguém mais do que o negro deveria ter seus direitos preservados de forma diferenciada na Constituição

Isso leva-o a ingressar em um partido político que possa corresponder aos anseios reivindicantes de justiça social e racial que ele desejava ver postos em prática. E é sobre o seu partido que ele volta o olho crítico ao dizer:

"o PT precisa avançar muito para acompanhar o processo de luta que emerge por dentro e através desses estratos da população. Porque nesta esfera não basta apontar para o caráter emancipador do socialismo proletário. É preciso que o socialismo proletário venha embebido de um impulso radical profundo que ultrapasse a

libertação coletiva da classe trabalhadora e destrua, até o fim e até o fundo, a opressão racial". (3)

Como vemos, ao fazer a opção para militar como político no Partido dos Trabalhadores, Florestan Fernandes já vê a possibilidade de uma defasagem entre o discurso socialista do partido e a necessidade de complementá-lo através de uma radicalidade que incluiria o problema racial como solução socialista. Esta visão radical do problema no bojo de uma solução socialista parece que aumenta progressivamente no conjunto de seu pensamento. Florestan Fernandes visualizava corretamente a necessidade de uma teoria que fosse não apenas a explicação dessa dinâmica, mas ela mesma, fosse uma ferramenta desta dinâmica. Ou seja: o pensamento elaborado na universidade e o pensamento militante. É em função de ter compreendido esta necessidade política (e teórica) que escreve:

"Não se entendeu que a explicação sociológica objetiva, crítica e militante soldava dois momentos do próprio pro-

testo negro e que nós não tínhamos outro papel senão esse de servir de ponte entre as gerações que desencadearam o primeiro protesto negro e os que, no presente, as bandeiras da liberdade maior no 'meio negro'. Hoje o próprio negro prescinde do elo que foi necessário há três décadas. Nem por isso havia um 'paternalismo' antes ou uma ambigüidade hoje. Tivemos a coragem de nos solidarizar com a rebelião que não foi entendida e correspondida pela sociedade global". (4)

Florestan Fernandes elabora uma teoria e uma práxis para a ação políti-

ca. E é nesta prática política, através de um partido, o Partido dos Trabalhadores e de um mandato parlamentar que conclui sua visão do mundo e testa o seu pensamento no dia a dia.

Isto vai acontecer justamente quando Florestan Fernandes vê-se investido de um mandato de constituinte. É quando ele vai testar o valor da sua teoria e a viabilidade da sua aplicação no macrocosmo político. E, também, quando ele vai testar o grau de resistência, de oposição e também de incompreensão ao seu pensamento. Tudo aquilo que ele constatou empiricamente e elaborou teoricamente era agora testado na e pela sociedade global.

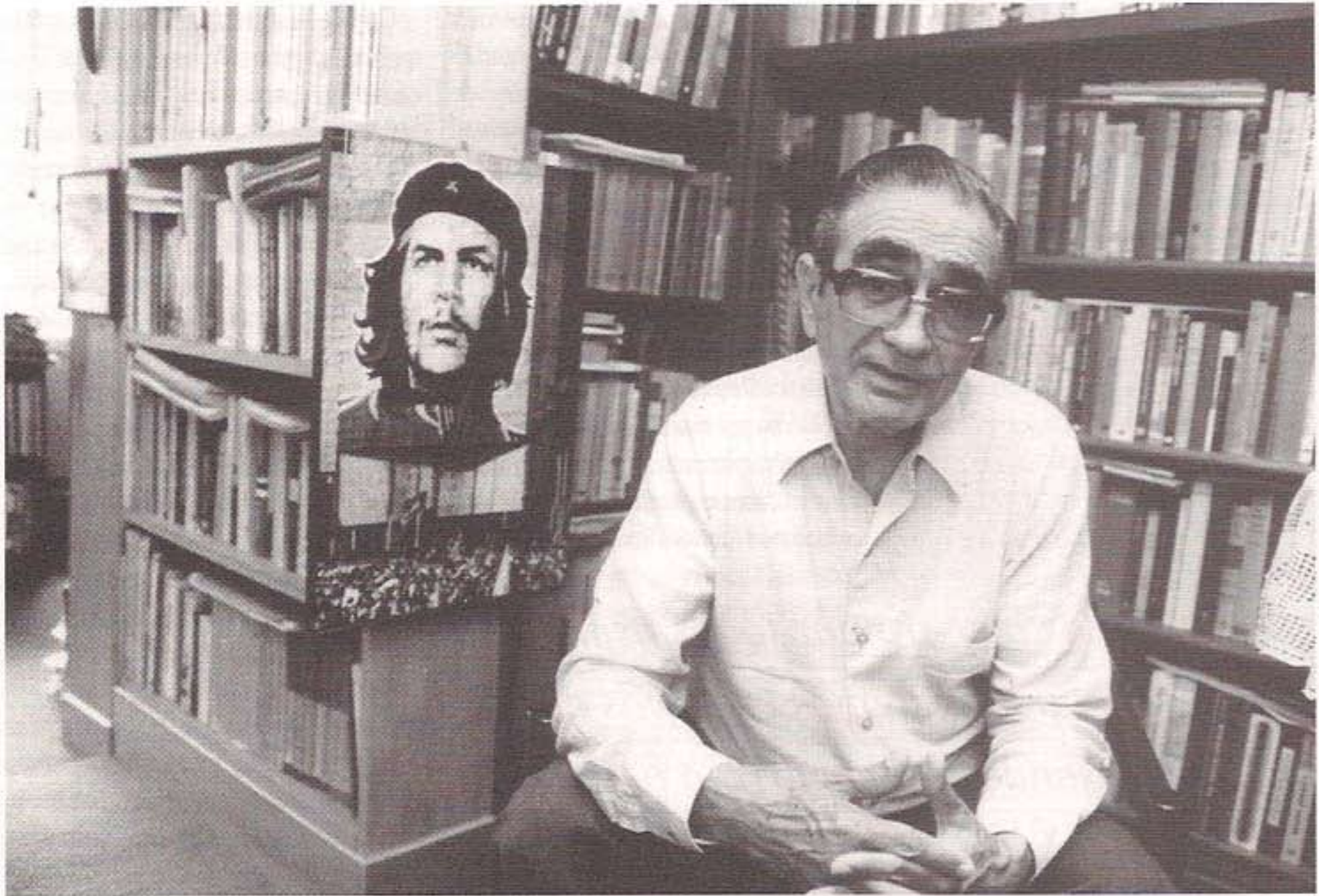
Florestan Fernandes achou que na sua compreensão havia de ter um capítulo sobre o negro na Constituição. Mostrou com argumentos que ninguém mais do que ele (o negro) devia ter os seus direitos preservados de forma diferenciada na nova Constituição. E redigiu um texto que é obra serena de um pensador maduro e coerente às necessidades de seu tempo. (5)

Emenda Constitucional
(Título VIII, Da ordem social, Capítulo IX, Dos negros)

Art... São compreendidos como negros os indivíduos e cidadãos que se consideram como tal e os que, por estigmatização, são tratados "como negros" e "pessoas de cor".

1º Portadores de uma herança cultural rica e variável, vêm-se privados de seus padrões, instituições e valores sociais por pressão fragmentadora do ambiente. É direito dos negros e dever do Estado proteger essa vasta herança cultural em seu sentido e em sua função diferenciadora das comunidades negras.

2º Eles são proprietários de faixas descontínuas de terra, com frequência incorporadas às "fronteiras em expansão", expropriadas por vizinhos ricos e



O mandato parlamentar de Florestan Fernandes conclui sua visão de mundo e testa seu pensamento no dia a dia.

poderosos. Os governos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios procederão a um esforço convergente para garantir suas posses territoriais e a exploração de suas riquezas.

3º Como os mais desiguais em convívio direto com os brancos e populações ricas, são lançadas à marginalidade, excluídos do mercado de trabalho sem condições competitivas e bloqueados em suas tentativas de ascensão social e conquista de cidadania. Os governos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios desenvolverão planos ostensivos para conferir às populações negras meios para corrigir essa situação intolerável e, especialmente, para difundir entre si a cidadania ativa.

4º As famílias negras e seus membros enfrentam dificuldades econômicas, culturais e políticas arraigadas para organizar-se em bases institucionais estáveis

de modo a proteger os homens, as mulheres e os menores da privação econômica, do desemprego, da pobreza, do alcoolismo, do crime, da mendicância e de outros efeitos desintegradores determinados pelo racismo. Serão feitos esforços especiais para sanar esses problemas e dilemas sociais através de instituições dotadas de recursos humanos e de meios financeiros que sanem tais entraves à humanização da pessoa.

5º A escravidão e a subalternização extrema do 'liberto' encontraram no preconceito racial a racionalização para justificar sua existência e 'necessidade' em um país católico. A exclusão do trabalho livre, variável conforme as regiões do país, o aproveitamento da força de trabalho negra como mão-de-obra barata ou sua exclusão predominante do mercado de trabalho reforçaram as manifestações do "preconceito da cor", da estigmatização e da discriminação

raciais. O negro é excluído porque não estaria preparado como "trabalhador livre"; e não se converte em trabalhador livre, porque lhe são negadas as condições de aprendizagem e de socialização. O Poder Público intervirá crescentemente nessa esfera, para acabar com o paradoxo.

6º A oferta de ensino público gratuito não é suficiente para integrar e reter estratos da população negra nas escolas. O Poder Público corrigirá essa contradição oferecendo às crianças, jovens e adultos negros oportunidades escolares persistentes e em constante aumento através de bolsas escolares, destinadas à manutenção pessoal dos estudantes enquanto durar sua escolarização. (Cf. art. 213)

7º O Poder Público procurou, primeiro através da "Lei Afonso Arinos" e, depois, através do art. 5º, XLII, e da Lei n.º 7.716, resolver os problemas do

negro como uma forma de racismo. É importante caracterizar as manifestações de "preconceito de cor", de estigmatização e discriminação raciais nesses termos e puni-las como "crime inafiançável". No entanto, a realidade transcende esses limites. O branco precisa tomar consciência de seu comportamento preconceituoso e o negro necessita aprender que não pode eximir-se individualmente dos efeitos nocivos do tipo de racismo existente. O mais importante, porém, é que devem partir da verdade para coexistir fraternalmente como cidadãos de uma sociedade

negras que colheram êxitos especiais nos campos das artes e das atividades cívicas para alcançar um efeito de educação multiplicativo: a consciência da igualdade dos cidadãos e do êxito do negro quando conta com a liberdade de usar o seu talento.

Justificativa: Há tempo o negro deveria contar com capítulo especial na Constituição da República Federativa do Brasil. Não só por sua contribuição ao nosso desenvolvimento humano, cultural e histórico, mas especificamente pelo que simboliza a Lei do Ventre Livre como

Ou liberamos o negro por todos os meios possíveis ou persistiremos escravos de um passado nefando que encurrala o presente

de multirracial. A contribuição da escola e das instituições-chave serão manejadas pelo Poder Público nessa direção. O negro não é somente "igual perante a Lei". Ele ocupa uma situação desfavorabilíssima que precisa ser corrigida pela educação democrática, pelo convívio com cidadãos da mesma sociedade civil e do mesmo Estado.

8º O negro destaca-se por sua herança cultural (folclore, religião, canto, música, danças, línguas, etc) e por acontecimentos históricos nos quais teve participação notável. Esses aspectos devem ser salientados pelo Poder Público, principalmente nas cerimônias públicas, nos livros didáticos especiais e na evocação das grandes personalidades negras, de Zumbi a Machado de Assis ou Cruz e Souza. O mesmo ocorre no êxito ímpar do negro em diversas atividades, altamente valorizadas pela comunicação de massa e pelos padrões de gosto predominantes. Assim, o Poder Público enaltecerá as personalidades

uma espoliação final.

Se quisermos possuir uma República democrática temos de atribuir ao negro, como indivíduo e coletividade, um estatuto democrático. O negro tornou-se o teste número um da existência da universidade e da consciência de democracia no Brasil.

Ele é um *experimento crucis* (experimento crucial). A liberdade, a equidade e fraternidade do negro nas suas relações com indivíduos pertencentes a nacionalidades transplantadas por imigrações e as outras raças e etnias redimem o nosso ser histórico do peso da negação e da destruição de raças negras portadoras de civilizações que enriqueceram para sempre o nosso patrimônio cultural. Além disso, graças a essas civilizações, o negro não se envolveu na formação do Brasil, somente como 'escravo', 'liberto', e 'ingênuo'. Rasgou um painel que colocou a liberdade em primeiro plano, graças a heróis como Zumbi ou Henrique Dias.

Como assinalar, sobre toda e qualquer outra reflexão: os que foram lançados nos patamares mais inferiorizados da sociedade democrática são os que precisam e merecem um suporte ativo à sua formação humana – psicossocial, cultural e política. Não se trata de um "protecionismo especioso". Mas de corrigir uma injustiça que desgraça as pessoas e as comunidades negras. Para nivelá-los aos brancos, é imperativo conceder-lhes uma espécie de suplementação da condição humana e da posição social. Só assim as elites das classes dominantes se desobrigarão de um crime histórico que sobrecarrega e degrada a consciência crítica dos cidadãos bem formados e emancipa o Estado de sua intervenção nas páginas mais negativas de nossa perspectiva de Nação emergente. Ou liberamos o negro por todos os meios possíveis ou persistiremos escravos de um passado nefando que encurrala o presente e o futuro a uma objeção singular."

O seu próprio partido não o entende ou não o entende por inteiro ou não concordou por divergir. Ele reage, resiste, firme no seu propósito. Até que envia ao líder do seu partido na Constituinte a seguinte carta:

*"Carta à Liderança do PT
Brasília, 14 de dezembro de 1993*

*Exmo. Sr.
Deputado José Fortunati
DD. Líder da Bancada do PT na
Câmara dos Deputados
Em mãos*

*Senhor Líder,
Como havia afirmado de público, na Bancada do PT, encarei uma das emendas em termos de "objeção de consciência". Comprometi-me, também, a apresentar a V. Exª as razões de minha posição, cuja gravidade avalio devidamente e cujas consequênci-*

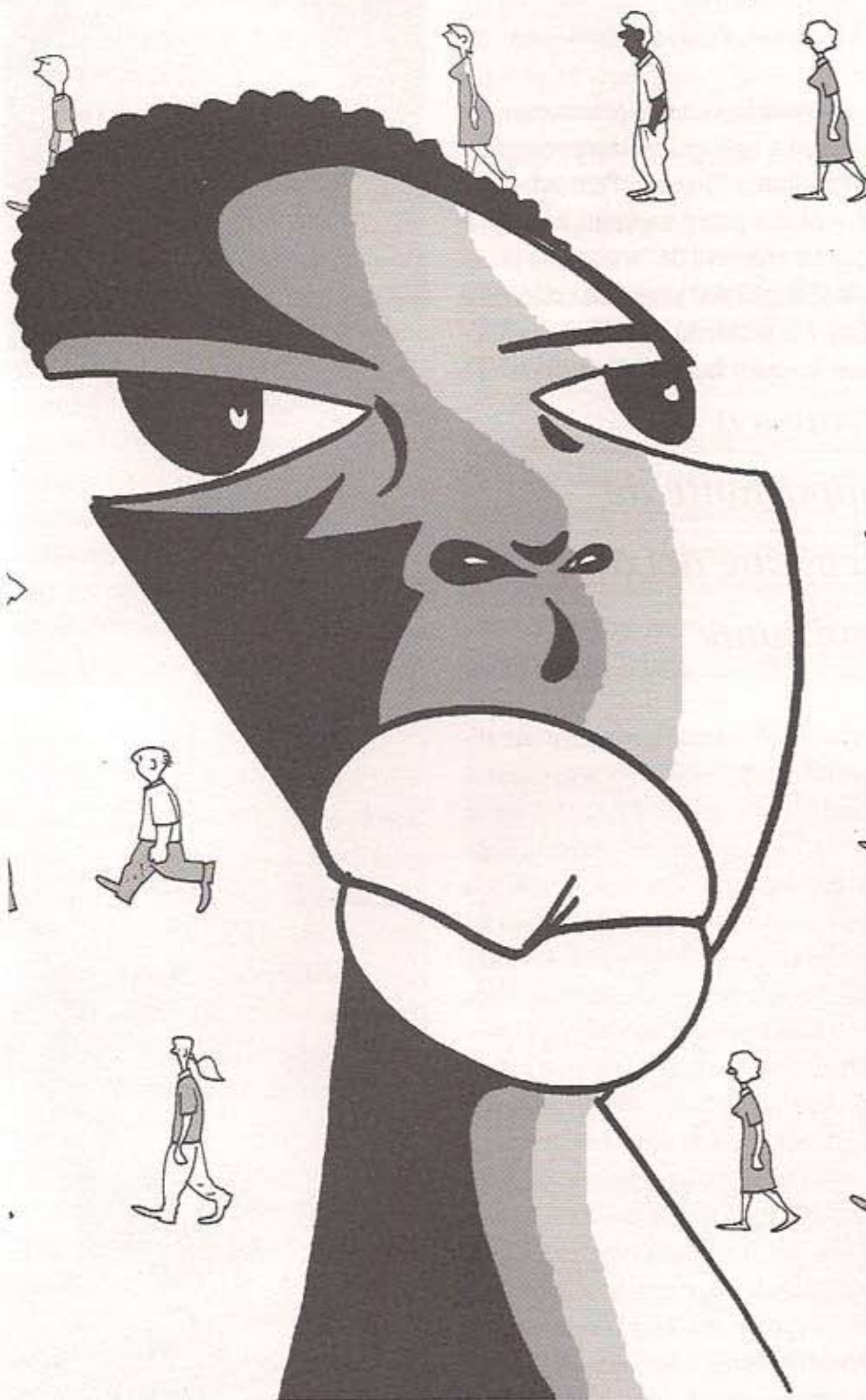
as estou firmemente decidido a enfrentar perante V. Ex^a, a Bancada, a Comissão Nacional Executiva e o Diretório Nacional.

Devo esclarecer que não tomei uma atitude de rebelião. Duas razões indicam a natureza dos vínculos que me prendem ao Movimento Negro. Primeiro, em colaboração com o Prof. Roger

Bastide (1941 e 1951) e individualmente, realizei pesquisas e levantamentos sobre os negros em São Paulo e na formação e desenvolvimento da escravidão no Brasil. Escrevi, pela primeira vez, três artigos sobre "O Negro na Tradição Oral". Concebi e redigi o projeto de pesquisa sobre negros e brancos em São Paulo, que serviu de guia à investiga-

ção que elaborei em colaboração com Roger Bastide (1951). Suplementei e fiz uma sondagem sobre a imprensa negra em São Paulo (1954). Desse conjunto de sondagens resultaram os livros Negros e brancos em São Paulo (3 edições com Roger Bastide) e, por acordo mútuo, o livre uso dos materiais (A integração do negro na sociedade de classes, 2 vols., tese de concurso de cátedra, publicada em 1964 e em edição posterior). O negro no mundo dos brancos (1972), Circuito fechado (São Paulo, 1977 – a metade do livro sobre A Sociedade Escravista e um balanço sobre a situação do negro 25 anos depois da pesquisa de 1951) e Significado do protesto negro (São Paulo, 1989), interpretações da luta do negro por sua expansão e evolução na sociedade escravista no Brasil. É óbvio que essa parte da minha bibliografia traduz a existência de vínculos com o dilema racial do negro que me obrigam a tentar transmitir aspirações aos companheiros do PT e do Movimento Negro, que nos obrigam a avançar junto com o PT no debate dos problemas raciais.

A segunda razão é mais complexa. O PT e outros partidos unem os "de baixo" ou os "condenados da terra" em um amplo movimento vertical de rebeldia coletiva. A Constituição de 1988 deu espaço ao companheiro Caó para incluir a criminalização do racismo entre seus temas vitais. Ficou ausente algo semelhante ao capítulo VII (Dos Índios) a respeito Dos Negros (como capítulo VIII). Como os radicais de 1968 na Europa, nos Estados Unidos e em outros lugares do mundo colocou-se o desafio do "objeto de consciência" (quanto à guerra do Vietnã, à emancipação das minorias nacionais, étnicas e raciais, da liberdade da luta dos jovens e dos radicais) na construção de uma sociedade democrática autêntica. Apesar das atitudes dos conservadores e dos "cidadãos res-



ponsáveis” esse movimento de insurreição histórica ajudou a subjugar a guerra do Vietnã e a erguer um mundo de maior liberdade durante e depois da II Guerra Mundial. O ocaso a que foi condenado não impediu que o mundo se transformasse e que a consciência social crítica se divulgasse globalmente. As minhas análises sobre o negro no Brasil – antes dessa rebeldia – prendiam-se à intenção de incentivar a auto-emancipação de negros e mulattos de uma servidão invisível que se prolongou até os nossos dias.

Como socialista, como militante de movimentos de protesto social, como sociólogo e professor, coloquei-me na vanguarda dos que combatiam pelo protesto negro. A “questão do negro” não é, apenas, uma “questão social”. Ela é simultaneamente racial e social.

Sua posição radical levou-o a realizar a parte mais importante de sua produção acadêmica, que deixava implícita sua posição militante

Além disso, é a pior herança da sociedade de castas e estamentos. Ela trouxe para o presente todas as formas de repressão e opressão existentes em nosso país. É o teste à existência da democracia no Brasil. Enquanto não houver liberdade com igualdade do elemento negro, a idéia de uma “democracia racial” representa um mito arraigado entre os brancos, ricos ou pobres. Por isso, devemos repelir esse tipo de racismo, que indica objetivamente que formamos uma sociedade hipócrita e autocrática.

Sinto vergonha dessa realidade e penso ser meu dever lutar contra ela com todo o vigor. A democracia não pode excluir “os de baixo” e, especialmente, preservar a “vergonha de ter

preconceito”, mantendo-se e reproduzindo-o dissimuladamente. Prefiro participar da fraternidade dos companheiros negros e combater por uma democracia plena, na qual a liberdade com a igualdade seja válida como objetivo universal.

Agradeço a atenção que me foi dispensada e aguardo da Bancada do PT apoio para a emenda.

Cordialmente,

Deputado Florestan Fernandes” (6)

A contradição entre o pensamento acadêmico e uma práxis revolucionária, como queria Florestan Fernandes, isto é, a prática para a implantação daquilo que ele chamava de “socialismo proletário” nunca foi totalmente resolvida. Este é o problema de reflexão política que devemos fazer da produção acadê-

mica de Florestan Fernandes e sua atividade de socialista proletário. Não sabemos se há uma contradição que se possa harmonizar, ou um dilema que não se possa superar. Mas, por outro lado, a posição radical de Florestan Fernandes em relação ao problema do negro encaminhou-o no sentido de realizar a mais importante parte da sua produção acadêmica. Parece que o discurso acadêmico deixava implícito o discurso do militante, embora em outro nível de conhecimento. Mas, de qualquer maneira esse discurso acadêmico era insuficiente para a sua prática de político radical. A radicalidade exige uma postura sem alternativas conciliadoras ou oportunistas, porque enfrenta o problema do conhecimento a partir das suas raízes. E foi o



que procurou fazer Florestan Fernandes em todo o tempo da sua vida. Mas, à medida que ele verticaliza sua prática política – radicalizando-a – ele vai sentindo a insuficiência da produção universitária para a atuação prática do cotidiano político.

E podemos ver como isso vai se manifestando através de certas posturas angustiadas em relação ao pensamento político tradicional no Brasil e do comportamento do mundo acadêmico diante desse macrocosmo político. E assim, Florestan Fernandes vai se aproximando cada vez mais do pensamento elaborado pela própria militância negra. A última vez que estivemos juntos foi em um seminário em Salvador, organizado pela Universidade Federal da Bahia sobre o pensamento e a ação política de Carlos Marighella. E ele me transmitia particularmente a sua insuficiência de conhecimento *porque não havia participado das guerrilhas*. Esse esforço de conhecer na práxis, na ação política era em Florestan Fernandes uma preocupação permanente. A sua aproximação com o Movimento Negro era, por isto, uma prática da teoria da revolução brasileira como ele a via, mais profunda porque incluía a solução do problema racial. A sua declaração feita no Tribunal Popular Zumbi dos Palmares em 12 de maio de 1995 resume o seu pensamento final:

“Apesar de tão distanciadas no tempo histórico, não se pode separar as duas formas de luta: a dos escravos de ontem e a dos explorados de hoje. Todos os que sofrem preconceitos, discriminação e exclusão – como se fossem párias ou não – compartilham da necessidade de transformar a sociedade seja através da violência, seja lançando mão da contraviolência.

Zumbi dos Palmares colocou-se acima das vítimas da opressão. Escolheu a guerrilha como o penoso caminho para

conquistar e manter a liberdade e tornou-se um símbolo: o do escravo que se auto-emancipa sob uma sociedade colonial escravocrata e enfrenta todos os ódios e perversões de elites privilegiadas e pseudojurídica montada sobre um princípio do Direito Romano – servus persona non habet. Demonstraram, assim, que a pessoa do escravo ficava embutida na condição de coisa que, unidos entre si, os escravos possuíam tanto força social quanto inteligência e capacidade política. Por isso, sua solidariedade e vontade derrotaram o poderio dos senhores e da ordem colonial.

Essa foi a razão que conduziu muitos outros oprimidos a recorrer a levantes corajosos e indomáveis. E fez com que exemplos de Palmares ainda paire como ameaça à tirania e à autocracia sustentadas pelos donos do poder.


Não ceder, nem se acomodar. Não servir de vítima dócil à sanha dos algozes! Aí está o segredo de uma vitória – então inconcebível – e da atração que ela exerce até hoje entre os de baixo.

A luta aberta e persistente representa a única via para quebrar a resistência dos de cima e suas máquinas governamentais de opressão social. Sobrepujar os desafios dos riscos inevitáveis para extirpar os medos que impedem que os humildes se tornem agentes da própria história e artífices de uma sociedade fundada na liberdade e na igualdade”. (7)

Aqui não encontramos quase nada do acadêmico, do teórico ou do adep-

to de rigorismos metodológicos. Encontramos o discurso do político que quer convencer.

Convencer os outros da sua posição revolucionária não mais pregada da cátedra, mas no corpo-a-corpo da política proletária, negra e socialista.

Florestan Fernandes é um marco na trajetória dos acadêmicos que querem fazer política, sempre coerentes com seus princípios, preocupados com as populações etnicamente discriminadas, especialmente o negro. Florestan Fernandes jamais usou o seu saber para defender os privilegiados, os corruptos, os mistificadores. Num momento em que tantas máscaras estão caindo, o exemplo de Florestan Fernandes é dignificante pela coragem e coerência, mas, acima de tudo nesses tempos de inversão de valores, pela sua honestidade intelectual. 

Clóvis Moura é sociólogo e escritor.

Notas

- 1) FERNANDES, F. Significado do protesto negro. São Paulo, Cortez Editora, 1989, p. 24.
- 2) Idem, ibidem, p. 24.
- 3) Idem, ibidem, p. 24.
- 4) Idem, ibidem, p. 109.
- 5) FERNANDES, F. Consciência negra e transformação da realidade. Câmara dos Deputados, Brasília, 1994.
- 6) Idem, ibidem.
- 7) FERNANDES, F. Intervenção no Tribunal Popular Zumbi dos Palmares, São Paulo, 12/05/1995. Depoimento enviado pelo autor por não poder comparecer.

O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Belo Horizonte - SINDIBEL, tem a honra de estar junto da revista Princípios em sua 50ª publicação.

“Parabéns Princípios!”

SINDIBEL

Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Belo Horizonte - R. Carijós, 150/701 - BH/MG

A morte da estética no mundo Globalizado

PRISCILA ARANTES



Vitória de Samotrácia

O tema da globalização ocupa cada vez mais espaço nas discussões acadêmicas, na mídia e no marketing político. Dentre as diferentes e variadas abordagens do tema vai se delineando uma espécie de discurso oficial que se estrutura sobre algumas proposições. Sem entrar nos aspectos especificamente econômicos da globalização, uma das proposições correntes é a de que o processo de globalização da economia viria acompanhado por um processo análogo na área da cultura. A cultura seria globalizada e os valores e identidades nacionais seriam superados pelos valores e identidades globais. Sob o impacto das novas tecnologias a integração dos mercados culturais se intensificaria, comprimindo as dimensões do espaço e do tempo.

A experiência política, econômica e cultural dos últimos tempos, contudo, parece confirmar outra coisa: quando se trata de sociedade e globalização cada comunidade, cidade e país tem seus próprios ritmos. Sem dúvida todos estão integrados pelo satélite, pela TV a cabo e pelo computador, mas é na brecha entre as informações mundializadas e o repertório mais particular e interiorano das regiões que se pode definir os traços e as especificidades de nossa contemporaneidade.

Num mundo dito global facilmente nos vemos em contato com ícones de outras civilizações. Mas o rompimento da linha vermelha que separa a cultura de grupos e nações não é recente e nem um dos efeitos da globalização como o discurso contemporâneo pretende demonstrar.

No Brasil do século XIX Euclides da Cunha já descrevia com certa amargu-

ra o país "como uma cultura de empréstimos" formada por cidadãos iludidos. Crítica exagerada, se visitarmos as artes e os costumes dos séculos passados.

No século IV a.C. a cultura clássica, com seus padrões de beleza ideal, é levada e implantada em diversas regiões da Ásia Menor. Estamos pela primeira vez na história da humanidade perante uma cultura que é um híbrido internacional: a cultura helenística, que é justamente a cultura clássica submetida à ação de novas condições. Com o Império romano, a cultura latina espalha-se num conglomerado que abrangeu regiões da Europa, Ásia e África. Por mais de dois séculos estes continentes foram dominados por uma cultura cuja preocupação fundamental era atender os interesses do Estado. Um dos marcos mais conhecidos da arte romana, o arco do triunfo, tornou-se moda na época, sendo levantado em várias partes do glo-

bo. Já no Renascimento, a cultura florentina fora difundida por todo o Velho Mundo. Da Escócia à Espanha, a difusão incluía a poesia de Petrarca, as pinturas de Leonardo e os estilos da arquitetura de Brunelleschi. Na pintura, as regras da perspectiva, da utilização do claro/escuro e da imitação da bela natureza, guiaram todos os artistas do *cinquecento* preocupados que estavam com a manipulação científica do fazer artístico.

A idéia de uma pureza cultural, portanto, parece que por si só não se sustenta. Parece que somos todos emprestadores de outras culturas, como os italianos, os franceses, os japoneses e os tailandeses. Obviamente isto não implica a negação de uma identidade cultural, exatamente porque a especificidade é o que faz cada nação ser o que é, impregnada por sua própria história e marcada por suas próprias raízes.

A comunicação eletrônica e satelitizada colocam o cidadão em um mercado de ofertas possibilitando o acesso, bem mais rápido, a outros ícones simbólicos. Mas não acredito que este processo implicará a destruição das identidades culturais. O que me parece, sim, é que a globalização da cultura é uma idéia da moda que aponta para um fenômeno muito antigo que tem na cultura helenística uma de suas primeiras raízes. Não é por acaso que a Vitória de Samotrácia é considerada, ainda hoje, um dos marcos da cultura ocidental.

No campo específico da estética, a tese da globalização da cultura parece dar as mãos a uma outra idéia que vem colocando os cânones da manifestação artística contemporânea num processo total de desintegração. Em um mundo que pretende ter perdido suas barreiras, o limite da definição da obra de arte também parece ter se perdido. Na última Bienal Internacional de São

Paulo, por exemplo, o público ficou hesitante frente a muitos objetos rotulados como artísticos. O que, na verdade, tirando as possíveis interpretações que se possa fazer do público das bienais, só revela o impasse por que passa a arte contemporânea. Se no passado tínhamos uma definição precisa da obra de arte, seja por estar apoiada na idéia do belo, seja por apoiar-se na idéia de *mimesis* (imitação), nestes tempos de globalização a arte parece ter perdido sua identidade e valores intrínsecos.

Do ponto de vista teórico sabe-se que a discussão sobre a desintegração dos valores artísticos não nasceu com a estética contemporânea. Já Hegel, num tom profético, vaticinou a morte da arte. Nas suas preleções, constatou que a cultura moderna é estranha à verdadeira arte, argumentando que a realidade burguesa da cultura moderna, inteiramente dominada pela abstração da regra geral e da lei, não mais permitiria o sentimento e a paixão do artista romântico, último representante da manifestação sensível da idéia.

Preocupados com o processo de mercantilização da obra de arte, os frankfurtianos, no início do nosso século, retomam a todo o vapor o debate sobre os seus valores, numa tentativa frenética de recuperar o caráter especificamente artístico da manifestação cultural. Esta será uma das metas fracassadas de Adorno em sua *Teoria Estética*. Inconformado com o ingresso da arte no mundo da indústria cultural, ele acaba levando-a a um beco sem saída, reafirmando sua impossibilidade no mundo moderno. Já não é o que pensará seu contemporâneo Walter Benjamin. Apesar de reconhecer o caráter mercantil da manifestação artística, o filósofo abre uma brecha para a sua existência: dessacralizada pela "reprodutibilidade técnica", o processo de produção da

arte, assim como sua recepção, seriam modificados essencialmente no mundo moderno. Afirmção que, aliás, só é confirmada nos tempos atuais, quando o artista pode expor em diversos pontos do planeta ao mesmo tempo, vampirizado por sua agenda virtual.

A vanguarda do início do século e a crise da representação

Levando em consideração a produção artística, a crise contemporânea tem suas raízes no movimento de vanguarda cuja característica predominante fora a destruição dos padrões da estética tradicional. Não por acaso que quase todos os artistas de vanguarda foram adeptos da técnica da colagem. Ao incorporar elementos extra-estéticos à superfície da obra - tiras de papel, papéis de parede, maços de cigarro - os artistas do início do século, fossem adeptos do cubismo, do dadá, do futurismo ou do surrealismo - pretendiam colocar em xeque a idéia da arte como *mimesis*, como reprodução fiel da realidade. A este respeito, aliás, o impressionismo fora o clímax de uma evolução que durara mais de 400 anos, desde o Renascimento.

Por outro lado não se pode esquecer - e isso me parece essencial para se diferenciar o panorama artístico atual daquele do início do século - o vínculo essencial da arte de vanguarda com a crítica social e política. A inovação formal e lingüística da arte, a partir da ruptura e da condenação com qualquer tipo de representação que lhes lembrasse o passado, tinham para os representantes da vanguarda um significado social e político. É a partir deste prisma que se pode entender a produção do non sense e do irracionalismo das imagens surrealistas. Para André Breton, seu fundador, a união de imagens díspares era não só uma forma de criticar os valores de uma estética envelhecida como também de destruir

as convenções semânticas que estavam apoiadas numa lógica utilitária e mercadológica. É por isso que Benjamin irá olhar com bons olhos o surrealismo. Valorizou porque conseguiu ver nele uma tentativa para recuperar os objetos em um mundo dominado pelo império das mercadorias:

"...(no surrealismo) a vida só parecia valer a pena de ser vivida onde limiar entre o sono e a vigília tivesse desaparecido (...) o verdadeiro propósito era a linguagem ela mesma, onde o som e a imagem, imagem e som, estivessem imbricados com exatidão tão automática e com tal felicidade que não restasse mais nenhum espaço para o "sentido". Ganhar as forças do delírio para a revolução - esta era a empresa propriamente dita. A evolução da dialética do movimento só se efetivou, no entanto, no fato de que o referido espaço imagético que ele tinha se aberto de modo cada vez mais ousado mostrou ser idêntico à praxis política. De qualquer modo, para esse espaço é que membros do grupo deslocaram a pátria de uma sociedade sem classes". (Benjamin, 1993).

Pós modernidade e estética contemporânea

Se a manifestação artística do início do século tinha princípios a serem seguidos - mesmo que estes princípios fossem a negação de qualquer cânone pré-estabelecido - na contemporaneidade a palavra princípios parece ter perdido qualquer sentido. Estamos imersos num mundo onde a produção artística passa por uma profunda crise de valores. O que, aliás, não é nenhuma novidade se levarmos em conta os pontos levantados anteriormente. Mas o que parece chamar mais nossa atenção é a maneira pela qual a estética contemporânea se coloca frente a esta questão. Ao invés de tentar achar brechas ela-

borando conceitos que possam captar a especificidade da arte contemporânea, a teorização atual se prostrou frente àquilo que lhe parece inexorável. Se olharmos para os defensores da ideologia pós moderna veremos que este estatuto tem ali uma de suas bases fundamentais. François Lyotard é um dos expoentes mais evidentes deste tipo de pensamento. Segundo ele o pós modernismo assinalaria o colapso das metanarrativas, da pretensão a um discurso universalizante cuja função estaria em fundamentar a ilusão de uma história humana universal:

“...desde o momento em que se invalidou o enquadramento metafísico da ciência moderna vem ocorrendo não apenas a crise de conceitos caros ao pensamento moderno, tais como razão, sujeito, totalidade, verdade, progresso. Constatamos que ao lado dessa crise opera-se sobretudo a busca de novos enquadramentos teóricos (...) legitimadores da produção científico-tecnológica numa era que se quer pós industrial. O pós moderno, enquanto condição da cultura nesta era, caracteriza-se exatamente pela incredulidade perante o metadiscurso filosófico-metafísico, com suas pretensões atemporais e universalizantes. (Lyotard, 1993: VIII)

Seu pessimismo em relação ao desenvolvimento histórico viria acompanhado por um irracionalismo do ponto de vista do discurso. O resultado é que a ciência pós moderna, de acordo com o filósofo, não estaria mais submetida ao reino da lógica, mas sim ao da paralogia. Se na modernidade havia uma narrativa que se caracterizaria pela predominância do pensamento lógico do tipo “ assim como... do mesmo modo que”, do pensamento linear em que o encadramento se formava por intermédio de analogias, na pós modernidade, a ên-

fase deveria se colocar não mais na unidade da narrativa, mas no dissentimento, na ilogicidade, frutos de uma época em que não se poderia produzir mais o conhecido, mas o paradoxal.

“...interessando-se pelos indecíveis, nos limites da precisão do controle, pelos quanta, pelos conflitos de informação não completa, pelos “fracta”, pelas catástrofes, pelos paradoxos paradigmáticos, a ciência pós moderna torna a teoria de sua própria evolução descontínua, catastrófica, não retificável, paradoxal. Muda o sentido da palavra saber e diz como esta mudança pode se fazer. Produz não o conhecido, mas o desconhecido. E su-

perda total de sua identidade num ingresso, agora mais radical e completo, no mundo das mercadorias. Será realmente este o fim da estética? Prefiro acreditar que não. Talvez fosse o tempo de repensar os valores estéticos numa tentativa de achar uma saída para a arte contemporânea.

A crise da razão pregada pelos defensores da pós modernidade e do irracionalismo, a desconstrução dos sentidos e significados, colocam a estética num beco sem saída

gere um modelo de legitimação que não é de modo algum o da melhor performance, mas o da diferença compreendida como paralogia”. (Lyotard, 1993: 108)

É por isso que o colapso das metanarrativas e conseqüentemente a ausência de sentido anunciada pelo discurso paralógico só deixariam como opção, no plano da cultura e das artes, da reativação de uma arte do sublime, o que comprovaria a impossibilidade ou impotência da arte ou da representação em geral.

A crise da razão pregada pelos defensores da pós modernidade e do irracionalismo, a desconstrução dos sentidos e dos significados, acabam colocando, nos tempos atuais, a estética num beco sem saída, anunciando a sua morte. Se vivemos em um

perda total de sua identidade num ingresso, agora mais radical e completo, no mundo das mercadorias.

Será realmente este o fim da estética? Prefiro acreditar que não. Talvez fosse o tempo de repensar os valores estéticos numa tentativa de achar uma saída para a arte contemporânea.

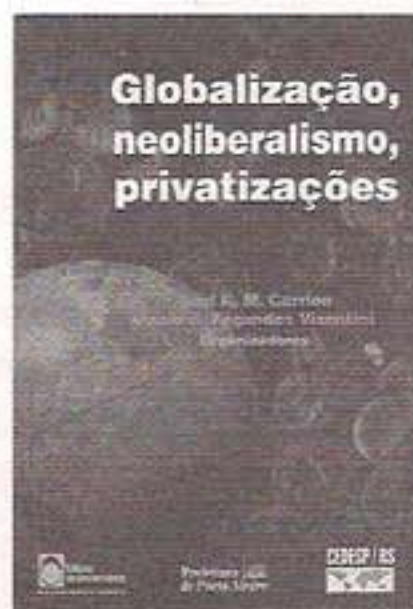
Priscila Arantes é formada em filosofia pela USP e mestre em Comunicação e Semiótica pela PUC/SP.

Bibliografia

- BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas, vol. I. Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo, Brasiliense, 1993.
LYOTARD, F. *O Pós Moderno*. José Olympio, Rio de Janeiro, 1993.

Em campo contra o neoliberalismo

Globalização, neoliberalismo, privatizações: quem decide o jogo?, Raul Carrion e Paulo Fagundes Vizentini (orgs.), Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1997, 311 pp.



A dissecação do neoliberalismo e seus efeitos sobre sociedades como a nossa ainda não tem um apito final. Parece que quanto mais se pesquisa e estuda a realidade presente, mais se torna necessário aprofundar para se entender esse jogo – talvez o mais difícil da História.

Com o espírito de aprofundar este debate, foi realizado em julho de 1997 o seminário internacional ‘Globalização, neoliberalismo e privatizações: quem decide o jogo?’ na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. O evento aconteceu após um amplo envolvimento da sociedade local: instituições políticas, intelectuais, acadêmicas, sindicais, empresariais, militares, camponesas, estudantis e outras.

Os debates apresentaram estudiosos do Brasil, Argentina, Chile e México, e os textos foram reunidos no livro *Globalização, neoliberalismo, privatizações: quem decide o jogo?*, organizado por Raul Carrion e Paulo Vizentini que apresentam e introduzem, respectivamente, a publicação.

A obra agrupa os autores e seus textos em quatro capítulos: ‘A globalização, o neoliberalismo e o sistema financeiro internacional’; ‘A experiência neoliberal na Inglaterra, Chile, Argentina e México’; ‘Privatizações, Estado mínimo e projeto neoliberal no Brasil’; e ‘Políticas agrária e agrícola na globalização’.

O primeiro capítulo (A globalização, o neoliberalismo e o sistema financeiro internacional) reúne textos de Luís Fernandes, Eduardo Maldonado Filho, Luiz Gonzaga Beluzzo, Márcio Pochmann e Roberto Feletti. Esta primeira parte agrupa as abordagens mais teóricas. Elas revelam a globalização neoliberal como a internacionalização contemporânea do capital, que se caracteriza por uma hegemonia sem precedentes do capital financeiro e especulativo sobre o capital produtivo, e pela crescente submissão, a ele, da maioria dos estados e nações do mundo. Capital que, ao mesmo tempo que se internacionaliza e desconhece ‘pátria’, continua entrincheirado em seus estados nacionais, colocando-os ao serviço de sua expansão.

O segundo capítulo (A experiência da Inglaterra, Chile, Argentina e México) reúne textos de Luiz Dario Ribeiro, Hugo Fazio, José Cademartori, Miguel Solis, Claudio Lozano e Ignacio Sosa. Esta Segunda parte faz um estudo comparativo das experiências precursoras do neoliberalismo em nosso

continente – o Chile, a Argentina, O México – e da Inglaterra ‘tatcheriana’, desvelando e desmitificando a realidade desses países e confrontando-a com o discurso hegemônico.

O terceiro capítulo (Privatizações, Estado mínimo e projeto neoliberal no Brasil) congrega textos de Carlos Schmidt, Bautista Vidal, Altino Brasil, Henyo Barreto, Marcos Dantas, Dércio Munhoz e Jandira Feghali. Nesta unidade é analisado o processo de privatização em curso no setor produtivo brasileiro nas áreas da mineração, petróleo, energia, petroquímica, siderurgia e telecomunicações. As reformas da previdência social, administrativa e a situação da saúde também são enfocadas sob o figurino neoliberal do ‘estado mínimo’ e suas conseqüências para o futuro da nação.

O último capítulo (Políticas agrária e agrícola na globalização) congrega textos de João Pedro Stédile, José Ademar Batista, Mário Bertani e Ivaldo Gehlen, enfocando a temática diante dos efeitos da globalização e a liberalização das importações no Brasil. Pode-se dizer que algumas abordagens – certas caracterizações de nosso processo de desenvolvimento e a defesa do modelo da agricultura familiar, por exemplo – apresentam, no mínimo, um caráter polêmico.

Para Raul Carrion, membro da comissão organizadora do seminário e apresentador do livro, “no campo teórico, em que pese os enfoques diferenciados, ficou claro que a atual ‘globalização neoliberal’ – que nos é apresentada como algo neutro, inevitável, decorrente do próprio progresso tecnológico – nada mais é do que a internacionalização do capital sob uma das suas possíveis formas – talvez a mais perversa. Que a ‘globalização’, longe de ser uma grande novidade, é uma tendência presente no capitalismo desde o início, que foi exacerbada em sua etapa imperialista e hoje assume proporções inéditas”.

Alguns textos do livro estão em espanhol – língua de origem de seus autores. Provavelmente foram assim editadas para dar um caráter latino-americano à obra. Apesar disso, no geral, a publicação permite uma leitura interessante – além do motivo de focar o tema do momento – por seu aspecto interdisciplinar e variação de temas e estilos dos autores.

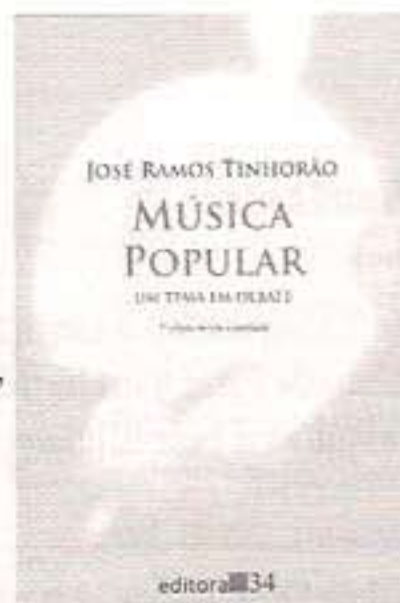
Os produtores do seminário e do livro merecem saudação especial pela amplitude e qualidade alcançadas. A obra auxilia o estudo e debate sobre esses difíceis tempos, e é uma boa contribuição para o acervo bibliográfico – ainda reduzido, apesar dos muitos esforços – que se contrapõe à avalanche neoliberal e sua insaciável vontade de parar a História.

As teses neoliberais, momentaneamente, estão ‘frente do placar político e econômico no mundo todo. Mas as nações, os trabalhadores, os intelectuais progressistas e amplos setores que se opõem aos interesses do capital financeiro especulativo continuam acumulando forças e lutando para virar este jogo.

Edvar Luiz Bonotto

A volta do maldito

Música popular, um tema em debate. José Ramos Tinhorão, Editora 34, Rio de Janeiro, 192 pp. R\$ 15,00



História social da música brasileira. José Ramos Tinhorão, Editora 34, Rio de Janeiro, 368 pp. R\$ 23,00



O crítico musical e historiador José Ramos Tinhorão representa um caso raro na intelectualidade brasileira. Banido da grande imprensa desde 1980, por força de suas opiniões, e avesso às confrarias acadêmicas, durante longo tempo seus livros foram editados apenas em Portugal, com pouquíssima repercussão no Brasil. “Quiseram me transformar em folclore, me acusaram de dinossauro”, lembra ele com uma ponta de ironia.

Com tudo isso, Tinhorão não deixou de produzir. Neste ano, chegaram às livrarias, através da Editora 34, dois de seus 18 livros já editados. A repercussão foi surpreendente: o Ministério da Educação adquiriu 20 mil exemplares de “Música Popular, um tema em debate”, publicado originalmente em 1966 e o livro logo se esgotou nas livrarias. A “História social da música popular brasileira” mereceu várias páginas da imprensa.

Em ambos, Tinhorão justifica sua fama de “maldito” e de dedicado pesquisador. “Música popular, um tema em debate” é uma coletânea de artigos publicados em diversos jornais e revistas entre 1961 e 1965 – período de afirmação da bossa-nova como gênero musical e da decadência das escolas de samba como manifestação autenticamente popular. Em um dos capítulos – “Os pais da bossa nova” – o autor investe contra as origens do gênero. “Filha de aventuras secretas de apartamento com

a música americana – que é inegavelmente sua mãe – a bossa nova, no que se refere à paternidade, vive até hoje (1966) o mesmo drama de tantas crianças de Copacabana, o bairro em que nasceu: não sabe quem é o pai”. Para Tinhorão, a bossa-nova representa um gênero importado, montado no Brasil, a exemplo da indústria automobilística implantada no governo Kubitschek, que limitava-se a montar aqui dentro modelos de seus países de origem.

Para Tinhorão, um fervoroso marxista e defensor da cultura popular, as escolas de samba, por sua vez, “constituem a última criação das camadas populares ligadas à tradição de costumes herdados da estrutura baseada no latifúndio”.

Se “Música popular, um tema em debate” é o que poderíamos chamar de “livro de agitação”, “História social da música popular brasileira” – que não à toa lembra o título “História social do jazz”, do historiador inglês Eric Hobsbawm – mostra o exigente pesquisador que é Tinhorão. Num abrangente estudo, que vai da formação das cidades portuguesas no final da Idade Média às origens do *rock* brasileiro, o autor percorre cinco séculos do tortuoso caminho dos sons urbanos na formação da cultura brasileira. Amparado em partituras raras, variadas referências literárias e gravações esgotadas, Tinhorão deplora a “subordinação do artístico ao comercial (que) iria explicar (...) não apenas a crescente transformação da música popular em fórmulas fabricadas para a venda, mas a progressiva dominação do mercado brasileiro pela música importada dos grandes centros europeus e da América do Norte”. Como resultado, afirma ele, “a cultura das camadas pobres acaba sendo submetida a uma dupla dominação: em primeiro lugar, porque se situa em posição de desvantagem em relação à cultura das elites dirigentes do país; e, em segundo lugar, porque esta cultura dominante não é sequer nacional, mas importada e, por isso mesmo, dominada”.

Apesar de eruditos, os livros de Tinhorão não padecem de um defeito tão comum à boa parte da produção universitária brasileira: não são chatos de ler. Escritos com a agilidade jornalística de quem, durante décadas, esmerou-se em tornar seu texto acessível, seus livros são ágeis e muitas vezes engraçados. E também cruéis com alguns monstros sagrados da MPB.

Gilberto Maringoni

Homenagem à arte

“É com grande prazer que olho para a capa da revista *Princípios* 49, que apresenta detalhe da obra do mexicano Diego Rivera – grande nome da arte realista contemporânea. Tons suaves, mas que dizem tudo ...”

Anita Eleonora Fontelles de Lima - Belém/PA

Ação popular

“Venho solicitar que vocês realizem matéria específica sobre ‘ações populares’, tendo em vista que ela pode ser um novo meio de luta e participação política, contra a completa deformação e a política de ‘desrespeitabilidade e irresponsabilidade prematura’ do nosso Estado.

Em nosso país, pelo fato de ela reter, conforme a lei 4.717/65, em vigor, o direito legítimo a cada cidadão à contraposição do interesse público e a defesa do patrimônio nos atos do executivo e do legislativo, sendo de interesse, acredito eu, importantíssimo para os leitores. Como nossa democracia passa por injustiças que, às vezes, não conseguimos reverter, as ações populares – principalmente se forem coletivas – farão com que os políticos que se vendem por motivos econômicos sejam controlados ...”

Eyrimar Fabiano Bortot - Curitiba/PR

Saudações

“Compartilho a alegria pela chegada ao número 50. Sou leitor de *Princípios* há três anos. Comecei lendo os números adquiridos pela Biblioteca de nossa cidade...”

Flávio César Santos - Ipatinga/MG

Opiniões

“Concordando com Marina do Rego F. de Toledo (‘Cartas dos leitores’ da *Princípios* 49), considero esta revista a melhor publicação periódica editada no Brasil. Por isso, sugiro que para continuar sendo de longe a melhor – *Princípios* deveria, malhando, perder peso (não profundidade), tornar-se mais enxuta, mais leve, com artigos menos longos, menos complicados, para não cansar o leitor.

Não posso concordar com o jornalista José Carlos Ruy quando afirma em seu artigo ‘Os abismos da revolução-conciliação e reforma na política brasileira’ (exemplo de título complicado), que a herança cultural lusitana não é um dos principais fatores do atraso brasileiro (isso é lenda, segundo o articulista), resultando nosso atraso ‘das revoluções pela metade, e não da tradição cultural do país ou da psicologia dos brasileiros’ ...”

Elio Bolsanello - São Paulo/SP

CUPOM PARA PEDIDO - Princípios e Presença - P50



Sim, desejo assinar as publicações especificadas abaixo.
O pagamento será feito de acordo com a opção assinalada.

- | | | |
|--------------------------|--|--------------|
| <input type="checkbox"/> | Assinatura revista <i>Princípios</i> (4 edições) | - R\$ 30,00 |
| <input type="checkbox"/> | Assinatura revista <i>Princípios</i> para o Exterior | - US\$ 40,00 |
| <input type="checkbox"/> | Assinatura revista <i>Presença da Mulher</i> (4 ed) | - R\$ 20,00 |
| <input type="checkbox"/> | Assinatura revista <i>Presença</i> para o Exterior | - US\$ 25,00 |



**PRESENÇA DA
MULHER**

Forma de pagamento:

- Cheque nominal à Editora e Livraria Anita Ltda.
 Depósito em conta - Banco Itaú, Agência 0251 c/c 48.678-3
 Cartão *Credicard/Diners* ou *VISA* nº _____ Validade _____

Nome: _____
 Endereço: _____ Bairro: _____ CEP: _____
 Cidade: _____ Estado: _____
 Telefone: (_____) _____ Profissão: _____
 Data e Assinatura: _____

R. Monsenhor Passalacqua, 158 - Bela Vista - São Paulo/SP CEP 01323-010 E-mail: livraria@anitagaribaldi.com.br



Anita Garibaldi

CONHEÇA NOSSOS TÍTULOS!

PEÇA HOJE MESMO POR CARTA, TELEFONE, FAX (011 289 1331) OU E-MAIL: livraria@anitagaribaldi.com.br

30 anos de confronto ideológico (coletânea de textos), 300 pag.	17,00
A II Internacional – Pelos seus congressos, <i>Edgar Carone</i> , 132 pag.	11,00
A mãe, <i>Máximo Gorki</i> , 320 pag.	15,00
Acho tudo muito estranho, <i>Fortuna</i> , 126 pag.	10,00
Agenda Ilustrada Chê Guevara 98	15,00
AIDS na rota da cocaína, <i>Fábio Mesquita</i> , 72 pag.	6,00
Amazônia–Carajás - Na trilha do saque, <i>Marcos Kowarick</i> , 336 pag.	20,00
Às portas de Moscou, <i>Alexandr Bek</i> , 300 pag.	17,00
Cadernos negros nº 17, <i>poetas do Quilombhoje</i> , 80 pag.	7,00
Cadernos negros nº 19, <i>poetas do Quilombhoje</i> , <i>Diversos Autores</i> , 192 pag.	15,00
Cadernos Negros nº 20. <i>Poetas do Quilombhoje</i> , 208 pag.	16,00
Collor – A raposa do Planalto, <i>Sitônio Pinto</i> , 112 pag.	9,00
Construindo o futuro do Brasil (Doc. da 8ª Conf. Nacional PCdoB), 128 pag.	10,00
Dialética radical do Brasil negro, <i>Clóvis Moura</i> , 248 pag.	20,00
Em defesa do socialismo científico, <i>Stálin</i> , 172 pag.	13,00
Estratégia e tática, <i>Lênin, Stálin, Dimitrov, J. Amazonas</i> , 172 pag.	13,00
Guerrilha do Araguaia (documentos, fotos, biografias), 104 pag.	12,00
Guerrilha do Araguaia - A Esquerda em Armas, <i>Romualdo P. Campos Fº</i> , 241 pag.	23,00
Grande Salto Atrás, O. <i>Henri Alleg</i> , 237 pag. (Edições Avante).....	35,00
Lênin - Biografia ilustrada, <i>Bolsanello</i> , 128 pag.	11,00
Luta armada no Brasil dos anos 60–70, <i>Jaime Sautchuk</i> , 100 pag.	11,00
Manifesto do Partido Comunista, <i>Marx e Engels</i> , 72 pag.	6,00
Marx e os sindicatos, <i>D. Losovski</i> , 216 pag.	17,00
Nas barricadas do fim do século - A Des(ordem) Neoliberal, <i>Juliano Siqueira</i> , 184 pag.	15,00
Problemas Econômicos do Socialismo na URSS, <i>Stálin</i> , 92 pag.	10,00
Racismo à brasileira – raízes históricas, <i>Martiniano J. Silva</i> , 276 pag.	18,00
Reportagem sob a força, <i>Julius Fucik</i> , 120 pag.	9,00
Rio Maria – A terra da morte anunciada, <i>Moacyr de O. Filho</i> , 128 pag.	10,00
Socialismo vive, O (documento do 8º Congresso do PCdoB), 110 pag.	6,00
Sociedade dos socialistas vivos, <i>Marcos Gomes</i> , 132 pag.	12,00
Tendências e Centrais Sindicais (1978–1994), <i>Silvio Costa</i> , 290 pag.	18,00
Terra - Ponto de Partida, Ponto de Chegada, <i>Maria Stela L Borges</i> , 216 pag.	20,00
Um Olhar que Persiste. <i>Vários autores</i> , 288 pag.	20,00
União do Povo - Contra o Neoliberalismo (Doc. do 9º Congresso do PCdoB), 224 pag. ...	18,00
URSS – Ascensão e queda, <i>Luís Fernandes</i> , 2ª ed., 272 pag.	20,00
Assinatura da Princípios (4 edições).....	30,00
Revista Princípios (avulsa).....	7,50

Em nossa livraria você poderá solicitar qualquer título, basta citar título da obra, a editora e o autor. Envie seus dados (nome, endereço e telefone para contato) que atenderemos prontamente seu pedido!

R. Monsenhor Passalacqua, 158 - Bela Vista CEP 01323-010 São Paulo/SP

PRINCÍPIOS COMPLETA 50 EDIÇÕES!

É com uma ponta de orgulho que *Princípios* chega ao número 50.

A revista *Princípios* foi – desde a origem – ferramenta para a luta contra o revisionismo e as ilusões social-democratas, que ainda pareciam fortes; para o estudo da realidade brasileira; e para a afirmação de uma política revolucionária em nosso país.

Sua carreira foi marcada por estas preocupações. Ágil e flexível, a revista soube mudar de acordo com a conjuntura, e enfrentar com determinação os problemas novos que surgiram – o esboroamento das repúblicas socialistas européias, particularmente a URSS; a emergência e a ação do neoliberalismo; a destruição de conquistas antigas do povo brasileiro pelos governos de traição nacional de Collor e FHC.

Ao mesmo tempo, preocupou-se também com a divulgação da cultura brasileira avançada e com o desenvolvimento do pensamento marxista em nosso país.

Nas condições adversas que normalmente as publicações avançadas enfrentam em nosso meio, completar 50 edições regulares durante quase duas décadas é um feito que merece ser assinalado.

